



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE JUNHO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria Teresa da Silva Morais](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 159 a 161/XVI/1.^a.

De seguida, a Presidente ([Teresa Morais](#)) anunciou a realização da eleição, durante a sessão, para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo L, sobre o tema «Reconhecimento do Estado da Palestina». Depois de o Deputado [Rui Tavares](#) (L) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL),

Marisa Matias (BE), Paulo Neves (PSD), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Pinto (CH), Alexandra Leitão (PS), Bruno Ventura (PSD), Ricardo Dias Pinto (CH), Paulo Pisco (PS), Jorge Pinto (L) e Diogo Pacheco de Amorim (CH). No encerramento do debate, intervieram o Ministro dos Assuntos Parlamentares e a Deputada Isabel Mendes Lopes (L).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º 89/XV/1.ª (Movimento 2030) — Salvem o perímetro florestal das dunas de Ovar, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 79/XVI/1.ª (PAN) — Pela proteção do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, 100/XVI/1.ª (BE) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, 123/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a manutenção e valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, 132/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, 140/XVI/1.ª (L) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, e 154/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o plano de ordenamento florestal do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), Armando Grave (CH), Alfredo Maia (PCP), Jorge Pinto (L), Hugo Oliveira (PS), Salvador Malheiro (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Jorge Galveias (CH).

Entretanto, a Presidente (Teresa Morais) assinalou a presença nas galerias de estudantes e professores do município de Oliveira de Azeméis, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi apreciada a Petição n.º 143/XV/1.ª (Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício e outros) — Pela cessação do Projeto MAIA, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 117/XVI/1.ª (CH) — Pela cessação imediata da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, ou Projeto MAIA, nas escolas do ensino básico e secundário, 126/XVI/1.ª (PAN) — Pela suspensão e revisão do Projeto MAIA, 135/XVI/1.ª (BE) — Pela suspensão e avaliação do Projeto MAIA, e 141/XVI/1.ª (L) — Recomenda a garantia de mais tempo para a prática pedagógica e a suspensão do Projeto MAIA e respetiva avaliação externa, que foram rejeitados. Intervieram os Deputados Maria José Aguiar (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), Manuela Tender (CH), Paula Santos (PCP), Isabel Ferreira e Palmira Maciel (PS) e Inês Baroso (PSD).

Foi discutida a Petição n.º 114/XV/1.ª (Vera Lúcia Domingos de Almeida e outros) — Petição para revisão de decisão — Programa de acesso precoce ao Pembrolizumab, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 124/XVI/1.ª (CH) — Recomenda a imediata adoção de medidas com vista à redução do tempo médio de disponibilização e autorização de introdução do mercado de medicamentos inovadores no tratamento do cancro da mama, 125/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de alargamento do rastreio do cancro da mama e de acesso a medicamentos e terapêuticas inovadoras no tratamento da doença, 133/XVI/1.ª (BE) — Celeridade e transparência na disponibilização e acesso a terapêuticas inovadoras e 139/XVI/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas que visem melhorar as condições de acesso a medicamentos inovadores, que foram aprovados. Usaram da palavra os Deputados Rui Cristina (CH), Marisa Matias (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Sofia Andrade (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Isabel Fernandes (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Paula Santos (PCP) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 125/XV/1.ª (Liga de Amigos do Hospital Arcebispo João Crisóstomo) —

Em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo — Hospital de Cantanhede, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 120/XVI/1.ª (CH) — Pela reabertura da Urgência Básica no Município de Cantanhede, que foi aprovado, 131/XVI/1.ª (PCP) — Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha, que foi rejeitado, 137/XVI/1.ª (BE) — Autonomia e reforço do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, que foi rejeitado, e 138/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a abertura de uma urgência básica de funcionamento diário e com horário alargado e a atualização da página de *internet* do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, que foi aprovado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Eliseu Neves (CH), Paula Santos (PCP), Marisa Matias (BE), Jorge Pinto (L), Ana Oliveira (PSD), Ana Abrunhosa (PS), Mário Amorim Lopes (IL) e António Pinto Pereira (CH).

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária de oito Deputados do PSD e oito Deputados do PS.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 135/XVI/1.ª (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Tavares, 140/XVI/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar em memória das vítimas dos incêndios florestais, cujo dia nacional se assinala a 17 de junho e 149/XVI/1.ª (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional) — De pesar pelo falecimento de Manuel Rey Cordeiro (1962-2024), piloto da patrulha YAKSTARS, durante o festival aéreo Beja Air Show. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se à leitura dos Projetos de Voto n.ºs 147/XVI/1.ª (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo 450.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos e 154/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo primeiro centenário da BIAL, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 158/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

Foram aprovados os Inquéritos Parlamentares n.ºs 5/XVI/1.ª (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para averiguação da gestão, transparência de funções e conduta dos anteriores responsáveis envolvidos nos desequilíbrios de contas e funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 6/XVI/1.ª (IL) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e 7/XVI/1.ª (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão estratégica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 68/XVI/1.ª (PSD) — Constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da execução do PRR e do PT2030.

Em votação, na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 65/XVI/1.ª (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, foi rejeitado o Projeto de Lei n.º 185/XVI/1.ª (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 156/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações

não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais. Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PAN e pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 30 e por 60 dias, respetivamente, dos Projetos de Lei n.ºs [155/XVI/1.ª](#) (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho, e [156/XVI/1.ª](#) (CH) — Procede ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [4/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [177/XVI/1.ª](#) (CH) — Apoia os jovens na aquisição de habitação própria e permanente.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [88/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão das regras do prémio salarial de valorização da qualificação por forma a incluir os beneficiários de bolsas ou prémios atribuídos no exercício de atividades científicas, culturais e desportivas, os jovens integrados no agregado familiar dos seus pais e os titulares de grau de doutor.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [24/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração-base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [73/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços marítimos regulares de passageiros e carga rodada entre a Região Autónoma da Madeira e a República, e foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [74/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços aéreos regulares entre a Madeira e o Porto Santo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º [72/XVI/1.ª](#) (PS) — Elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do Interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [11/XVI/1.ª](#) (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º [92/XVI/1.ª](#) (PS) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º [132/XVI/1.ª](#) (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [28/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela participação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com Doença de Crohn, [33/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, [36/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn, [40/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e [42/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 19 do *Diário*, relativos à presente Sessão Legislativa.

A Câmara aprovou ainda quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando três Deputados do PSD e uma Deputada do PS a intervirem no âmbito de processos em tribunal.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 15 horas e 41 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Bom dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias.

Pausa.

Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Resolução n.ºs [159/XVI/1.^a](#) (IL) — Insta a Direção-Geral da Saúde a tornar os seus processos decisórios sobre vacinas mais transparentes, [160XVI/1.^a](#) (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, e [161XVI/1.^a](#) (IL) — Recomenda ao Governo que solicite à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores e dirigentes de cargos públicos e setor empresarial do Estado.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Secretário.

Como é sabido, temos hoje uma ordem do dia muito extensa. O primeiro ponto é constituído pela eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social, que vai decorrer durante o Plenário. Agradeço às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que tomem em consideração a eleição que vai decorrer e também peço uma particular colaboração das direções dos grupos parlamentares para uma rigorosa gestão do tempo, dada a extensão da ordem de trabalhos e também do guião de votações.

Vamos então dar início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que é constituído pelo debate de atualidade, requerido pelo Grupo Parlamentar do Livre, sobre o «Reconhecimento do Estado da Palestina». Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quê?! Ele é que devia ir para a Palestina!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Caros Concidadãos nas galerias, bom dia.

Oxalá, Caras e Caros Colegas, este debate pudesse parar com a matança em Gaza.

Oxalá um debate como aquele que vamos ter hoje sobre o reconhecimento imediato da independência da Palestina, enquanto Estado soberano sob o direito internacional, também pudesse mudar de imediato os dados no terreno.

Oxalá, e estou certo de que toda a gente aqui pensa e sente exatamente o mesmo, as palavras que diremos neste Plenário tivessem o poder de impedir que uma única criança mais, e qualquer uma é sempre uma criança a mais, morresse sob as bombas. Essas crianças, já o dissemos aqui várias vezes, não escolheram nascer nem israelitas nem palestinianas, nem de um lado nem do outro de uma fronteira, nem de um lado nem do outro de um ódio ou de uma ambição territorial.

Sabemos, infelizmente, que este debate e o seu objeto não têm o poder imediato de parar com a matança, mas ele também não é um debate meramente simbólico e é nisso que eu gostaria que nos concentrássemos.

A mesma honestidade intelectual que nos deve levar a dizer que este debate não tem o poder de mudar os dados no terreno no imediato, deve levar-nos a reconhecer também que é através do direito internacional e do reconhecimento da independência da Palestina que podemos dar passos em direção à única solução internacionalmente aceite e que tem um historial na política externa portuguesa — com votos neste Parlamento em que temos enormes, larguíssimos consensos — que pode, essa sim, parar com a matança ou, ao menos, dizer aos setores mais extremistas dos dois lados em confronto que não aceitamos a imposição no terreno de factos consumados que tornem impossível a solução de dois Estados.

No passado mês de outubro, a seguir aos hediondos ataques terroristas perpetrados pelo Hamas em solo israelita, na primeira declaração política que houve neste Parlamento sobre esse assunto, que foi uma declaração política do Livre, caracterizei o Hamas como sendo um movimento autoritário, opressor, que não tem nada, mas nada, a ver com a libertação do povo palestino, antes, pelo contrário, o seu objetivo principal é a opressão do povo palestino.

Mas também tem como objetivo, esse movimento extremista,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não é extremista, é terrorista!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... a expurga total de judeus e de israelitas no território entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo, e isso é inaceitável. Existem setores extremistas também na sociedade e na política israelita, alguns deles representados no Governo, que têm também como objetivo que entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo não haja palestinos.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

E isso é também absolutamente inaceitável, porque a comunidade internacional deve dizer que o século XXI não pode juntar às tragédias da nossa história nem mais uma limpeza étnica, nem mais um genocídio.

Portanto, uma maneira de dizermos «não», ao mesmo tempo, ao extremismo do Hamas e ao extremismo de Netanyahu e de alguns dos seus ministros no Governo, é claramente a comunidade internacional declarar, de uma vez por todas, que não há maneira de impedir a independência da Palestina e que não é através de bombardeios de Gaza ou do avanço dos colonatos na Cisjordânia que alguém alguma vez conseguirá impedir pelos factos que a solução de dois Estados se verifique no terreno.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Porque essa é a solução mais justa, não sendo a perfeita; porque essa é a solução possível, não tendo já o poder de fazer viver os que morreram por causa deste conflito.

Os judeus foram expulsos da Europa por causa de um nacionalismo europeu, no século XIX e no século XX, que achava que não havia lugar para eles no seu território. Mas a maior parte da população israelita não é composta desses judeus europeus, é composta de judeus do Médio Oriente que foram expulsos também, depois, pelos nacionalismos árabes no século XX, que por sua vez já tinham sido acicatados por esses nacionalismos europeus.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

E nasceu um novo nacionalismo, inclusive com artes terroristas das duas partes e, muitos deles, assumidos por parte de organizações como o Irgun, antes da independência do Estado de Israel, nacionalismos esses que vieram dizer que não havia lugar para palestinos naquela região do mundo, negando, aliás, a própria existência do povo palestino e dizendo que eles eram jordanos ou egípcios ou outra coisa qualquer.

Protestos de Deputados do CH.

Da mesma forma, há hoje em dia muita gente, num tema sério de vida ou morte, que leva a vida de crianças em Gaza e na Cisjordânia, a dizer que não há lugar para judeus em Israel.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Ora, o que temos diante de nós é a existência de duas identidades nacionais, cada uma delas complexa e diversa, porque há...

Protestos de Deputados do CH.

Sr.^a Presidente, vou parar aqui porque há colegas nossos que não conseguem respeitar nenhum tipo de debate e, portanto, desejaria que o tempo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém está a falar! É mentira! Tem vergonha na cara!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, agradeço que se permita ao orador que conclua, até porque terá de concluir dentro do seu tempo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dizia eu que temos uma sociedade palestina diversa com muçulmanos e cristãos e uma sociedade israelita diversa com judeus, com muçulmanos e com drusos, que formaram duas identidades nacionais com reivindicações históricas ao mesmo território.

Esta é uma verdade que todos temos de reconhecer e que apenas se resolve reconhecendo os dois Estados. Portugal já o deveria ter feito, mas, para além disso, Portugal deve ao menos preparar-se para o fazer de um dia para o outro, estabelecendo um guião para o reconhecimento da independência da Palestina, algo que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, na reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros desta Casa, admitiu na semana passada.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, tem de terminar, por favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É este o objeto do nosso debate, é este o momento para Portugal estar à altura da sua história e ter uma diplomacia e uma política externa da coragem e não da cobardia.

Aplausos do L e de Deputadas do PS.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Fui eu o primeiro a dizer que eram terroristas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS devia desaparecer! Juntem-se ao Livre!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Cumprimento os membros do Governo presentes, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Para a intervenção de abertura do debate por parte do Governo, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O mundo assiste, há 258 dias consecutivos, ao expoente máximo do conflito que infelizmente opõe, há demasiadas décadas, Israel e a Palestina.

Ninguém tem dúvidas ou hesitações sobre a dimensão da desumanidade que se vive hoje na Faixa de Gaza. Tal como ninguém fica indiferente ao que se passa agora na zona de Rafah, a única que era considerada segura e onde se encontram mais de 1 milhão de pessoas abrigadas em condições precárias.

Desde o ataque de 7 de outubro, já morreram mais de 37 000 palestinianos, sobretudo mulheres e crianças, e mais de 85 000 pessoas estão feridas. Ao todo, haverá 1 milhão e 700 mil pessoas deslocadas.

A dimensão desta catástrofe, independentemente do nome que lhe queiramos dar, só pode chocar-nos profundamente, e choca Portugal. O nosso País reconhece a Israel o direito à legítima defesa contra o terrorismo, como reclama a libertação imediata de todos os reféns, tal como reivindica um cessar-fogo imediato e incondicional que permita o acesso pleno da ajuda humanitária face à desumanidade que se vive na Faixa de Gaza.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, tudo isto é compatível com uma posição política inequívoca: Portugal está a lutar pela solução do reconhecimento dos dois Estados.

Quando nos perguntam, a nós, Governo, por que a razão Portugal ainda não concretizou esse reconhecimento formal, a resposta, não sendo simples, é clara. É porque há dois caminhos para tentar contribuir para o fim deste ciclo de violência: através de um reconhecimento da Palestina, tal como já fizeram diversos Estados-Membros da ONU (Organização das Nações Unidas) — sabendo nós, infelizmente, que esse reconhecimento não representa um cessar-fogo —, ou defendendo um debate alargado e equilibrado que permita preservar o consenso quanto à forma de avançar no sentido do reconhecimento do Estado da Palestina, investindo tudo numa ação diplomática exigente.

Esta opção em que temos trabalhado está a dar frutos. A prova disso, como deu conta o Sr. Ministro de Estados e dos Negócios Estrangeiros esta semana neste Parlamento, é que a posição adotada por Portugal é apreciada pela própria Autoridade Palestiniana e por diferentes países árabes, integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo, designadamente o reino da Arábia Saudita.

Todos eles reconhecem a utilidade e a eficácia da posição por nós adotada. O Governo português, que tomou a medida unilateral de não autorizar a exportação de armas para Israel, mantém as pontes com o Governo israelita e está apostado em trazer para a causa palestiniana aqueles países da União Europeia que eram relutantes em relação ao direito à existência da Palestina.

Portugal está apostado em assumir uma posição de mediação consequente, nomeadamente atuando ao nível da União Europeia. Tanto assim é que o sentido de voto de vários países já passou de abstenção para favorável e de contra para abstenção. Tal deve-se também aos esforços empreendidos por Portugal.

A carta que assinámos recentemente com a Dinamarca e a Grécia visa esse mesmo consenso e visa a preparação institucional e logística da Autoridade Palestiniana para que esta possa assumir a administração da Faixa de Gaza quando o conflito terminar. Esta carta será mesmo discutida no dia 24 deste mesmo mês, no Luxemburgo.

De resto, a nossa posição tem sido apreciada também por Espanha e por Irlanda, dois países que, tendo já avançado para o reconhecimento, fazem questão de nos convidar para as suas reuniões sobre este mesmo tema.

Dito isto, não é preciso que haja uma solução definitiva para a paz, nem que todos os requisitos jurídicos estejam preenchidos, e ainda não estão, para que Portugal proceda ao reconhecimento do Estado da Palestina. Mas, até lá, continuamos a defender que a nossa posição de mediação é mais útil aos dois Estados. Em simultâneo, continuaremos a condenar o que se está a passar na Faixa de Gaza e continuaremos a defender o cessar-fogo incondicional, sem que esteja necessariamente sujeito à condição da libertação de reféns.

Por fim, recorde — tal como, de resto, tem lembrado o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros — que já no passado dia 10 de maio Portugal votou a favor, sem qualquer condição, da admissão da Autoridade Palestiniana como membro de pleno direito das Nações Unidas. É um passo que nenhum Governo português tinha dado até este momento.

Continuaremos a trabalhar, nomeadamente através dos canais diplomáticos, para contribuirmos para uma solução de paz duradoura para uma região demasiado devastada e para um povo inaceitavelmente sofrido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Vamos passar à fase dos pedidos de esclarecimento relativos às intervenções iniciais.

Sr. Deputado Rui Tavares, tem dois pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em conjunto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o CDS manifesta a sua profunda solidariedade com o sofrimento da população civil sujeita ao conflito militar em Gaza, mas não esquece que esta última fase da escalada militar teve origem nos ataques terroristas do grupo Hamas, em outubro do ano passado.

Enquanto condenamos com firmeza o conflito, também reprovamos todas as manifestações de racismo e o ressurgimento do antissemitismo de polos opostos.

Recentemente, na noite de 11 de junho, assistimos todos à vandalização da fachada de um restaurante, em Lisboa, propriedade de um casal de israelitas. E este foi apenas um exemplo de uma série de atos de vandalismo e de manifestações xenófobas, racistas e antissemitas.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, a pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Deputado Rui Tavares é a seguinte: o Livre condena estes atos extremistas em todas as suas formas, incluindo o antissemitismo, ou apenas condena atos extremistas e de violência quando os mesmos são dirigidos contra o povo palestino?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, relativamente ao tema em discussão, a posição da Iniciativa Liberal tem sido conhecida e será reforçada ao longo deste debate, nas intervenções que iremos fazer.

Decidimos fazer este pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, porque na sua intervenção inicial tocou no ponto «*from the river to the sea*, do Jordão ao Mediterrâneo», que é uma expressão infelizmente muito conhecida pelos extremistas dos dois lados. Não são só os extremistas do lado palestino que a usam, já do lado israelita também a usaram.

Ouvindo aquilo que o Sr. Deputado disse ali em cima, da tribuna, concordamos com a visão que transmitiu. Aquilo que precisamos de saber neste pedido de esclarecimento é em que é que ficamos. Qual é a posição do Livre? É aquilo que o Sr. Deputado Rui Tavares transmitiu ali de cima ou se é aquilo que aconteceu num tempo de antena do Livre, nas últimas eleições europeias, quando transmitiu esta imagem que diz «*from the river to the sea*», com a bandeira da Palestina.

Neste momento, o orador exibiu a imagem que mencionou.

Portanto, é isto que queremos saber: em que é que ficamos? Qual é o Livre que temos? É o Livre do lado extremista palestino ou é o Livre moderado que tentou transmitir da tribuna?

Aplausos da IL e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, creio que... Sr. Deputado Carlos Reis, se me permitir, o tempo não é muito e eu queria poder responder aos dois Deputados, Paulo Núncio e Rodrigo Saraiva, que me fizeram perguntas.

Sr. Deputado Paulo Núncio, é certamente compreensível, porque o CDS não estava nesta Câmara no mandato passado, que faça essa pergunta.

Mas qualquer pessoa sabe, inclusive os Deputados que exprimiram o seu espanto, que o Livre foi o primeiro partido a fazer uma declaração política nesta Casa condenando o ataque de 7 de outubro. Mas, mais: sabe que o Livre foi o primeiro partido a mencionar nesta Câmara, e está em ata, o primeiro ataque

antisemita que houve, após o 7 de outubro, no nosso País, que foi a vandalização da Sinagoga do Porto. Porque é absolutamente inaceitável qualquer amálgama entre um Estado e uma religião, entre um Governo e um povo.

Portanto, acho que isto esclarece mais do que seria necessário. Até se poderia devolver a pergunta: o Sr. Deputado tem noção da diferença de escala entre a morte de 37 000 pessoas e a expressão — condenável! — de vandalismo, que não tem comparação?

Não são a mesma coisa, porque a morte de uma pessoa é a morte de uma pessoa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a morte de reféns?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado, também não estava aqui, mas é capaz de se lembrar, porque foi bastante falado e apareceu na imprensa, que eu fui, pessoalmente, bastante criticado por me ter encontrado com famílias de reféns, aliás, de nacionalidade portuguesa, que estão nas masmorras do Hamas. Acho que isso é esclarecedor.

O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva não tem as mesmas desculpas, porque estava aqui, porque assistiu e porque viu. Peço desculpa, mas quem, na política feita a sério, lê os programas dos outros partidos sabe que o Livre, desde a sua fundação, é a favor da solução de dois Estados, o que significa que «desde o rio até ao mar», toda a gente deve ser livre, de acordo com a sua identidade nacional, nos dois Estados, e deve viver em paz e em segurança.

Quem teve inúmeros debates comigo aqui não faz aquilo que é a política de rasteirinha,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, tem 2 minutos para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... porque, se fôssemos por aí,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço desculpa, Sr. Deputado, tem 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... também haveria muita política de rasteirinha para fazer, não com dirigentes do Livre, mas com Deputados da IL, que, por exemplo, sendo...

Protestos da IL.

Pois é, mas não sou eu que tenho culpa de o Deputado Rodrigo Saraiva não ouvir!
Dizia: com dirigentes da Iniciativa Liberal, que, por exemplo, sendo do mesmo grupo,...

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado teve dois pedidos de esclarecimento, a que responde em conjunto, e, portanto, tem 3 minutos, e agradeço que lhe criem condições para terminar a sua resposta. Muito obrigada.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se fôssemos por políticas de rasteirinhas, não era por um fotograma extraído de um tempo de antena, era por candidatos presidenciais da IL ou Deputados da IL que estão no mesmo grupo do presidente do Hamas quando dizem que preferem Milei, da Argentina, que, por acaso, é um desses extremistas que acha que do mar até ao rio Jordão não há lugar para palestinianos.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Agradeço à Câmara que crie as condições para continuarmos este debate.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos de conseguir continuar este debate de forma minimamente tranquila.

O Sr. Deputado Rui Tavares tem agora a palavra para fazer um pedido de esclarecimento ao Governo, se faz favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, discordando nós acerca do momento para o reconhecimento da independência da Palestina, a verdade é que há muito que o Governo português pode fazer.

Pode até compreender-se o argumento de que, uma vez declarada, a independência está declarada e é uma carta que se joga só uma vez. O que quero ouvir da parte do Sr. Ministro é...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito brevemente, Sr. Deputado, porque já entrou em tempo negativo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... se concorda com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros em que, segundo proposta do Livre, o Governo português pode emitir, desde já e publicamente, um guião para o reconhecimento da independência da Palestina que nos permita, depois, passar ao ato jurídico de um dia para o outro, mas sabendo-se publicamente que estamos prontos para o fazer.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, agradeço a questão.

Antes de responder diretamente à questão que colocou, gostaria de deixar, como introito ou enquadramento, duas ou três notas, muito brevemente. Primeiro, numa matéria desta natureza, em que do ponto de vista essencial acho que conseguiremos encontrar um consenso generalizado — apesar de abordagens e visões por vezes diferentes —, quanto a uma solução dos dois Estados, parece-me que há, de facto, um caminho a ser percorrido.

Do ponto de vista deste Governo, não há qualquer dúvida nem hesitação a esse respeito. Aliás, há um histórico bem assumido, desde há bastante tempo, e que este Governo reafirma com toda a convicção. Portanto, é nisso que estamos a trabalhar.

Aquilo em que eventualmente poderemos divergir é que nós acreditamos muito no trabalho de mediação que estamos a fazer. Não é, se calhar, o caminho mais simples. O mais simples seria um reconhecimento formal feito no momento imediato, mas que provavelmente seria relativamente inconsequente.

Ora, aquilo que estamos a fazer, designadamente do ponto de vista diplomático, através de todos os nossos canais — do Ministério dos Negócios Estrangeiros, evidentemente com o alto patrocínio do Primeiro-Ministro e com o impulso e a convicção de todo o Governo —, é a tentar sermos ainda mais úteis e mais eficazes do que, se calhar, através de um mero reconhecimento. Estamos a desenvolver iniciativas, desde logo no seio da União Europeia, mas não só, para podermos dessa maneira contribuir para se encontrar uma solução que se traduza numa paz duradoura e, diria, justa para aqueles povos, como ambos concordaremos, certamente.

Do ponto de vista dos passos que estão a ser dados, como digo, do ponto de vista diplomático há vários. Quem está a coordenar isso, com o apoio inequívoco e suporte de todo o Governo, é, evidentemente, o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros. Portanto, respondo-lhe com toda a sinceridade e com toda a simplicidade: evidentemente que corroboro aquilo que está a ser feito por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas o guião? O guião?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Temos agora intervenções, nesta primeira ronda do debate, e a primeira inscrição é da Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é, de facto, um tema muito sério que nos tem trazido alguns debates nos últimos tempos, em resultado do genocídio que está a acontecer em Gaza desde 7 de outubro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Antissemita!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — O Governo português tem como posição oficial o reconhecimento de dois Estados — tem-no tido há muito tempo — com base nas resoluções da ONU e com o reconhecimento das fronteiras definidas em 1967.

Aquilo a que temos assistido entretanto, nos últimos anos, é a uma ocupação sistemática por parte de Israel dos territórios da Cisjordânia, é a um cerco total a Gaza, e, neste momento, como disse, desde 7 de outubro, assistimos a um exército a exterminar um povo e a um genocídio. E é um povo que não pode fugir, porque está bloqueado naquele território, mesmo nas zonas que são declaradas seguras.

Nós temos perfeita noção de qual é o real alcance do reconhecimento do Estado e sabemos que o real alcance não se traduz necessariamente num processo imediato que leve à paz naquele território. Temos consciência disso, mas também temos consciência de que as consequências de não reconhecer o Estado da Palestina são reais e têm implicações reais neste momento. Não reconhecer o Estado da Palestina é, de certa forma, não dar um sinal que possa permitir parar esta matança e é alimentar aquilo que tem sido ofensiva israelita, ainda que de forma totalmente indireta.

Existe um risco — esse risco é grande e cada vez mais real, à medida que a violência continua sem um horizonte político à vista —, que é o da guerra sem fim e, de facto, o extermínio total do povo em Gaza.

Israel diz que está a combater o Hamas, mas, na verdade, o que está a fazer é um recurso à punição coletiva de um povo. E não podemos esquecer que, ao mesmo tempo em que diz que está a combater o Hamas, Israel também não reconhece propriamente a OLP (Organização de Libertação da Palestina). Aliás, tem contribuído de forma muito sistemática para o enfraquecimento da própria OLP, e teve um contributo também específico no reforço do próprio Hamas — e nós não esquecemos as palavras do ex-Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin quando, mesmo antes de ser morto, disse que o Hamas era o erro maior e mais grave que cometemos, referindo-se a Israel.

A criação do Estado da Palestina tem sido boicotada por Israel nos últimos 30 anos, sendo que ainda hoje continua a não reconhecer, precisamente, a existência de uma solução de dois Estados. Não é preciso ir muito longe: já uns meses largos depois do extermínio em Gaza, em janeiro deste ano, Netanyahu voltou a referir que recusa totalmente a solução de dois Estados.

Sr. Ministro, o reconhecimento não vai trazer a paz nem o fim da matança no dia a seguir, mas, como disse, o não reconhecimento tem consequências graves, sérias e permite que se continue, sem nenhuma novidade no horizonte, a fazer esta matança e este extermínio em Gaza.

Por isso, o que pedimos é esse reconhecimento, porque esse reconhecimento é, pelo menos, um sinal político importante e fundamental para podermos iniciar aquilo que pode ser um horizonte de paz e de libertação do povo palestino.

Aplausos do BE, do PS e do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos perante um tema de enorme importância, de grande atualidade para o mundo, mas também, naturalmente, para Portugal. Faz todo o sentido que o tema da questão de Israel com a Palestina seja discutido recorrentemente na Assembleia da República, seja em Plenário, seja em comissões especializadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Discutir as dificuldades dos portugueses, isso é que não!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — O PSD tem acompanhado, com particular atenção e enorme preocupação, o desenrolar desta questão, e temos acompanhado com entusiasmo as posições assumidas pelo Governo português. Diria, resumindo: o Governo tem manifestado posições de enorme firmeza; o Governo tem manifestado posições de enorme equilíbrio; o Governo tem apresentado posições e soluções construtivas; o Governo português tem apresentado posições justas nesta difícil questão. O PSD acompanha e contribui para a estratégia da política externa portuguesa também nesta questão israelo-palestiniana.

Aliás, é justo e, diria mesmo, um orgulho, na nossa diplomacia, no nosso Governo e no nosso País, reparar que países árabes, a Palestina, Israel, os nossos aliados europeus, elogiam a postura e as posições equilibradas defendidas e assumidas por Portugal.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, permitam-me que destaque a sugestão original do Governo português, junto com os Governos da Grécia e da Dinamarca, numa proposta para que a União Europeia reforce os apoios e os meios à Autoridade Palestiniana.

Aplausos do PSD.

Legitimar e reforçar a Autoridade Palestiniana, dando-lhe mais meios, é reforçar um interlocutor capaz, equilibrado e que conhecemos bem.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Portugal defende esta original sugestão junto das instituições europeias, como tem defendido posições semelhantes nas Nações Unidas.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, falar deste atual momento na questão de Israel-Palestina obriga-nos a fazer um correto e justo enquadramento cronológico. Tudo começou com o massacre do dia 7 de outubro de 2023, em que, de forma bárbara e inaceitável, profundamente condenável,...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — ... o Estado de Israel foi atacado por um grupo terrorista, um grupo terrorista que causou a morte a mais de 1000 cidadãos de Israel. Um ataque deplorável, com pormenores arrepiantes e que nunca poderá ser esquecido como respeito à memória das suas vítimas. E também não podemos esquecer que ainda existem reféns israelitas nas mãos dos terroristas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Portugal tem insistido, e bem, na libertação dos reféns. Aliás, dois deles têm mesmo nacionalidade portuguesa, um facto que não pode ser nunca esquecido pela Assembleia da República de Portugal.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, Portugal tem tido, ao longo dos anos, uma posição constante, firme, acerca da Palestina. Defendemos que um futuro Estado palestino coexista em paz com o Estado de Israel. Temos sido sempre claros nesta posição: dois Estados, numa região em paz.

Reconhecer, neste momento, a independência da Palestina não nos parece oportuno, nem nos parece que sirva os interesses da paz.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se não agora, quando?

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Basta reparar que são muitos os países que já reconheceram a independência da Palestina, mas o conflito mantém-se.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! É isso!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Esse reconhecimento não tem tido como consequência a tão desejada paz.

É por isso que o PSD deseja um Estado independente da Palestina, mas, para bem dos próprios palestinianos e da região, consideramos que ainda não estão reunidas as condições. Mas iremos continuar a apoiar e a incentivar o Governo português para que continue a contribuir para uma solução que sirva à Palestina, uma Palestina livre e democrática, uma Palestina soberana, uma solução que privilegie a segurança do povo palestiniano, que privilegie a segurança de toda a região do Médio Oriente, o mesmo é dizer, a segurança de todos os países vizinhos da Palestina, incluindo, naturalmente, Israel.

Termino, Sr.^a Presidente, dizendo que a prestigiada diplomacia portuguesa, orientada pelo Governo português, está, neste momento, a ter um papel discreto, como deve ser, mas muito determinado e consistente.

Portugal é um mediador, um mediador sério, consistente e previsível. Como tal, esta posição de mediação, reconhecida, respeitada, elogiada pela comunidade internacional, recomenda que, para mantermos estes canais de diálogo com o Estado de Israel, com as autoridades palestinianas e, ainda, com todos os países e organizações internacionais que estão envolvidos nesta delicada questão, Portugal não avance, por agora, para o reconhecimento formal do Estado da Palestina.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Palestina vive uma crise humanitária extrema com uma extensão sem precedentes, situação à qual não podemos fechar os olhos, por muito difícil que seja encarar a dimensão da tragédia humana. Há, inclusive, relatórios que apontam para crimes de guerra e contra a humanidade na Palestina.

Qualquer ofensiva militar tem regras. Qualquer defesa do território e do povo deve ser feita no estrito cumprimento do direito internacional. E é nas situações mais difíceis que o primado da lei deve sempre prevalecer. Foi para isso que se fizeram as Convenções de Genebra.

A paz é urgente. Perdem-se vidas todos os dias e, quem não morre, vive permanentemente ameaçado, sujeito à violência, sem saneamento ou comida. Todos os esforços diplomáticos devem ser empregues numa negociação que termine rapidamente com as hostilidades na região. O reconhecimento de um Estado, ainda que tenha como objetivo principal exercer pressão diplomática num determinado sentido, não pode ser completamente alheio à dimensão material e às exigências que o reconhecimento de um Estado pressupõe.

Reconhecer o Estado da Palestina implica, por exemplo, ter nesse Estado, além de paz e instituições funcionais, uma autoridade credível, e essa autoridade não é certamente o Hamas. A Autoridade Palestiniana tem de ser reforçada para ter verdadeira autoridade. A Faixa de Gaza, parte do território que seria reconhecido como o Estado da Palestina, vive hostilidades abertas e é dominada por uma organização terrorista, que sacrifica o seu próprio povo sem remorsos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, o exército israelita!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Após o reconhecimento do Estado da Palestina por parte de Espanha, as negociações para a libertação dos restantes reféns pararam quase por completo, demonstrando o quão contraproducente foi essa decisão.

Por tudo isto, não acreditamos que o reconhecimento individual do Estado da Palestina, por parte de Portugal, contribua, neste momento, para terminar com o conflito ou para levar a uma paz duradoura e à convivência pacífica entre ambas as partes.

Somos pela existência dos dois Estados, somos pela convivência entre os povos israelita e palestiniano, condenamos a morte de civis, funcionários humanitários e jornalistas. Esta é a posição sensata, moderada e que levará à paz.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Registamos, de seguida, a inscrição da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que, neste momento, não se encontra no Hemiciclo, pelo que julgo que poderemos passar à intervenção seguinte, trocando a ordem.

Se a Sr.^a Deputada Paula Santos estiver de acordo, passo-lhe a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: As atrocidades contra o povo palestino prosseguidas por Israel não têm fim. O direito internacional, as resoluções das Nações Unidas, o respeito da determinação do Tribunal Internacional de Justiça de um cessar-fogo imediato e permanente são sistematicamente violados por Israel e contam com a inadmissível conivência do imperialismo e dos seus aliados.

De há oito meses para cá, só na Faixa de Gaza, já foram assassinados mais de 37 000 palestinianos, na sua maioria mulheres e crianças. Na Cisjordânia, agudizam-se os ataques e continua a expansão de colonatos.

De que está à espera Portugal para dar um contributo decisivo para que se cumpram as resoluções das Nações Unidas? O Governo não reconhece o Estado da Palestina nem se quer associar à ação iniciada pela África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça. Porquê? Está à espera do aval dos Estados Unidos, da União Europeia, porventura, de Israel, deitando por terra a nossa soberania?

Apesar de toda a retórica que aqui ouvimos, não se encontra qualquer justificação para que o Governo não adote o posicionamento que se exige, o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos, aliás, um dos pontos que consta da nossa Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito às relações internacionais.

Esta agressão, esta violência, contrariamente ao que alguns queiram aqui dizer, não começou no ano passado. São décadas de violência, de agressão, de barbárie, de Israel contra o povo palestino. Não acham que é tempo demais e que se impõe, de facto, um posicionamento e uma ação consequente?

Cada dia que passa há mais destruição, mais mortos. São já 75 % os países das Nações Unidas que reconhecem o Estado da Palestina. Quase metade dos países da União Europeia já o reconhecem.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Não resolveu nada!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portugal integra aquela minoria que insiste em não o reconhecer.

Reconhecer o Estado da Palestina é uma decisão que Portugal pode e deve tomar, é uma decisão que não depende de ninguém, é uma decisão soberana do nosso País. Temos todas as condições para o fazer. O Governo não o faz por opção política. Essa é que é a questão.

Aquilo que se exige, neste momento, é um cessar-fogo imediato e duradouro; o fim definitivo dos bombardeamentos e das deslocações forçadas da população; a proteção do povo palestino em Gaza e na Cisjordânia; a entrada de ajuda humanitária necessária; a reclamação da libertação de todos os presos palestinianos e todos os reféns israelitas; o imediato reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal, soberano e independente, com fronteiras de 1967, capital em Jerusalém Oriental; e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados.

Não fazer o que se impõe, não se querer enfrentar Israel, Sr. Ministro, permita que lhe diga, só revela, de facto, a cumplicidade com tudo aquilo que Israel está a fazer contra o povo palestino.

Aplausos do PCP e do BE.

Protestos do PSD e da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: O reconhecimento da Palestina enquanto Estado não é um mero gesto simbólico; é mais do que isso. É preciso e fundamental que existam passos no sentido de condenar os atos de guerra que têm sido cometidos. Estamos a falar de um verdadeiro genocídio, de uma crise humanitária sem precedentes. A ONU já deu o alerta de que a cada minuto morre uma criança — falamos de mais crianças do que nos últimos quatro anos de todas as guerras a nível global.

A ideia de mediar este conflito é, de alguma forma, ingénua, porque não podemos mediar ou chamar de mero conflito àquilo que se está a passar na Palestina. Mais, não podemos falar de justiça e de apoio incondicional, tal como falamos para a Ucrânia, e não ter o mesmo critério, o mesmo tipo de apoio para o povo palestino, por mais difícil que possa ser esta posição.

Se, ao longo de décadas, se tem dito que é, de facto, uma situação complexa a que se vive na Faixa de Gaza, essa complexidade não pode servir para uma cortina de fumo em torno de uma decisão que, no entender do PAN, deve ser tomada pelo Estado português.

Não compreendemos que o Governo português não assuma e não reconheça o direito do Estado da Palestina a ser reconhecido como Estado. Por mais complexa que a situação seja, por mais que, de ambos os lados, haja vítimas inocentes, estamos a falar do genocídio de um povo que tem de ser ajudado e que, acima de tudo, precisa de ver também reconhecido o seu direito à autodeterminação.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra, o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, temos aqui um debate de atualidade, que é uma figura regimental, requerido pelo Partido Livre, que nos traz este tema. Mas os portugueses lá em casa — e nós estamos na Casa da democracia, na Casa dos portugueses — estão a pensar assim: «De que é que estes 230 Deputados vão falar hoje? Será que vão decidir a vida das forças de segurança?» Não. «Será que vão decidir a vida dos bombeiros?» Não. «Será que vão falar dos professores?» Não. «Será que vão falar dos oficiais de justiça?» Não. «Será que vão falar dos médicos e dos enfermeiros?» Não.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Estamos a falar de crianças que estão a ser mortas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O importante para os portugueses que estão lá em casa, para aqueles portugueses que estão com dificuldades, hoje, dia 21, em pagar as rendas, não é este tema. O importante, para o Livre, é o reconhecimento do Estado da Palestina.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É bem importante!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Realmente, para os portugueses que não conseguem pagar as suas rendas de casa, que não conseguem pagar as faturas do supermercado, a grande preocupação deles, hoje, é o reconhecimento do Estado da Palestina. Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas falar das gémeas é muito importante!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A única coisa que tem de dizer aos portugueses é que o Livre não tem nada para apresentar aos portugueses.

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

O Livre tem zero, zero, bola. Não tem nada, nada para apresentar aos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O seu partido tinha um programa de nove páginas, nove páginas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Deputado, não se enerve. Não se enerve, Sr. Deputado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ainda assim são mais páginas do que os Deputados que vocês têm!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenha cuidado com o coração, não se enerve.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estou nervosíssimo, estou aqui que nem posso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Deputado, vá lá que tivemos sorte. Podiam ter trazido o tema LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo) no Uganda, que foi o que votaram na semana passada, LGBTI não sei o quê. Podiam ter trazido isso. Vá lá, tivemos sorte, tivemos sorte.

Aplausos do CH.

Todos estamos de acordo que Portugal tem de procurar a paz. Eu creio que isso é unânime, nesta Casa. Portugal tem de procurar a paz,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não se procura a paz!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... mas não é o momento ainda de reconhecer o Estado da Palestina. Não é no meio de uma guerra que vamos reconhecer um Estado. Não é aí, Sr. Deputado, não é a altura.

Por muito que vocês tentem capitalizar esses votos, por muito que façam concorrência ao Bloco de Esquerda e ao PCP nessa luta, não é o momento — aliás, têm um Deputado que traz até o cachecol do Arafat, que está aí atrás de si também, com o cachecol do Arafat.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Também têm um Deputado com cachecol!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós temos de estar sempre ao lado da paz, mas não se começa uma negociação para o reconhecimento de um Estado com uma guerra, e isso é aquilo que tem de ser dito.

Sr. Deputado, os problemas dos países e os problemas como o da Palestina e como o de Israel não se resolvem com *pins*, com manifestações, com escrever nas paredes. Não se resolvem assim. Resolvem-se a falar, a conversar, com negociações para a paz. É o primeiro.

Cessar-fogo, importantíssimo. Aquilo que o Sr. Ministro disse é importantíssimo. É o cessar-fogo por que nós devemos lutar. Em vez de estarmos aqui a tentar reconhecer Estados e mais Estados e mais Estados, é cessar-fogo. É isso.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Votou contra, na Legislatura passada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que votou contra? Mas quem é que votou contra? Não diga asneiras. Ó Sr. Deputado, não diga asneiras.

Ó Sr. Deputado, os senhores...

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Fabian, tenha calma.

Os senhores estão ao lado dos terroristas, e eu vou avivar-lhe a memória. Sabe porque é que estão ao lado dos terroristas? Sabe porque é que...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Está na sua bancada, duas filas atrás!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! Tenha calma. Tenha respeito!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olhe que é o Sr. Vice-Presidente da Assembleia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe, Sr. Deputado, eu vou avivar-lhe a memória. O Chega trouxe aqui, a este Parlamento, o reconhecimento da Federação Russa como Estado terrorista.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Depois do Livre!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabe como é que votou o Livre? Sabe como é que votou o Livre? Votou contra, Sr. Deputado!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Votou contra, Sr. Deputado! Votou contra! Votou contra!

Aplausos do CH.

Essa é que é a verdade! Votou contra.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Livre apresentou antes.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Votou contra, e não foi a Joacine! Foste tu!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E, sim, Sr. Ministro, nós também estamos muito preocupados com as crianças e com as mulheres que morrem nesta guerra. Preocupa-nos. É grave. Não aceitamos, estamos chocados com isto. Todas as guerras nos chocam. Todas as guerras nos chocam. Isto é unânime, nesta Casa.

Agora, não vale a pena estarmos aqui a querer reconhecer um Estado só por reconhecer. Vamos reconhecer o Estado da Palestina, porque vamos reconhecer, porque é uma guerra nossa. Não. Não.

E não é com manifestações como fizeram, por exemplo, à porta do Cinema São Jorge, patrocinadas pela extrema-esquerda,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... manifestações antissemitas — essas, sim, a espalhar o ódio —, que vocês patrocinaram, quer o Bloco de Esquerda quer o Livre.

Aplausos do CH.

Olhe, sabe o que é que vinha escrito, no dia seguinte a esta manifestação, na rede social X, da juventude do Bloco de Esquerda? Vinha escrito assim: «Juventude do Bloco, estivemos presentes.» Estiveram presentes na manifestação, uma manifestação antissemita, em que atiraram ovos, onde ofenderam pessoas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde ofenderam pessoas. Era isto!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — E para terminar, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E termino, Sr.^a Presidente, apenas dizendo o seguinte, que é a opinião unânime do nosso Grupo Parlamentar: não é altura de reconhecimento do Estado da Palestina.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — No ano passado não era altura... Andam sempre atrás, andam à babuja!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O Boavista não joga hoje. Tira o cachecol!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr.^a Vice-Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais de oito meses depois do hediondo ataque terrorista do Hamas em Israel, ocorrido em 7 de outubro de 2023, que fez 1200 mortos e centenas de reféns, já morreram, na Faixa de Gaza, mais de 37 000 pessoas, das quais mais de 14 000 crianças, e há 85 000 feridos.

A ONU revelou que já morreram mais crianças, desde 7 de outubro, em Gaza, do que em todas as guerras que eclodiram em todo o mundo, nos últimos quatro anos.

Metade da população de Gaza, mais de 1 milhão de pessoas, está em condições catastróficas, em termos de alimentação e cuidados médicos, ao ponto de a ONU afirmar que, das 700 000 pessoas mais famintas do mundo, quatro em cada cinco está na Faixa de Gaza.

Como diz o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, Gaza está a tornar-se um cemitério de crianças e é uma crise da humanidade. E, sim, por isso diz respeito a Portugal.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L.

Depois dos crimes bárbaros e hediondos praticados pelo Hamas em 7 de outubro, temos agora uma tragédia humanitária a decorrer debaixo dos nossos olhos, na Faixa de Gaza, pela intervenção das forças israelitas.

A indiferença é criminosa, perante os crimes de guerra e contra a humanidade que estão a ser praticados na Faixa de Gaza. A qualificação não é minha; a qualificação é do Tribunal Penal Internacional (TPI), que emitiu mandados de prisão contra o Primeiro-Ministro de Israel, contra o seu Ministro da Defesa e contra três líderes do Hamas.

Portugal é parte no estatuto do TPI, e o direito internacional é para cumprir.

Aplausos do PS e da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

Em maio, o Tribunal Internacional de Justiça ordenou a Israel que suspendesse de imediato as operações militares em Rafah, tendo acontecido exatamente o oposto. A ordem internacional e o direito internacional não comportam dualidades de critérios.

A continuação da guerra em Gaza, sem uma intervenção mais veemente da comunidade internacional, garante apenas que o radicalismo do ódio, que serve a ambos, aos terroristas do Hamas e ao Governo radical ultranacionalista de Israel, se mantenha.

A comunidade internacional não pode continuar a assistir a esta tragédia sem uma reação veemente, exigindo de imediato um cessar-fogo, soluções para haver ajuda humanitária, restabelecer os corredores humanitários, libertar os reféns, proteger as populações civis e negociar a paz.

O Governo português e a União Europeia devem atuar decididamente, envidando esforços diplomáticos neste sentido.

Mas a trágica situação que se vive em Gaza vem chamar novamente a atenção e tornar mais urgente o cabal cumprimento das sucessivas resoluções das Nações Unidas, no sentido da implementação da solução dos dois Estados. Por isso, tem de se reconhecer já o Estado da Palestina.

Aplausos do PS e do BE.

É preciso retomar a esperança que foi criada pelos acordos de Oslo, onde, lembre-se, a Autoridade Palestiniana reconheceu o Estado de Israel sem reciprocidade.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estiveram no Governo oito anos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma vergonha!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — A Palestina é Estado observador das Nações Unidas, mas a Autoridade Palestiniana não é Estado de pleno direito, devido ao veto.

Cento e quarenta e seis países já reconheceram a Palestina como Estado independente, entre os quais 10 países da União Europeia, recentemente — a Espanha, a Irlanda e a Noruega.

Está a construir-se um consenso internacional em torno da independência da Palestina, e esta evolução cria uma alteração das circunstâncias que justifica e que impõe que Portugal reconheça já o Estado da Palestina.

Esperar pela unanimidade não é mais do que adiar para sempre uma solução para o conflito, o direito de um povo à autodeterminação, sem prejuízo, naturalmente, de se continuar a envidar esforços para que todos os Estados-Membros da União Europeia reconheçam em conjunto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estavam só à espera que o PS saísse do Governo!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Neste contexto, entendemos que deve o Estado da Palestina ser reconhecido por Portugal, com a Autoridade Palestiniana como sua única e legítima representante nas negociações e como Governo legítimo.

Aplausos do PS.

E, sim, nem «from the river to the sea» nem criação de colonatos ilegais na Cisjordânia.

Aplausos do PS.

Claro que o reconhecimento da Palestina não resolve de imediato todos os problemas. Para isso, é preciso, antes de mais, um cessar-fogo imediato.

Mas esse reconhecimento mantém viva a solução dos dois Estados, a solução que o direito internacional defende, e serve também para pressionar uma solução de paz para este terrível conflito. Será o primeiro momento de um longo caminho, mas um passo na direção certa, que Portugal deve dar.

E, já agora, para terminar, numa época em que vivemos contextos em que imperam o ódio e o radicalismo, devemos todos combater quer o antissemitismo quer a islamofobia. Não há culpas coletivas nem do povo de Israel nem do povo da Palestina.

Aplausos do PS e do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento, mas o Livre faz sinal à Mesa. Faça favor, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, muito rapidamente, pedi a palavra para um ponto de ordem sobre a condução dos trabalhos. O Livre vai enviar à DAPLEN (Divisão de Apoio ao Plenário) e pedir distribuição a toda a Câmara dos seguintes resoluções e votos: o Projeto de Resolução n.º 303/XV/1.^a (CH) —

Recomenda ao Governo que reconheça a Rússia como Estado «patrocinador do terrorismo internacional», em que, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, o Livre absteve-se, não votou contra, e da resolução...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Enganou-se!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino, se eu puder terminar.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Com certeza, pode terminar. Os Srs. Deputados vão permitir.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A bancada do Chega poderia reconhecer que enganou a Câmara, mas, em vez disso, faz barulho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que está a fazer barulho?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado vai fazer essa distribuição e ficará esclarecido.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E do Projeto de Resolução n.º 6/XV/1.^a (L), que instava o Governo a levar ao Tribunal Penal Internacional os responsáveis da Federação Russa por crimes de guerra, porque, para nós, seja Putin seja Hamas seja Netanyahu,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, não pode ser uma nova intervenção. Muito obrigada.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o lugar do criminoso de guerra é no Tribunal Penal Internacional, em Haia.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Arafat não bateu palmas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada, a Sr.^a Deputada afirmou aqui, neste Plenário, que Portugal deveria reconhecer imediatamente o Estado da Palestina. É mais uma afirmação de uma enorme hipocrisia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu pergunto: a questão da Palestina é uma questão que se arrasta há décadas; onde é que o PS esteve nos últimos oito anos na governação?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Que autoridade é que o PS tem para pedir o reconhecimento da Palestina, quando, nos últimos oito anos, não fez absolutamente nada, Sr.^a Deputada?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Fez bola, fez zero relativamente a esta matéria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E agora, com um descaramento inacreditável, com uma hipocrisia que bate todos os recordes na política, vem pedir o reconhecimento imediato do Estado da Palestina.

Sr.^a Deputada, tenha vergonha,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem! Bem, é isso mesmo!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... por causa da falta de descaramento. Tenha vergonha daquilo que pede neste momento, depois de ter estado oito anos sem fazer absolutamente nada por este tema.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vergonha! Tenham vergonha!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — São cinquenta mais dois!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Ia dar-lhe a palavra, Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, mas não tem tempo para responder. Fica feito o pedido de esclarecimento.

Eu peço à Câmara que crie condições para prosseguirmos.

Pausa.

O CDS cede, se a Sr.^a Deputada Alexandre Leitão assim entender, os 29 segundos restantes. A Sr.^a Deputada aceita-os. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, rapidamente, não é verdade que o Governo do Partido Socialista não tenha feito nada nesta matéria, mas, em todo o caso, eu fui clara quando disse duas coisas.

Primeiro, que houve uma evolução e uma alteração das circunstâncias...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Há sempre!...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... e, segundo, que, em 7 de outubro, aconteceu alguma coisa, e a sua consequência...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Veja o PS!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... claramente nos deve fazer olhar para as coisas e deve fazer mudar ou evoluir na opinião.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, sim!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Houve coisas que foram feitas. Aquilo que acontece é fechar os olhos a uma tragédia em que Portugal deve evoluir claramente.

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Indo direta ao assunto: deve-se evoluir nesta matéria.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Estiveram oito anos no Governo, fizeram bola!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não é verdade. Deve-se evoluir nesta matéria. De 7 de outubro a 7 de novembro foi um mês.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Estavam no Governo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É muito simples: vamos a eleições e a esquerda ganha!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O PS chega ao Governo e muda de posição!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo mais inscrições nesta ronda, passamos à segunda ronda do debate. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A 13 de setembro de 1993, nos jardins da Casa Branca e sob o olhar de Bill Clinton, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin apertam as mãos.

Essa convergência de vontades foi o que nos inspirou a acreditar no fim do conflito israelo-palestiniano e na paz assente em cedências e compromissos que muitos achavam impossíveis.

Infelizmente, apesar dos importantes passos iniciais, o espírito de Oslo deu lugar à intransigência, à desconfiança mútua e à radicalização.

Mas olhemos agora para a realidade de hoje. O Governo português e os seus parceiros foram claros na condenação da mais recente incursão militar israelita em Rafah. O PSD olha com sentida consternação para a tragédia humanitária vivida em Gaza e defendemos, por isso, a urgência de um cessar-fogo que viabilize o imprescindível apoio humanitário à população civil palestina que dela carece.

Para o PSD, a dignidade e o direito à vida são valores estruturantes.

Aplausos do PSD.

A perda de uma vida civil, seja a morte de uma criança, de um jovem ou de um idoso é sempre uma tragédia. Não distinguimos vítimas inocentes entre palestinianos e israelitas. Precisamente por isso, não somos seletivos na abordagem à tragédia humana, nem por nacionalidade nem por agenda política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — É por isso que quem hoje diz «já condenámos, lá por outubro ou em novembro, a barbaridade do Hamas», mas agora já não se fala mais disso, porque o que é importante é responsabilizar exclusivamente o Estado de Israel, pratica um ato político de um cinismo intolerável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há reféns inocentes que estão hoje em cativeiro terrorista. Existem famílias que ainda hoje choram os desaparecidos, não sabem se os seus entes queridos estão vivos ou estão mortos. Tudo isto se torna ainda mais cruel quando, há poucos dias, o Hamas rejeitou uma proposta de cessar-fogo apresentada pelos Estados Unidos da América.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Os termos eram simples: a libertação dos reféns e a deposição das armas por parte do Hamas.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sabemos que forças políticas à esquerda neste Parlamento juntaram-se ao ativismo que se manifesta em nome da causa palestiniana, em nome da condenação da operação militar israelita e, mais recentemente, em nome do reconhecimento do Estado palestiniano. Assistimos, inclusive, a um Deputado deste Parlamento a apelar aos nossos jovens estudantes para que ocupassem universidades em nome desta causa.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Bem lembrado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não foi assim!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Ora bem, deixo-vos um apelo, um apelo à coerência a todos os Deputados que são uma voz ouvida na comunidade ativista em Portugal: porque desejam o fim da morte, porque desejam que o povo palestiniano deixe de ser o escudo inocente às mãos dos terroristas do Hamas, porque desejam a paz, então, utilizem a vossa voz, mobilizem o ativismo que apoiam para se manifestarem e exigirem ao Hamas que liberte os reféns inocentes; usem a vossa voz para exigir que, em nome da decência, o Hamas deponha as armas e assine o cessar-fogo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando nos perguntam para quando o reconhecimento por parte de Portugal do Estado da Palestina, permitam-me citar alguém muito conhecido desta Casa: «O reconhecimento do Estado da Palestina é algo que deve acontecer, mas em coordenação com alguns parceiros próximos e num momento com consequência para a paz.» Não estou a falar de Luís Montenegro e não estou a falar de Paulo Rangel; estou a falar de João Gomes Cravinho, o último Ministro dos Negócios Estrangeiros do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E o que é que aconteceu depois?

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Portanto, é aqui que estamos. É por este sentido de Estado que nos batemos, porque não trocamos uma notícia num telejornal por uma decisão que pode e deve fazer uma diferença real entre a guerra e a paz.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Otto von Bismarck, que a extrema-esquerda nunca leu ou nunca entendeu, disse que a política é a arte do possível.

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

É um Estado palestino independente desejável? Sim. Esta é a posição de Portugal e também a do Chega.

É um Estado palestino possível nas condições atuais? Claro que não. O Chega sabe-o, Portugal sabe-o e até a extrema-esquerda, provavelmente, o saberá.

Reconhecer agora o Estado da Palestina é querer ignorar que quase metade da população vive sob a força terrorista do Hamas...

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... e que a extrema-esquerda, que aqui vem defender esse reconhecimento, é a mesma que exige ao Exército de Israel que se retire a qualquer preço, sem libertar reféns nem pôr fim ao poder do terror.

Mais: o que a extrema-esquerda aqui vem propor nem sequer contribuirá para pôr fim à guerra.

Sr. Deputado Rui Tavares, que fique claro que o Chega apoia a solução de dois Estados, mas quer dois Estados com fronteiras seguras, estáveis e em paz, para que tanto israelitas como palestinianos possam viver sem medo e sem guerra. Para que isso aconteça o terrorismo tem de ser vencido, custe o que custar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois, dos dois lados!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto:** — Para que exista um Estado palestino, o Hamas tem de depor as armas e desaparecer.

Aplausos do CH.

Para que haja um Estado palestino, a verdade, pura e dura, é que o Governo de Israel e a Autoridade Palestiniana terão de decidir conjuntamente as suas fronteiras.

A política, como disse Bismarck, é a arte do possível. Começemos, então, com o que é possível. É a vida. Pede o Livre o reconhecimento da Palestina. Mas de que Palestina? Uma Palestina governada por uma Autoridade Palestiniana fraca e infiltrada, se não mesmo refém dos terroristas? Ou, na pressa de agradar ao eleitorado ativista da extrema-esquerda, nada disso importa, governe quem governar?

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E as galinhas terem dentes? Imponha já esta condição!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto:** — É que, neste momento, entre a Autoridade Palestiniana e o Hamas é basicamente baralhar e dar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos a votos: vocês com essa vossa posição da treta e nós com a nossa!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Desde 2019 que está lá dito! Vocês acham que são os donos das causas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, criemos condições para continuarmos este debate. Para uma intervenção, tem palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS é profundamente solidário com o sofrimento da população civil sujeita ao conflito militar na Faixa de Gaza e é também profundamente solidário com as famílias portuguesas que foram afetadas por esta desgraça com o ataque terrorista do grupo Hamas, em outubro do ano passado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sempre defendemos a solução dos dois Estados, que corresponde, aliás, à linha política seguida pela diplomacia portuguesa nas últimas décadas, e acreditamos firmemente que um Estado de Israel seguro e um Estado da Palestina viável são essenciais para a paz e para a estabilidade da região.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É isso que é preciso reconhecer!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é a via para uma paz justa e duradoura entre israelitas e palestinianos, e o CDS tem sido incansável na defesa desta causa.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de recordar a esta Câmara que foi no anterior Governo PSD/CDS, com Paulo Portas como Ministro dos Negócios Estrangeiros, que Portugal deu verdadeiros passos no reconhecimento dos direitos dos palestinianos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi connosco que Portugal votou a favor da resolução que conferiu à Palestina o estatuto de Estado Observador na Assembleia Geral da ONU. E foi agora, neste Governo, novamente do PSD/CDS, que, no dia 10 de maio, Portugal votou a favor, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a resolução que concedeu novos direitos à Palestina...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e recomendou ao Conselho de Segurança a aprovação como Estado de pleno direito daquela organização — posição, aliás, inédita face ao posicionamento anterior do Governo do PS e do Governo da esquerda e da extrema-esquerda.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora! Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi no Governo PSD/CDS, não no Governo do Partido Socialista e não nos governos da geringonça, que foram tomadas ações e não foram apenas ditas palavras.

Srs. Deputados, nós não falamos apenas de cor ou exigimos aos outros aquilo que não fazemos. Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, nós agimos, mediamos cooperações concretas que pretendem capacitar as instituições palestinianas para que, no momento das negociações de paz, a Palestina se possa afirmar como um Estado estável, viável e capaz de se autodeterminar.

O CDS repudia qualquer forma de ódio e violência e acreditamos firmemente que o diálogo e a diplomacia são os únicos caminhos para alcançar a paz. Mesmo em momentos de conflito, é essencial focarmo-nos em soluções pacíficas no respeito dos direitos humanos de todos.

Por isso, continuaremos a defender um Estado de Israel seguro e um Estado da Palestina viável, como instrumentos essenciais para uma paz justa e duradoura na região.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pisco, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que comece por dizer que o que mais me choca é ver tantos Deputados a discutir aquela que é a maior tragédia do século XXI como se se tratasse de um jogo de futebol.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — É por isso que o meu maior desejo é que todos pudessem olhar para este conflito israelo-palestiniano de forma objetiva, com a humanidade que considera que todos os povos têm direito à sua terra, a viver em paz e em segurança, com liberdade e dignidade.

Gostava que a retórica do confronto desse lugar à empatia de quem não aceita ver crianças, mulheres e homens indefesos rasgados por bombas que caem na calada da noite, como se houvesse vidas que têm mais valor do que outras;...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — ... como se a barbárie pudesse ter justificação; como se fosse tolerável espezinhar o direito internacional; como se houvesse justificação para deixar morrer pessoas à fome, à sede e por falta de medicamentos e assistência médica; como se os corpos ensanguentados de crianças e as lágrimas de dor das mães fossem o castigo a pagar só porque tiveram o azar de nascer palestinianos. Não é aceitável! Aceitar toda esta tragédia com indiferença é aceitar despojarmo-nos da nossa humanidade.

Aplausos do PS.

Em Portugal sempre houve consenso sobre a necessidade da criação do Estado da Palestina, mas agora torna-se urgente o seu reconhecimento para pôr fim à tragédia sem fim do povo palestiniano, mas também do povo israelita, porque já todos percebemos que nunca haverá paz nem segurança enquanto a Palestina não for reconhecida.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Nunca se poderá compreender este conflito sem olhar para a História. E a verdade é que ainda Israel não era nação e os palestinianos já começavam a perder território.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Os palestinianos não existiam nessa altura!

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Começaram a perder logo com o plano de partilha das Nações Unidas, voltaram a perder logo a seguir à criação do Estado de Israel e continuaram a minguar até hoje com a complacência da comunidade internacional.

Gaza, hoje, é inviável, com um futuro incerto, e a Cisjordânia está cravejada de colonatos que destroem a independência e a liberdade dos palestinianos, tornando cada vez mais difícil a solução dos dois Estados, numa terra onde uns e outros sempre viveram e merecem viver em paz e segurança lado a lado.

O hediondo ataque terrorista feito pelo Hamas, em 7 de outubro, com o assassinato trágico de civis e a tomada de reféns, desencadeou mais uma tragédia com uma guerra sem tréguas, descontrolada, desumana e sem fim à vista, conduzida pelo Governo mais extremista da história de Israel, com o lançamento de toneladas de bombas de potência máxima, com a violação reiterada do direito internacional e do direito internacional humanitário, com o total desprezo pelas Nações Unidas e pela indignação do mundo, com quase 2 milhões de deslocados sem saberem para onde ir, mais de 37 000 mortes e mais do dobro de feridos, mulheres e crianças, com gente a morrer à fome, porque a ajuda humanitária é barrada. Ninguém merece tanta dor e sofrimento. Não chega já de punição coletiva?

Até as guerras têm regras, mas nesta guerra sem freios, conduzida por um governo extremista, já não há lei, não há tratado, não há convenção internacional que esteja de pé. E todos temos o dever de defender, sem concessões, o direito internacional, porque é ele que protege os povos das injustiças da tirania e do arbítrio.

Aplausos do PS.

Os extremistas já há muito tempo tomaram conta do destino de Israel, traindo o propósito fundador de um país de paz, de uma terra para todos, em que árabes e judeus partilhavam a terra e a mesa. É preciso referir

que há coerência na posição do Partido Socialista e que o anterior governo do PS planeava reconhecer o Estado da Palestina em conjunto com os países que agora deram esse passo. Porque se tornou óbvio que não adianta esperar por uma posição comum da União Europeia, e é isso que exprime a resolução aprovada nesta Câmara em janeiro deste ano.

Desde que se tornou membro da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2012, a Palestina já fez um caminho importante nas Nações Unidas. É por isso que este é o momento para ir mais longe e forçar o reconhecimento do Estado da Palestina, como forma de lhe dar estrutura e estatura para poder negociar com Israel o seu futuro de maneira mais igual.

Mesmo sem que estejam reunidos os requisitos para ser um Estado, o reconhecimento é um ato político poderoso que dá força jurídica e exprime uma vontade de paz.

O reconhecimento do Estado da Palestina é, por isso, uma forma de acabar com uma tragédia, de dar futuro a um povo...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — ... martirizado, expulso da sua terra, privado da sua liberdade, espezinhado na sua dignidade.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Manuel Arruda** (CH): — Vai falar o Arafat!

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidãos nas galerias: «Minha pátria amada, não importa por quanto tempo a mó da dor e agonia te esmaga no deserto da tirania. Eles nunca serão capazes de arrancar os teus olhos ou matar as tuas esperanças e sonhos ou quebrar a tua vontade de te ergueres ou roubar os sorrisos das nossas crianças ou destruir e queimar. Porque do mais profundo das nossas tristezas, do nosso sangue fresco derramado, do estremecer da vida e morte, a vida renascerá em ti de novo.»

Com estas palavras, escritas há vários anos, a poeta palestina Fadwa Touqan dizia-nos como o seu povo estava marcado pela dor e pelo sofrimento. Mas dizia-nos mais: por mais que o tentassem esmagar, este renasceria e viveria.

E é de vida que falamos hoje, do direito à vida que tem sido negado a dezenas de milhares de palestinianos, tanto na Cisjordânia como em Gaza, e é frustrante, é revoltante e é intolerável assistir diariamente às imagens que nos chegam de Gaza e não agir. É intolerável assistir àquilo que são massacres, crimes de guerra e, sim, muito provavelmente, um crime de genocídio, e não agir.

Por isso, o Livre marcou este debate de atualidade, para que possamos reforçar a nossa posição de defesa do reconhecimento imediato da Palestina enquanto Estado livre, soberano e independente. Fazemo-lo na linha daquela que é a posição das Nações Unidas e convictos de que esta é a melhor solução para os palestinianos, sim, mas também para os israelitas.

Não temos dúvidas de que o reconhecimento português da Palestina não solucionaria todos os problemas, mas colocaria mais pressão no governo de extrema-direita de Netanyahu, um governo que tem sido caracterizado por ataques às Nações Unidas, a outros países, no fundo, ataques a todos aqueles que dizem o óbvio: precisamos de um cessar-fogo já; precisamos de reconhecer o Estado da Palestina já.

É uma extrema-direita em Israel que alimenta uma extrema-direita reacionária em Gaza e vice-versa.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

E é este o círculo vicioso que queremos parar. Queremos que israelitas e palestinianos possam ser igualmente livres, porque ambos têm o mesmo direito à vida, o mesmo direito à dignidade, o mesmo direito a ter uma terra a que chamem sua. E, para isso, também Portugal deve contribuir.

Protestos do CH.

Aproveito para perguntar ao Sr. Ministro que aqui está hoje: se se confirmasse o mandado de captura do Tribunal Penal Internacional aos líderes do Hamas, o seu Governo iria proceder à detenção destes dirigentes do Hamas? Quero crer que sim. E isto leva-me a uma segunda pergunta: se este mesmo mandado se confirmar, iria o seu Governo proceder à detenção de Netanyahu e do seu Ministro Yoan Gallant, caso estes entrassem em território português?

Estará o seu Governo também disponível para acompanhar o Livre na sua proposta para que Portugal não sirva de ponto de passagem de armas para Israel enquanto durarem os massacres em Gaza?

Protestos do CH e do CDS-PP.

Mas queremos mais: queremos começar já hoje a pensar na reconstrução da Palestina e achamos que Portugal o deve fazer a título próprio, o deve fazer em sede da União Europeia e o deve fazer também junto das Nações Unidas.

Termino, Sr.^a Presidente, dizendo que a posição do Livre é clara: pelo cessar-fogo já, pelo reconhecimento de uma Palestina livre, soberana e independente já, porque agora é o momento. *Filastīn hurrah.*

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a libertação dos reféns, não?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Jorge Pinto tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para responder.

Em todo o caso, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Pinto, os bons sentimentos são sempre louváveis, mas a política internacional não se faz com bons sentimentos.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É pena!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Faz, faz!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Um Estado não é uma organização não governamental.

O Chega entende que a solução de dois Estados é a correta e o objetivo a manter. Contudo, reconhecer um Estado da Palestina pressupõe três condições básicas.

A primeira condição é de que esse Estado possa verdadeiramente sê-lo, ou seja, que tenha por base um território devidamente identificado e delimitado por fronteiras.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — 1967!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — A segunda é que exista um interlocutor válido e aceite por todas as partes.

A terceira é que esse Estado não reúna, à partida, todas as condições para que possa vir a ser mais um Estado falhado, com uma população refém de um qualquer bando de assassinos e uma nova base de ataque contra o Estado de Israel.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Nenhuma dessas três condições está concretizada, nem cremos que possa vir a estar enquanto a teocracia iraniana for o que hoje é...

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, bem lembrado!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — ... e enquanto o Hamas e os demais *proxies* desta teocracia não tenham desaparecido do mapa da região.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Reconhecer um Estado da Palestina sem estas três condições reunidas representará, para qualquer Estado, na melhor das hipóteses um ato inconsequente e, na pior, a assunção de responsabilidades por uma futura catástrofe.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sabemos que vários países já o fizeram, mas isso não muda em nada o que atrás fica dito.

Eu, membro deste Parlamento, recuso-me a assumir tal responsabilidade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — ... e se o Governo do meu País o vier a fazer nestas circunstâncias, muito o lamentarei.

Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Pinto, considera que, de facto, se encontram reunidas as condições essenciais para que um Estado da Palestina possa existir como tal e como tal também possa ser reconhecido pelo Estado português?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Era já sabido que o Sr. Deputado Jorge Pinto não teria tempo para responder.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Também não havia pergunta para responder!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não ouves!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Feito o pedido de esclarecimento, passamos à intervenção seguinte, que é da Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Ministro, permita-me que regresse a dois argumentos que foram utilizados neste debate por parte do Governo e da bancada da AD (Aliança Democrática).

Foi dito que 146 países reconhecem já o Estado da Palestina e que isso não impediu, nem está a impedir, a agressão israelita.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — É evidente que o reconhecimento de um Estado não impede que este seja invadido. É caso de ver o que se passou na Ucrânia, um Estado livre e independente, e isso não impediu a invasão da Federação Russa.

Foi dito também que a Palestina não preenche os critérios para o reconhecimento de um Estado palestino. Volto aos dois pesos e duas medidas: a Ucrânia não cumpre os critérios de Copenhaga para a adesão à União Europeia,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É candidato!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... e isso não nos impediu de votar favoravelmente a essa adesão e esperar que os critérios sejam cumpridos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Mas uma coisa é ser candidato!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — No direito internacional, na defesa dos direitos humanos, não pode haver lugar a dois pesos e duas medidas. Reconhecer o Estado da Palestina é importante, sim, já o referi. E é particularmente importante para permitir isolar o governo de extrema-direita israelita. E sim, é particularmente importante para acabar com o massacre e genocídio que estão a acontecer em Gaza.

Com esta posição, o Governo português não está a apoiar os esforços nem de António Guterres nem de Jorge Moreira da Silva, que nos apelam sistematicamente para o fim do genocídio e para um cessar-fogo imediato.

A solução de dois Estados é já suficientemente boicotada por Israel há décadas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Não necessitamos de que os países que dizem defender e que defendem a solução dos dois Estados continuem a atrasar essa solução ou a boicotá-la também.

Há um povo que está a ser exterminado em Gaza, há uma ocupação a acontecer há décadas na Cisjordânia. A posição é importante. Por isso, além do reconhecimento do Estado da Palestina, o Governo português deve tomar todas as iniciativas diplomáticas ao seu alcance para parar com este massacre e com este genocídio, incluindo associar-se à queixa junto do Tribunal Internacional de Justiça.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: O que acontece na Faixa de Gaza não é apenas uma tragédia humanitária. É, não tenham pudor em dizê-lo, um genocídio em curso.

As ações do Estado de Israel, que incluem bombardeamentos a campos de refugiados, a destruição de instalações de saúde, o racionamento de bens essenciais, configuram uma clara violação do direito internacional. Esta não é uma guerra entre iguais. A destruição sistemática e o cerco de Gaza criaram uma situação em que a fome, a doença, são uma realidade diária para milhões de palestinos, em particular para crianças.

Reconhecemos o Estado da Palestina não é, assim, um mero gesto simbólico, é uma necessidade moral e política, não tenhamos ilusões. Quantas mais crianças, quantas mais vítimas inocentes têm de morrer antes de Portugal tomar uma decisão clara e inequívoca, e até quando vamos permitir que a nossa política externa se esconda atrás da complexidade para evitar fazer e afirmar aquilo que é justo?

É fundamental que, no quadro da União Europeia e das Nações Unidas, Portugal lidere e envide todos os esforços para conseguir um cessar-fogo imediato e para garantir os acessos rápidos para a ajuda humanitária.

Mas as violações graves que têm de ser constituídas como crime ao abrigo do direito internacional e o apoio incondicional do Tribunal Penal Internacional deve convocar-nos também para este reconhecimento e para conferir recursos para que se possa cumprir a investigação dos crimes de guerra de todos os lados do conflito ao longo destes anos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

A questão que se coloca é quando é que, finalmente, Portugal vai assumir uma posição de coragem perante todas estas atrocidades?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Numa guerra não se podem atingir alvos civis ou campos de refugiados na esperança de se conseguir atingir um determinado objetivo, tendo nas vidas humanas um dano colateral. O princípio da proporcionalidade deve ser sempre observado.

Defender que o Estado de Israel tem de cumprir eficazmente as normas de direito internacional humanitário não significa dizer que todos os cidadãos israelitas são criminosos de guerra ou, por extensão, o povo judeu. O antissemitismo não pode, jamais, ser tolerado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Não existem responsabilidades coletivas nem culpas coletivas, nem para um lado nem para o outro. A prioridade neste contexto é alcançar a paz. Para que possa surtir algum efeito prático o reconhecimento do Estado da Palestina, este não deve ser feito isoladamente pelo Estado português; deve, antes, ser parte da ação concertada de vários Estados.

Para alcançar a paz, todos os esforços diplomáticos devem estar focados em que as partes, nomeadamente Israel, terminem com as hostilidades e cumpram o direito internacional. Mas não podemos esquecer: os acontecimentos de 7 de outubro foram de uma crueldade atroz e mostram o enorme obstáculo à paz que o Hamas representa.

Aplausos da IL.

Não existe qualquer justificação para atos de terrorismo daquela natureza. Israel é um Estado permanentemente ameaçado, com um povo que vive permanentemente em alerta. É um Estado que tem o direito de zelar pela sua segurança, mas por ser um Estado com uma natureza democrática tem uma responsabilidade acrescida na forma como conduz as hostilidades inerentes à defesa do seu povo e do seu território.

Na prossecução do objetivo da paz, existem algumas premissas das quais não abdicamos.

Em primeiro lugar, não abdicamos da solução de dois Estados para os territórios de Israel e da Palestina, conforme adotada pela Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, em 1947, que deve ser efetivamente implementada.

Em segundo lugar, o Estado de Israel tem direito a existir.

Em terceiro lugar, o povo judeu e o povo palestino devem ser protegidos e devem poder coexistir.

Em quarto lugar, o Hamas é uma organização terrorista que luta contra os interesses de ambos os povos.

Em quinto lugar, não podemos confundir povos com governos, nem governos com Estados.

Em sexto e último lugar, não abdicamos de defender a paz. Proteger as vidas inocentes de civis palestinos e israelitas não significa negar o direito à existência do Estado de Israel e do Estado da Palestina, nem ponderar ou sequer legitimar a expressão *from the river to the sea*, tal como tem sido usada, nos dias de hoje, para defender que o Estado de Israel não deve existir ou, antes, para defender a não existência da Palestina.

É que há quem use e promova este *slogan* e quem o usa é porque das duas, uma: ou é ignorante ou defende o fim de um dos Estados e de um dos povos. A esses, o nosso repúdio.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Deputado Rui Tavares,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Diga, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... não é rasteirinho falar de um tempo de antena do Livre, de um documento oficial do Livre, que, recorde, promove esse *slogan* em favor da Palestina.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Leia os programas! Seja um político sério!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A pergunta que fica é a de saber se o Livre defende o extermínio do Estado de Israel.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Seja sério, Sr. Deputado! É melhor do que isso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Rasteirinho era vir aqui citar o vosso candidato às europeias, quando disse, em entrevistas, que se devia negociar com o Hamas — o que é inaceitável.

O vosso extremismo e a vossa sonsice por nós não passarão.

Aplausos da IL.

Protestos do L e contraprotestos da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É triste para a IL! Já parece o Chega! Ó Rodrigo, esperava mais de ti. Vão falar com o Mayan!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Continuação dos protestos do L e contraprotestos da IL.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, por favor, vamos baixar o nível de ruído na Sala para podermos prosseguir o debate, lembrando que a nossa ordem de trabalhos é muito longa.

Sr.^a Deputada Paula Santos, faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, não fiz uma interpelação à Mesa, mas não posso deixar de registar que estranhámos o facto de o Governo não participar neste debate, pois já estamos no final da segunda ronda, ainda que tenha feito uma intervenção inicial e tenha tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Governo parece o Paulo Raimundo, nunca fala!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Aquilo que identificamos relativamente a isso é que parece que tem medo, ou algum receio, de vir aqui discutir, e está a guardar-se para falar quando já não houver possibilidade de contraditório, na Assembleia da República. Creio que isto diz muito mais do posicionamento do Governo relativamente a estas matérias. Mas prossigamos o debate.

Sr.^a Presidente, gostaríamos ainda de acrescentar o seguinte, além daquilo que já afirmámos na nossa primeira intervenção: aquilo que é visível para todos é que Israel está, de facto, cada vez mais isolado. Não é só a maioria dos países, a nível mundial, que já reconhece o Estado da Palestina; cresce também a luta dos povos, a luta em defesa da paz, a exigência do cessar-fogo na Faixa de Gaza e noutros territórios ocupados na Palestina. Luta-se, também, pela paz em Israel e este é um elemento de grande relevância, que importa sublinhar hoje neste debate.

Relativamente à posição do Governo, não são só as palavras e as afirmações que foram aqui feitas que contam. O que conta, e muito, são os atos, e quanto aos atos, aquilo que identificamos é que o Governo português não reconhece o Estado da Palestina e insiste em não o reconhecer, não se associando à ação iniciada pela África do Sul contra Israel, no Tribunal Internacional de Justiça, e não defendendo a suspensão do acordo de associação entre a União Europeia e Israel.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este acordo significa milhões de euros para o apoio da ocupação criminosa, para o avanço dos colonatos ilegais, para o complexo industrial militar do Estado de Israel. Isto tudo é uma contradição em relação àquilo que é afirmado. Este é um acordo que, de facto, deve ser suspenso, porque, se se defende o direito à autodeterminação do povo palestino, reconhece-se que o Estado da Palestina não é compatível com a manutenção de um acordo desta natureza. O Governo tem também aqui uma palavra a dizer e tem responsabilidade, porque pode intervir, mas opta por não o fazer.

Para terminar, Sr.^a Presidente, quero dizer o seguinte: há algo que se exige, como referimos há pouco, e que é da maior importância para pôr fim àquela barbárie, para pôr fim à violência e à agressão contra o povo palestino. Portugal pode, e deve, tomar essa decisão: o reconhecimento do Estado da Palestina.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas é preciso mais e é preciso ir mais longe.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

É preciso uma intervenção, uma posição firme para pôr fim aos bombardeamentos, para a libertação de todos os prisioneiros, dos prisioneiros palestinos e dos reféns israelitas, e para contribuir para a criação do Estado da Palestina, tal como está aprovado nas resoluções das Nações Unidas.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo mais intervenções para esta segunda ronda, vamos passar ao período de encerramento.

Para isso, tem, em primeiro lugar, a palavra o Governo, através do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nestas notas finais, gostaria, em nome do Governo português, de agradecer as diferentes palavras que nos foram dirigidas e os contributos para o debate sobre este tema que, de facto, nos mobiliza a todos, nesta fase, pelo impacto até humanitário que está a ter, diria até em termos globais.

O Governo português está muito firme e muito convicto sobre a opção política que tem assumido nesta matéria. É verdade que não é uma decisão e uma opção simples, não é decididamente a opção mais simples. Acho que todos compreenderão que seria mais simples um reconhecimento formal e depois podermo-nos sentar na cadeira com este alívio de consciência.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ora, não foi essa a opção política do Governo português. A opção foi, de facto, de forma construtiva e ativa, a de podermos contribuir para uma paz duradoura naquela região, nomeadamente assumindo uma posição de mediação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E temo-lo feito de uma forma ativa, como tenho dito, e de uma forma consequente.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A história que temos e a experiência nestes dois meses e pouco de governação têm-nos dado razão, se me permitem. Acho que é absolutamente aceitável, apesar de discordarmos dessa posição, que outros pensem de forma distinta, que achem que um reconhecimento formal, nesta altura, tem um valor — nem que fosse só simbólico, mas se calhar até mais do que isso — e poderia ter algum efeito.

Ora, a história recente tem-nos mostrado o seguinte: de facto, olhamos para outros Estados que têm assumido esse reconhecimento e isso, infelizmente, não tem tido qualquer, ou muito pouco, impacto.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por outro lado, a ação do Governo português — foram aqui já dados vários exemplos —, de construção de pontes de diálogo e de tentativa de mobilização internacional para esta causa, tem gerado, isso sim, uma onda que temos a expectativa e a esperança de que possa vir a resultar numa solução melhor para aqueles povos.

Estamos muito firmes, como disse. É uma posição que evidentemente exige coragem, pois não é a mais simples, mas acreditamos que é aquela que devemos fazer em nome do Estado português.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Como disse há pouco, aceitamos que pensem de maneira diferente, é legítimo. No entanto, já tenho mais dificuldades em aceitar algumas intervenções que aqui ouvi hoje, como, em primeiro lugar, a do Partido Comunista Português.

O Partido Comunista Português, com o extremismo e radicalismo que historicamente o caracteriza,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... disse-nos aqui hoje que quem não tinha a mesma posição do Partido Comunista era, e estou a citar, «cúmplice das ações do Governo israelita».

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não, não! Não é verdade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^a Deputada, diria que isso seria inaceitável em qualquer circunstância, mas é particularmente inaceitável vindo do Partido Comunista Português,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP defende a Rússia!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... um partido que ainda não teve a hombridade, a integridade de reconhecer o erro histórico de ter estado a suportar regimes sanguinários e autoritários um pouco por todo o globo.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.

Protestos do PCP.

Não aceito esse tipo de acusações.

Mas também é muito difícil perceber, apesar de já não surpreender, a posição do Partido Socialista.

Vozes do CH: — Ora bem!

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É que, de facto, há um padrão que estamos a começar a identificar e tinha a expectativa de que pelo menos a política externa ficasse imune a esse padrão socialista.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Parece que não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso mesmo! Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Partido Socialista, de facto, conseguiu, em dois meses, dar um *flic-flac* em quase tudo, não é? Aquele *flic-flac* à retaguarda! De facto, desde que passaram do Governo para estar na oposição, parece que o mundo mudou de um momento para outro. Já vimos isso nas finanças, na educação, na saúde, nas portagens, um pouco por todo lado. Esperava que isso não acontecesse na política externa, porque na política externa exige-se que os países gerem credibilidade e confiança em termos internacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Era bom que os partidos em Portugal, nomeadamente aqueles partidos de poder, também tivessem noção disso mesmo.

Tiveram uma posição durante oito anos,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A decisão de apoiar foi um grande consenso nacional!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... aconteceu o que aconteceu no dia 7 de outubro — foi há mais de seis meses e ainda governaram mais seis meses — e, de repente, só porque passaram para a oposição, alteraram completamente o seu posicionamento face a esta matéria. Isso parece-me, manifestamente, uma ferida na credibilidade do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É algo que não gera confiança, certamente, em termos internacionais, mas também não gera confiança junto dos portugueses.

O Partido Socialista tem, de facto, este padrão que é quase vício e está a mostrar-nos, hoje em dia, que não tem convicções. Para o PS, só existem conveniências, e isso é grave para o nosso sistema político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O PS especializa-se em ser um Governo de bancada, é isso que quer ser. Parece que nasceu para ser um Governo de bancada! Quando está na bancada da oposição, faz tudo, tudo é possível, reivindica tudo; quando chega ao Governo e verdadeiramente tem condições para executar seja o que for, vimos o que aconteceu nos últimos oito anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Bola!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Este padrão, infelizmente, é algo que não diz respeito só ao debate de hoje; é algo a que estamos a assistir desde que se iniciou esta Legislatura.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por fim, reafirmo o posicionamento do Governo português: estamos evidentemente empenhadíssimos em contribuir para um cessar-fogo imediato naquela região; estamos empenhados para que haja a libertação dos reféns israelitas pelo Hamas...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem mesmo de terminar agora, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Estou a terminar, Sr.^a Presidente.

Dizia que estamos empenhados em contribuir para que a ajuda humanitária chegue rapidamente àquele povo tão sofredor. Estamos determinados, também, com ações já concretas, em contribuir para a reconstrução da Faixa de Gaza e de toda aquela região.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Ministro, tem mesmo de terminar.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Estamos, por fim, muitíssimo empenhados para que, com as nossas ações, contribuamos para uma solução de dois Estados naquela região.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento? Não pode haver pedidos de esclarecimento no encerramento, Sr.^a Deputada. Não é para isso, certamente.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, esta interpelação à Mesa é para que fique claro, e para que não fiquem registadas inverdades, que aquilo que marca a intervenção do PCP é a sua defesa pela paz, a defesa pelos direitos dos povos. Não pactuamos com hipocrisias nem cinismos.

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, isso não é sobre a condução dos trabalhos, não é verdade?

Muito obrigada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — As verdades incomodam muito!

Protestos do PSD e contraprotestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, no encerramento do debate, tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Livre, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Caros Cidadãos nas galerias: São 260 dias de um horror absoluto, de um massacre feito em direto, da completa destruição da Faixa de Gaza, por parte do exército israelita, depois dos terríveis ataques da organização terrorista Hamas do dia 7 de outubro de 2023.

Vozes do CH e da IL: — Ah!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — A situação humanitária é dramática: mais de um milhão de pessoas foram forçadas a sair das suas casas e a ir para Rafah viver em tendas sem água potável, sem condições de saneamento, sem alimentos. Esses campos de tendas, agora, depois de o Governo de Israel ter dito que seriam zonas seguras, foram bombardeados.

A ajuda humanitária é bloqueada, há uma fome deliberadamente provocada pelo Governo e pelo exército de Israel e, lamento dizê-lo, mas 3000 crianças estão em risco severo de morte por subnutrição e um milhão de pessoas está em situação de fome. É a imposição de uma fome deliberada, o que, além de ser profundamente desumano, é crime de guerra.

O direito internacional existe para proteger a nossa humanidade e está a ser violado todos os dias, em Gaza, a pretexto de uma libertação de reféns, o que é incompreensível. Como é que este massacre ajuda à libertação de reféns?

As próprias famílias e milhares de pessoas em Tel Aviv pedem que se pare esta loucura e exigem a destituição de Netanyahu. Por todo o mundo, todos os dias, milhões de pessoas manifestam-se contra esta loucura e por uma Palestina livre.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Já foi aqui dito, e reiteramos, que não existe culpa coletiva. Não pode haver culpa coletiva. Os palestinianos não podem ser castigados pelas atrocidades do Hamas, os israelitas não podem ser culpados de forma coletiva pelo que faz o Governo criminoso de Netanyahu, pelos crimes do seu exército, pelos colonatos ilegais e pela opressão sobre o povo palestiniano.

E isto extravasa aquele território. Em todo o mundo surgem casos de antissemitismo e de islamofobia, que são intoleráveis. De todo o mundo, e também aqui em Portugal, nos chegam relatos de ataques que são intoleráveis.

O ódio alimenta-se de ódio, o que resulta numa espiral de ódio que vai crescendo e que só beneficia quem usa esse mesmo ódio para seu próprio proveito. E é isso que está a acontecer. O Governo extremista de Israel e o movimento terrorista Hamas alimentam-se mutuamente, afastando qualquer hipótese de paz naquela região.

A autoridade palestiniana é deliberadamente enfraquecida e as sucessivas resoluções das Nações Unidas são continuamente ignoradas, há anos.

Esta espiral de ódio tem de ser estancada e é nossa responsabilidade contribuir para isso. É preciso uma solução política, duradoura, que garanta o direito de israelitas e palestinos de viverem em paz, sem muros, numa solução de dois Estados.

Mas para haver dois Estados é preciso reconhecer ambos.

Portugal está na minoria de países do mundo que ainda não reconhece a Palestina como Estado independente. Os nossos parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já há muito o fizeram. E porque também sabem que o reconhecimento da Palestina pode ajudar a parar este massacre e, sobretudo, a perspetivar uma solução de futuro, vários países europeus uniram-se e passaram a reconhecer o Estado da Palestina nas últimas semanas: Noruega, Irlanda, Espanha e Eslovénia. Portugal deveria ter estado nesse grupo.

À diplomacia portuguesa, ao Governo português, exige-se coragem: a coragem de estar sempre do lado dos direitos humanos, do direito internacional, seja quem for que o estiver a violar, sobretudo se forem países parceiros. Exige-se que pressione de forma intransigente o Governo de Israel para um cessar-fogo imediato e duradouro e que prepare o reconhecimento imediato do Estado da Palestina, aprofundando as relações com a autoridade palestina.

E é preciso responsabilizar. O Hamas tem de ser tratado como a organização terrorista que é e que oprime a população palestina, e os responsáveis israelitas têm de ser investigados de forma internacional e isenta por todos os seus crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Gaza e na Palestina.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, exige-se a coragem de apoiar e cooperar plenamente com a investigação do Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional na sua investigação sobre a situação no Estado da Palestina, e a coragem, depois, de se ser consequente com os resultados dessa investigação.

Mas é preciso mais! Em Gaza, 80 % das casas foram destruídas. Só 14 % dos 36 hospitais estão parcialmente em funcionamento. Todas as universidades foram destruídas. Em Gaza, 87 % das escolas foram destruídas ou danificadas. As infraestruturas de comunicações e de serviços básicos foram destruídas. As culturas, as oliveiras, o solo, foram destruídos. Famílias inteiras desapareceram. Há 19 000 crianças órfãs, muitas delas feridas, que tiveram de ser amputadas e que estão sós neste mundo. Eu não sei como é que os palestinos vão sobreviver ao trauma dos últimos meses e, na verdade, das últimas décadas.

Neste momento, a oradora emocionou-se, tendo interrompido o discurso.

Aplausos do L, do BE, de Deputados do PS e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

De uma prisão a céu aberto, Gaza passou a ser um inferno a céu aberto. E eu não sei como é que se reconstrói um país depois desta destruição. Não sei como é que se sobrevive a este sofrimento coletivo...

Pausa.

Peço desculpa.

Pausa.

Não sei como é que se sobrevive a este trauma, que levará gerações para ser ultrapassado. Mas sei que é nossa obrigação garantir que há as condições para esta reconstrução, que há apoio financeiro, técnico e humanitário para a reconstrução e para o apoio à população em Gaza, sobretudo para o apoio às famílias e às crianças e jovens que ficaram sós. E é preciso exigir que Israel participe financeiramente nesta reconstrução.

Não há fronteiras para a humanidade, e Portugal deve ter a coragem de ser vocal na defesa das soluções de paz e do direito à autodeterminação do povo palestino. E isso passa pelo reconhecimento da Palestina já.

Aplausos do L, do BE, do PAN e de Deputados do PS, de pé, e do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrado o debate de atualidade. O Governo provavelmente estará de saída. Portanto, dirijo os nossos cumprimentos ao Governo.

Risos.

Saída do Plenário, evidentemente.

Risos.

Antes de passarmos ao ponto terceiro, relativamente à discussão da primeira petição, queria lembrar a Câmara de que estão a decorrer na Sala D. Maria as votações para a eleição da Presidência do Conselho Económico e Social e, portanto, convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a exercerem o seu direito de voto.

Posto isto, vamos iniciar o debate da Petição n.º 89/XV/1.^a (Movimento 2030) — Salvem o perímetro florestal das dunas de Ovar, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 79/XVI/1.^a (PAN) — Pela proteção do perímetro florestal das dunas de Ovar, 100/XVI/1.^a (BE) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, 123/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a manutenção e valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, 132/XVI/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do perímetro florestal das dunas de Ovar, 140/XVI/1.^a (L) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, e 154/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o plano de ordenamento florestal do perímetro florestal das dunas de Ovar.

A Mesa regista a presença, nas galerias, de um conjunto de peticionárias e peticionários, que saúda.

Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saudamos desde já os mais de 19 000 peticionários que nos trouxeram esta petição até ao Parlamento.

Foi esta semana aprovada, no Parlamento Europeu, a Lei do Restauro da Natureza, que, tal como a Lei do Clima, nos diz que o caminho para combater a emergência climática passa por plantar mais árvores e não por abater as poucas que existem.

Hoje, procurando implementar estas orientações nacionais e internacionais, o PAN quer travar o abate de árvores no perímetro florestal das dunas de Ovar. É um perímetro que, com seus 2500 hectares, é a maior mancha verde contínua do município de Ovar. Trata-se de um dos exemplos de boas práticas de engenharia florestal, em Portugal, de convívio dos residentes de Ovar e de promoção do seu contacto com a natureza, de acolhimento da biodiversidade, tendo como função a proteção da costa, impedindo a erosão costeira e o avanço do mar, tendo ainda um papel importante na prevenção dos incêndios florestais.

Mas o abate de cerca de 250 hectares de pinheiro-bravo, pertencentes à área de 1300 hectares, é um processo, infelizmente, já em curso, absolutamente incompreensível, e está a ser feito com total leviandade, permitindo o corte raso e indiscriminado de árvores, feito sem monitorização de zonas intervencionadas e sem que se assegure, sequer, o controlo de espécies invasoras.

É por isso mesmo que o PAN, acompanhando a preocupação dos 19 000 peticionários, traz à votação uma iniciativa que procura dar cumprimento a cada uma das exigências feitas pelos peticionários.

É preciso preservar este espaço verde insubstituível, com a revisão do Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar 2016-2026, em termos que revertam o abate do pinheiro-bravo. Do mesmo modo, é preciso garantir a rearboreização das áreas onde este abate já ocorreu e é preciso que o Governo, em articulação com o município de Ovar, impeça a urbanização no perímetro florestal das dunas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, dá-se a coincidência de termos hoje uma série de crianças a acompanhar-nos neste Parlamento. É precisamente por elas que precisamos de garantir que, se o clima mudou, as políticas também têm de mudar, e espaços como o perímetro florestal de Ovar têm de ser preservados, por elas, mas também por nós.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de assinalar à Câmara que se encontram connosco, a assistir à sessão nas galerias, 200 estudantes e professores do município de Oliveira de Azeméis.

Aplausos gerais.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, um forte abraço.

O perímetro florestal das dunas de Ovar é uma floresta que está perto de completar um século de vida. É uma paisagem construída através da arborização das dunas móveis, onde a espécie escolhida como dominante foi o pinheiro-bravo, como se sabe. Trata-se de uma espécie autóctone, com maior capacidade de adaptação, resiliente e com capacidade de sobrevivência a condições extremas, colocando realce nos riscos das intervenções pouco ponderadas na floresta, como infelizmente sucedeu.

O perímetro florestal é uma marca da paisagem da região, uma zona de lazer, um albergue de biodiversidade. Mas teve, e tem, um outro papel fundamental de proteção da costa contra a sua erosão, que é muito avançada.

Estamos a falar da zona de Ovar, que é na Europa uma das zonas mais afetadas pelo recuo da costa e em maior risco de erosão costeira.

É por reconhecermos a importância social, ambiental, e também a valorização do ordenamento do território que, há dois anos, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução que visava a sua proteção e valorização. Fizemo-lo na sequência de um corte massivo de árvores, que consideramos profundamente errado e contrário a uma boa gestão da floresta.

Foram abertas grandes clareiras, deixando o solo mais sensível à erosão e facilitando o caminho à implantação de espécies invasoras, como é o caso das acácias, que já eram, na altura, um problema do perímetro florestal.

Esse projeto de resolução foi aprovado em 2022 e consideramos que as suas recomendações continuam a ser úteis para mudar o modelo de gestão, evitar novos cortes maciços e garantir um financiamento permanente e adequado.

Assim, com a discussão da presente petição, intitulada «Salvem o perímetro florestal das dunas de Ovar», apresentamos um novo projeto no mesmo sentido.

Aproveito para saudar os mais de 18 000 peticionários pelo seu imenso trabalho de divulgação, realçando a importância e a necessidade da preservação do perímetro florestal das dunas de Ovar. Este número bastante expressivo traduz bem como esta floresta é tão querida na região e como esse abate maciço de árvores foi mal recebido.

Consideramos que é importante a colaboração entre o Estado central, o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), as autarquias de Ovar, a câmara e as juntas de freguesia, para uma intervenção estruturada, permanente e articulada.

Para isso, o primeiro passo é o reconhecimento das responsabilidades de financiamento que cabem ao Estado central. Dentro desse modelo de financiamento, as receitas de venda da madeira, da resinagem e de outras atividades diretamente relacionadas com esta floresta devem ser reinvestidas no perímetro florestal.

Consideramos ainda que o plano de gestão florestal deve ser revisto e que a sua gestão deve garantir uma intervenção contínua no perímetro das dunas, com a seleção das árvores a abater e a substituir. Ou seja, o modelo de remoção total deve ser abandonado, exceto em caso de expressa emergência. De igual modo, as operações de resinagem devem ser integradas na vida da floresta e o modelo de resinagem até à morte deve ser abandonado. É igualmente necessário ir garantindo ao longo do tempo a remoção das espécies invasoras e atualizar e reforçar, sobretudo, as medidas de prevenção aos incêndios e de mitigação dos seus eventuais efeitos.

Por fim, propomos que, em articulação com o poder local, seja garantida a continuidade da propriedade pública do perímetro florestal e a manutenção e valorização do seu uso florestal.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento-os, bem como os Srs. Peticionários.

Por variados e identificados motivos, em Portugal, a zona litoral é atualmente o território mais povoado e mais apetecido.

As denominadas «dunas de Ovar», com uma biodiversidade importante — quase 200 espécies de animais —, altamente diversificada e com um sistema natural por ora estabilizado, não deixando de ser bastante vulnerável e débil, mantêm ainda uma simbiose quase perfeita entre o mar e a floresta.

Apesar destas circunstâncias de estabilidade, o perímetro florestal das vulgarmente denominadas «dunas de Ovar» está a ser objeto de um ataque, de forma paulatina, consequente e inusitada, camuflado pelo Plano de Gestão Florestal (PGF) mandado, entretanto, elaborar. Nos termos do Plano de Gestão Florestal, estão contemplados para abate mais de 200 ha de pinheiro-bravo, perfazendo um abate de cerca de um quarto da floresta disponível.

Em algumas destas zonas, o avanço do mar é bem notório e preocupante, e, a não ser evitado, colocará em risco toda a estrutura dunar e, naturalmente, todo o ecossistema da região, designadamente, a barreira natural contra a ação do mar, que contribui para a poupança do erário público em milhões de euros em esporões, paredões ou outros meios, que, como todos bem sabemos, são usados para controlar os efeitos daquela circunstância, traduzindo-se aquela barreira de proteção também na segurança de pessoas, bens e zonas populacionais, o que se reflete numa poupança de milhões de euros, como já referido.

O Chega não pode permitir que o Estado entregue este património para qualquer tipo de exploração e especulação, seja ela imobiliária ou outra, com danos incalculáveis, como contrapartida de uma despesa, também ela, incalculável, e com sobressaltos para as populações. Neste sentido, propomos que todo o Perímetro Florestal das Dunas de Ovar seja classificado como floresta de proteção, e assim o futuro desta, o seu ecossistema e biodiversidade, e o bem-estar das populações ficarão garantidos.

Tenho dito.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: Uma saudação é devida aos promotores e aos mais de 19 000 signatários da petição «Salvem o Perímetro Florestal das Dunas de Ovar».

Com quase 2600 ha, é uma importante área arborizada pelos Serviços Florestais no início da década de 1930, visando fixar areias móveis, mas desempenhando, ainda hoje, uma função essencial no controlo da erosão eólica.

Embora menor, mas com demonstrado valor, aquele Perímetro Florestal desempenha também um papel na contenção da erosão costeira, razão pela qual não são permitidos cortes numa faixa de 500 m a partir do mar.

Saliente-se, a propósito, que o litoral Maceda-Praia da Vieira é um dos três sítios da Rede Natura 2000, com a Barrinha de Esmoriz e a Ria de Aveiro, abrangidos pelo Perímetro em causa, sendo um dos troços mais atingidos pela erosão costeira que afeta o litoral português.

Naquela região em particular, são bem evidentes: o recuo da linha de costa, com taxas de recuo médio de quase 5 m por ano, e, nalguns anos, na ordem dos 10 m; a significativa degradação e perda do cordão dunar, de expressivas áreas de pinhal e mesmo de território continental; e o elevado risco de galgamento e a exposição a tsunâmis, ameaçando valores naturais e áreas povoadas.

O Perímetro Florestal das Dunas de Ovar tem visado a exploração silvícola de pinheiro-bravo, mas não se pode excluir a necessária valorização de outras espécies arbóreas e arbustivas autóctones, aliás, na

perspetiva de um outro objetivo primordial, o da conservação de *habitats* de fauna e de flora, a par do de proporcionar condições e oportunidades de recreio e de fruição da paisagem e de espaços de ar livre às populações.

No entanto, é manifesta a falta de meios, de orçamento e mesmo de estratégia para garantir a prossecução desses objetivos, em consequência de décadas de desinvestimento na gestão e na proteção da floresta e dos espaços naturais, de que são expressão a dramática redução de meios e a extinção do Corpo de Guardas Florestais.

No caso do Perímetro das Dunas de Ovar, em propriedade municipal, mas em regime florestal parcial, também é patente uma deficiente comunicação, especialmente com as populações, e uma enorme frustração das expectativas dos cidadãos, justamente indignados com cortes extensos e com operações de resinagem intensiva.

Por isso, o PCP propõe, no seu projeto de resolução, novas abordagens, designadamente, quanto ao Plano de Gestão Florestal em vigor até 2026, como a diminuição da área total absoluta de corte e a divisão da área de corte anual em parcelas menores do que as previstas no Plano, a fim de minimizar os impactos na paisagem, na fauna e na flora, e na própria função de corredor ecológico que este Perímetro também cumpre.

Defendemos também a adoção de um verdadeiro plano de reflorestação que inclua espécies autóctones, como o carvalho e o sobreiro, entre outras, e encare como prioridade decisiva o controlo de espécies invasoras, tarefas que exigem do Governo o reforço do ICNF em meios financeiros, técnicos e humanos, por forma a desenvolver e a garantir as relevantíssimas funções do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar e o direito das populações à fruição deste espaço.

Disse.

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que comece cumprimentando os peticionários e dizendo que, para o Livre, enquanto partido ecologista, este é um tema fulcral,...

Protestos do CH.

... porque toca a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e, no caso particular, até o combate à erosão costeira e a proteção da nossa linha de costa.

Sabemos bem, e apresentámos um projeto de resolução, que este Perímetro Florestal das Dunas de Ovar é uma área que foi arborizada com pinheiro-bravo pelos Serviços Florestais, submetida ao regime florestal e obrigada, por isso, à elaboração de um Plano de Gestão Florestal, com o objetivo de fixar os areais móveis presentes nas áreas dunares.

Este Perímetro Florestal é atualmente uma propriedade municipal que se encontra sob a gestão do ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, com exceção da área militar que lá se encontra, o Aeródromo de Manobra n.º 1, que está sob a gestão da Força Aérea Portuguesa.

A área em apreço, que esta petição aqui nos traz hoje, é a maior mancha verde contínua do município de Ovar, o que potencia, por si só, um ecossistema riquíssimo em fauna e flora, mas é também um espaço de convívio, um espaço onde se cria comunidade e um espaço ao serviço dos owarenses e não só, de todos os municípios à volta deste concelho.

O Perímetro Florestal das Dunas de Ovar ocupa, para termos uma noção, 2584 ha, divididos pelo polígono sul, que vê os seus 500 ha protegidos por força da sua integração na Rede Natura 2000, e o polígono norte, com 2000 ha que, na prática, são apenas 1300 ha, devido à existência da Base Aérea n.º 8, parques de campismo, um campo de tiro, uma herdade e uma rede viária.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

O Plano passou a classificar o Perímetro como um espaço florestal de produção, o que acabou por ditar o abate de cerca de 250 ha de pinheiro-bravo do Perímetro Florestal, entre as praias de Esmoriz e Torrão do Lameiro, numa intervenção prevista até 2026.

A petição que aqui hoje nos traz a debate exige o fim do abate do pinheiro-bravo, a proteção da área e o fim da urbanização em todo o Perímetro. Estas são causas que o Livre acompanha, e passo a citar os pontos concretos que propomos no nosso projeto de resolução.

Em primeiro lugar, propomos que se tomem as diligências necessárias para a preservação do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar e revertam as decisões de corte de pinheiro-bravo patentes no Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar 2016-2026.

Em segundo lugar, propomos que se implemente um programa de reflorestação com espécies nativas, por forma a evitar a proliferação de espécies invasoras e, assim, proteger a biodiversidade do local.

Em terceiro lugar, propomos que se integrem no Perímetro Florestal das Dunas de Ovar medidas de prevenção e mitigação de incêndios florestais.

Em quarto lugar, propomos que se preveja, em sede de Orçamento do Estado, a dotação orçamental adequada para que as entidades competentes, incluindo o ICNF, consigam gerir condignamente o Perímetro Florestal das Dunas de Ovar.

Em quinto e último lugar, propomos que se garanta, em articulação com o poder local competente, que não há alterações do uso e ocupação dos solos do Perímetro Florestal em questão e que esta floresta seja preservada dos interesses da especulação imobiliária.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo esta minha intervenção com um cumprimento a todos os signatários desta petição, em particular aos ovarenses.

O Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, com 2584 ha de área total, está submetido ao regime florestal parcial desde 1920, por força dos decretos de 19 de março de 1920 e de 9 de agosto de 1921. O Perímetro Florestal das Dunas de Ovar é uma propriedade municipal gerida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, exceto na área de uso militar, que é administrada pela Força Aérea Portuguesa.

As obras de arborização realizadas pelos Serviços Florestais, na primeira metade da década de 1930, seguiram o plano de arborização e visaram a fixação dos areais móveis. A paisagem florestal atual é resultado dessa intervenção humana e é dominada pelo pinheiro-bravo, uma espécie autóctone adaptada às condições extremas dos ecossistemas dunares litorais.

Conforme o Decreto Regulamentar n.º 11/2006, de 21 de julho, que exige planos de gestão florestal para matas nacionais e perímetros florestais, foi apresentada uma proposta de Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar em fevereiro de 2016. Este Plano foi submetido a discussão pública entre 1 de agosto e 12 de setembro de 2016. A consulta foi publicitada, através de edital, a 28 de julho de 2016, sem que houvesse propostas de alteração.

As florestas, em geral, desempenham um papel crucial como sumidouros de carbono, e a capacidade de sequestro está limitada pela longevidade das árvores. As florestas de pinheiro-bravo em zonas litorais, como a existente no caso do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, são, para além disso, vitais, tanto ecologicamente como economicamente e socialmente, oferecendo benefícios diretos na proteção ambiental, não só pela fixação das dunas como pela madeira e resinas produzidas, na promoção da saúde pública, na educação, na recreação e no fortalecimento das comunidades locais.

A gestão sustentável destas florestas é essencial para maximizar esses benefícios e garantir a sua disponibilidade para as gerações futuras. Devido à idade avançada das árvores presentes no Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, estas encontram-se, na sua maioria, num estado de transição entre as fases de

maturidade e de fim do ciclo de vida, passando, a partir desta altura, a ser mais suscetíveis a pragas e doenças, assim como a elevada instabilidade física, pelo que o seu corte cumpre também uma função de prevenção fitossanitária e de segurança de pessoas e bens. Isto implica que sejam adotadas medidas ajustadas ao rejuvenescimento da cobertura arbórea, sob pena de se vir a perder a maioria das árvores por declínio biológico ou por redução da capacidade de competição com espécies invasoras concorrentes.

O modelo de gestão florestal deve considerar, entre outros fatores, não só a idade do corte como o sistema de corte: corte seletivo, no qual as árvores são selecionadas individualmente, e por isso mais caro e complexo de gerir, mas com menor impacto visual e sem alterar a estrutura florestal; ou, em oposição, o corte raso, no qual todas as árvores são abatidas sem observar outros critérios, e que tem como vantagem apenas a eficiência económica ligada às operações de corte e recolha de madeira, mas com fortes impactos ambientais, quer a nível da perda de *habitats* e de redução da biodiversidade, quer a nível do aumento do risco de erosão.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recomenda ao Governo que, através do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, reveja o Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, por forma a alterar a metodologia do corte das árvores e, assim, reduzir os diversos impactos negativos resultantes dos cortes rasos, preservando, desta forma, aquele que é um grande património do concelho do Ovar e do distrito de Aveiro.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Malheiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai, Salvador, dá-lhe com força!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos cá hoje para debater uma petição em torno do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar.

Como devem compreender, é um assunto que, para mim, é bastante sensível, cuja informação consegui adquirir não a partir de qualquer pesquisa ou de qualquer dossiê que me tenha sido entregue, mas por ser, de facto, a terra onde nasci, onde me fiz homem e onde tive o privilégio de gerir os desígnios daquele território, porque fui o escolhido pelo povo em três eleições consecutivas.

Aplausos do PSD.

E, se estamos a falar do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, importa saber o que é que é aquilo. As intervenções, de certa forma, já deram uma descrição exaustiva, mas importa dar aqui nota daquilo que é, de facto, relevante. Trata-se de um caso de excelente gestão florestal nos três pilares da sustentabilidade: não só no ambiental, não só no social, mas também no económico.

Já aqui foi dito que pertence ao regime florestal parcial há mais de 100 anos, mas temos uma floresta de 2500 ha que já não arde há 80 anos e que permite sequestrar cerca de 50 000 t de CO₂ por ano. E que ninguém pense que isto é coisa pouca, porque aquele município tem emissões globais de 200 000 t por ano, e só aquele pulmão verde permite sequestrar um quarto.

Aplausos do PSD.

Outra coisa importante tem a ver com as restrições. Aquela é uma área que está sujeita à Reserva Ecológica Nacional (REN), à Rede Natura, ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), a servidões militares, ao regime florestal, portanto, desengane-se quem pense que poderemos ter especulação imobiliária.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Mas vamos aos factos concretos. De acordo com a lei, foi feito um Plano de Gestão Florestal, que, por sinal, esteve em discussão pública. Nessa altura, não vi nenhum dos

intervenientes de hoje, sejam eles peticionários, sejam eles intervenientes nos projetos de resolução, a dar qualquer tipo de contributo. Não houve nenhum contributo.

Aplausos do PSD.

E esse Plano de Gestão Florestal, para além do corte de pinhal adulto — e já lá vamos —, tem muitas outras tarefas, desde preservação da biodiversidade, reflorestação, tratamento de acessibilidades. Estamos todos de acordo com isso.

Mas, no que diz respeito ao corte de pinhal adulto, há que ter a noção de que estamos a falar de uma área potencial de corte de apenas 1 % ao ano. Mais importante: ao longo dos anos transatos, dos mais de 100 anos, sempre existiram cortes análogos. Foram esses cortes que permitiram ter pinhais descontínuos, com descontinuidades horizontais e descontinuidades verticais. Temos verdadeiros mosaicos florestais na nossa mata de Ovar, e isso faz com que a propagação da chama, em caso de incêndios, seja muito mais difícil.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Fala quem sabe!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora...!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Portanto, é uma boa prática, não só em termos ambientais, mas também de combate aos incêndios.

Mas queria-vos dizer o seguinte: esta polémica já teve outros episódios no passado, e a Secretaria de Estado das Florestas anterior decidiu — e bem! — instaurar um inquérito para saber se, de facto, estava a existir um corte massivo das árvores em Ovar. Qual é que foi a conclusão? Tudo estava a decorrer com normalidade. Não existia nenhum corte massivo!

Nós acreditamos ou não nas instituições? Alguém pensa que existe alguma instituição que saiba mais de floresta e que esteja mais preocupada com a sua conservação do que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas? Eu creio que não!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Mas mais importante: no último ano, houve uma intervenção de grande dimensão para remoção das espécies invasoras. E eu solicitava a todos que visitassem a mata de Ovar, que está como nunca esteve.

Nesse contexto, fico perplexo quando os Srs. Deputados apresentam estas iniciativas legislativas — porque presumo que tenham ido, pelo menos, visitar o local —...

Risos dos Deputados do PSD Emília Cerqueira e Cristóvão Norte.

... a recomendar tarefas que já foram feitas, tarefas que estão a ser feitas neste momento, e, sobretudo, a reavivar uma polémica que já não faz qualquer tipo de sentido.

Aplausos do PSD.

Nesse contexto, os projetos de resolução têm de ser chumbados. E esse será o sentido de voto do Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois dos incêndios na Mata Nacional de Leiria, em 2017, o pinhal de Ovar é possivelmente um dos maiores pinhais do País. É um espaço de convívio com a natureza e é um espaço de biodiversidade. O trajeto do Furadouro a Esmoriz faz-se pela Avenida da NATO (North Atlantic Treaty Organization), toponímia oportuna e feliz, que nos recorda que nada é perene se não nos mobilizarmos e que a sua defesa, da floresta à soberania, é essencial.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Por tudo isto, acompanhamos a preocupação dos peticionários, das gentes de Ovar e dos demais portugueses, porque o Perímetro Florestal das Dunas de Ovar se reveste de interesse nacional. Qualquer intervenção nesta área deve sempre obedecer a estritos critérios de interesse público e observar o princípio da precaução.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas é também nossa obrigação confiar no Estado de direito, nas nossas instituições e na separação de poderes. O plano de intervenção foi criado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em estrito cumprimento da lei e auscultando as demais entidades.

Rejeitamos os discursos conspiracionistas dos interesses obscuros e de agendas escondidas, como também rejeitamos a visão estritamente ecologista da natureza, em que o Homem só tem um papel de observador, sob pena de um colapso ambiental.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A nossa visão é ambientalista. A intervenção do Homem, se bem direcionada, com o seu engenho e tecnologia, é também um fator de preservação e valorização da natureza.

A nós, compete-nos auditar e fiscalizar o trabalho das instituições. É fundamental garantir que não existem irregularidades na prossecução do programa e que, a haver, elas são devidamente investigadas. Mais: quando devido — e agora é devido —, temos de responsabilizar as instituições. E a verdade é que houve uma patente incompetência das autoridades públicas, pois desconhecemos os relatórios anuais de execução que estão previstos no próprio Plano de Gestão Florestal. A não prestação de contas onera-nos a todos e gera legítima desconfiança e descontentamento. As pessoas estão preocupadas, legitimamente, e nós não servimos ninguém senão as pessoas.

Não é nossa competência sobrepormo-nos a pareceres técnicos, até porque a maior parte de nós não está qualificada para o efeito. Mas é nossa responsabilidade assegurar que o ICNF presta todos os esclarecimentos devidos e que tranquiliza as populações, dando garantias de que este património é devidamente preservado. Vamos preservar a floresta e as dunas de Ovar sem que isto leve ao imobilismo.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, cumprimentamos os peticionários.

Nesta altura, em que já várias intervenções foram feitas, acho que o debate evoluiu favoravelmente, porque tivemos um primeiro período em que — e retive uma frase da intervenção do Sr. Deputado Salvador Malheiro, que foi muito oportuna — foi difícil, de facto, conciliar alguns dos projetos de resolução com o conhecimento do terreno. É muito difícil acreditar que quem escreve algumas das partes dispositivas dos projetos de resolução alguma vez tenha visitado o local.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mentira!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tiveram a virtude, todos, de, subscrevendo aquilo que vinha na nota técnica e que se encontra facilmente em qualquer pesquisa no *Google*, descreverem o que está em causa e fazerem o enquadramento histórico. Foi bom, porque é sempre oportuno para quem gosta, e vale a pena gostar, da mata de Ovar — Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, como nome técnico — ficar a saber tudo aquilo que os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de dizer, e até repetindo-se uns aos outros, caso alguém não tivesse ouvido.

Agora, é importante também saber o que é que efetivamente está em causa. Os desafios ambientais do concelho de Ovar são enormes, e têm a ver com esta questão das dunas, do Perímetro Florestal, da mata, que está ligada a outro grande desafio, que é o desafio da gestão de toda a faixa costeira e da capacidade de resistir a uma relação conflituosa entre o território e o mar, e da capacidade de conseguir manter esse equilíbrio. E aí, obviamente que a mata desempenha um papel fundamental.

Agora, a mata só desempenha um papel fundamental se continuar a existir com sustentabilidade. E, se se cumprissem os projetos de resolução que aqui são apresentados, se se cumprissem, às vezes, algumas visões extremistas — que as próprias entidades públicas às vezes também têm, atenção, é preciso ter cuidado com isso — e não se fizesse o planeamento florestal adequado, o que podia acontecer, como já foi referido aqui, era, de hoje para amanhã, termos um incêndio e ficarmos décadas à espera de voltar a ter o equilíbrio que hoje em dia temos.

É que a floresta não se gere por si, ao contrário do que muita gente às vezes acha. Se não criarmos uma gestão florestal equilibrada de mosaicos, de faixas de contenção, que permitam evitar os incêndios florestais, ou, caso eles existam, que permita combatê-los de forma rápida e eficiente, o que acontece é que, mais cedo ou mais tarde, nós perdemos todo esse património.

É por isso que o CDS entende que estes projetos de resolução não vão no sentido certo, primeiro, porque fazem tábua rasa de avaliações que foram feitas tecnicamente e que, obviamente, têm a sua fundamentação, e, por outro lado, porque têm todos como princípio fundamental algo que para nós é errado, o de que a floresta se gere por si própria — que não gere. Temos de ser nós a gerir a floresta, para que ela permita, efetivamente, tirar de si todo o rendimento que devemos tirar, desde logo, o rendimento da sustentabilidade ambiental.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Peticionários: O Chega agradece esta importante petição, com mais de 18 000 assinaturas.

Enquanto Deputado do Chega eleito pelo círculo de Aveiro, venho falar-vos sobre a obrigatoriedade de defender e preservar o Perímetro Florestal das Dunas de Ovar. Os Deputados do círculo de Aveiro estiveram lá, e observaram e visitaram a floresta.

Este perímetro florestal protege as dunas de Ovar da erosão e protege do avanço do mar as freguesias de Esmoriz, Cortegaça, Arada, Maceda, Furadouro e Torrão do Lameiro, e os seus habitantes. Por isso mesmo, este perímetro florestal é considerado no PDM (plano diretor municipal) e no PROF (Programa Regional de Ordenamento Florestal) como floresta de conservação e de proteção, não podendo haver alteração dos solos e, obviamente, abate dos pinheiros.

O atual documento aprovado pelo ICNF, pela Câmara Municipal de Ovar e pelas juntas de freguesia — que, na verdade, foi elaborado pela Câmara Municipal de Ovar e apenas assinado pelo ICNF — levanta sérias questões sobre a transparência e imparcialidade de todo o processo.

A elaboração de um documento de tal importância tem de ser um processo claro e que envolva todas as partes interessadas. Neste caso, onde é que está a transparência?!

Inserida nesta zona protegida está a antiga lixeira de Maceda, onde estão enterrados resíduos domésticos, cortiça, sintéticos, cabos elétricos, produtos químicos, polistirenos, eletrodomésticos e — imaginem! — até resíduos hospitalares. Esta lixeira foi selada em 1998, mas continua lá, constituindo um perigo perante o avanço contínuo do mar, o que conduzirá à contaminação das águas pelos resíduos ali enterrados.

Com a destruição desta floresta de contenção e proteção, e tendo em conta o avanço do mar, com ondas já a uma escassa centena de metros, poderemos assistir num futuro muito próximo a um enorme desastre ambiental, acrescido de um grave problema da saúde pública. Srs. Deputados, isto é assustador!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Termino, afirmando que o Chega lutar sempre pela preservação da natureza e do meio ambiente, mas sem os hysterismos e radicalismos ecológicos marxistas,...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — ... que disso não passam e que nada resolvem.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos, antes de passarmos ao próximo ponto, queria apenas informar a Câmara de que, às 14 horas, decorrerá a Comissão Parlamentar de Inquérito – Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma, mas, tal como disposto no artigo 67.º do Regimento, essa Comissão interromperá os seus trabalhos na hora das votações.

Segue-se o quarto ponto, com a apreciação da Petição n.º 143/XV/1.ª (Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício e outros) — Pela cessação do Projeto MAIA, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 117/XVI/1.ª (CH) — Pela cessação imediata da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, ou Projeto MAIA, nas escolas do ensino básico e secundário, 126/XVI/1.ª (PAN) — Pela suspensão e revisão do Projeto MAIA, 135/XVI/1.ª (BE) — Pela suspensão e avaliação do Projeto MAIA e 141/XVI/1.ª (L) — Recomenda a garantia de mais tempo para a prática pedagógica e a suspensão do Projeto MAIA e respetiva avaliação externa.

Saudamos os peticionários que se encontram a assistir à sessão nas galerias.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados e, se me permitem, Srs. Peticionários: Discutimos hoje, nesta Câmara, três projetos que pedem a cessação do Projeto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica).

Há dois anos, noticiava-se que o MAIA é como a abelha distópica que está a matar a escola. Aquilo que verificamos é que os alunos, hoje, trabalham menos, revelam menos conhecimentos e exibem comportamentos mais indisciplinados. Isto é uma evidência que só escapa aos educadores românticos e aos tecnocratas da educação: educadores românticos ou crédulos, sistematicamente ludibriados por um sistema que os torna reféns de uma imparável burocracia, atolada em grelhas, sínteses e apreciações para fomentar uma avaliação formativa de autorreflexão do aluno, onde não se efetivam as aprendizagens necessárias para a sua formação; e tecnocratas da educação, que criaram este trágico projeto pensado para acabar com o insucesso escolar, mas que na prática o que fez foi matar a escola.

Aplausos do CH.

E quem é o responsável? O professor romântico e crédulo?! Claro que sim! Porque, não tendo o aluno sucesso escolar, as responsabilidades são de imediato imputadas ao professor, ou porque não fez o *feedback*, ou porque não encontrou formas de avaliação que beneficiassem o aluno.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — E lá vêm novamente as grelhas, relatórios e reformulações, uma carga burocrática que se traduz em mais horas de trabalho semanal para os professores, enquanto os alunos, não fazendo ideia do que é o Projeto MAIA, aproveitam a onda de facilitismo que o mesmo promove.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — É também sobre o professor que recai a responsabilidade de criar rúbricas diversificadas para cada aluno, promovendo o inflacionamento das notas por via da chamada avaliação contínua, que apenas considera as classificações mais altas, traduzindo-se num aproveitamento fictício.

Palavras do anterior Ministro da Educação, Dr. João Costa, em sintonia com o Presidente do CNE (Conselho Nacional de Educação), que por acaso coordena também o Projeto MAIA: «Os nossos professores, com as suas pedagogias e processos de avaliação que remontam ao século XIX, lesam a educação inclusiva.» Não podemos deixar passar em branco estas afirmações. Elas são atentatórias do bom nome daqueles que estão nas escolas diariamente, dos professores.

Aplausos do CH.

E nós, ao contrário de muitos, sabemos do que estamos a falar, porque, sim, Srs. Deputados, nesta bancada temos mais de uma dezena de professores que sabem o que se passa nas salas de aula.

Aplausos do CH.

Por isso, e para concluir, há que suspender o projeto que em nada veio beneficiar as aprendizagens dos alunos. Pelo contrário, veio prejudicar o seu desenvolvimento integral com facilitismo e falta de rigor.

Estamos a criar jovens com profundas lacunas que, a breve prazo, se irão refletir nos adultos decisores de amanhã. Urge pôr cobro à opressão burocrática que vigora nas nossas escolas e que está a levar a um desgaste profundo de todos os profissionais de educação, desprestigiando a carreira docente, que é fundamental para o País, sobretudo num contexto onde a falta de professores é evidente e a atratividade para a profissão não é nenhuma.

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria, em primeiro lugar, de saudar os peticionários, que nos trazem um tema muito importante para o futuro da educação em Portugal, o Projeto MAIA, de monitorização, acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica, que visava transformar e aprimorar práticas pedagógicas e de avaliação nas nossas escolas. Na sua essência, prometia inovação, inclusão e uma dinâmica educativa renovada, mas desde o início que este processo não só tem tido oposição dos professores como a sua implementação foi acompanhada de uma intensa e excessiva burocratização, aumentando consideravelmente a carga de trabalho dos docentes.

Em vez de se concentrarem na qualidade do ensino e no apoio direto aos alunos, os professores viram-se atolados em grelhas intermináveis, critérios detalhados e tarefas administrativas extenuantes e incompreensíveis. Este aumento de burocracia não só gera cansaço extremo como também rouba tempo que poderia e deveria ser aproveitado na preparação das aulas ou no merecido descanso destes profissionais.

Outro ponto crítico é o da alegada voluntariedade do projeto. Muitos docentes relatam pressões para aderir ao MAIA, refletindo mais os objetivos dos coordenadores e das direções do que as necessidades e opiniões dos próprios professores, assim como a ausência de uma avaliação externa credível do sucesso do projeto, o que amplifica estas preocupações. Em vez de uma análise imparcial, temos visto relatórios de autoavaliação

que muitas vezes mais não fazem do que repetir as mesmas expressões de escolas para escolas de todo o País.

Em resposta a estas preocupações, o PAN apresenta hoje uma proposta para a suspensão imediata do Projeto MAIA e a promoção de um processo de auscultação que envolva os professores, os coordenadores, os diretores e outras partes interessadas, com o objetivo de recolher contribuições diversas e adaptar o projeto às reais necessidades do sistema educativo.

Esta revisão profunda visa desburocratizar o trabalho docente e devolver aos professores o tempo necessário para exercerem a sua vocação com excelência e equilíbrio.

Precisamos de uma abordagem que respeite e valorize a experiência dos professores, sem sobrecarregar-los com mais processos administrativos pesados. Assim, instamos todas as forças políticas a acompanharem a iniciativa do PAN e a permitirem a reformulação do Projeto MAIA, para que possamos construir um sistema educativo mais eficiente e justo, e estaremos também disponíveis para acompanhar as demais iniciativas em especialidade.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários, e, em segundo, dizer que não há dúvida de que, na escola pública portuguesa, é necessária monitorização, acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica, que são os objetivos anunciados no Projeto MAIA. Iniciado em 2019, o projeto proclamou que pretendia a melhoria das aprendizagens dos alunos, e estamos todos de acordo em que é necessário; e que estava relacionado com as práticas pedagógicas das escolas e dos professores e as suas práticas de ensino e de avaliação, sendo que também estamos todos de acordo que devem ser avaliadas e melhoradas, sempre que for necessário.

O problema é que, depois, na prática, este projeto teve dificuldades de implementação e, sobretudo, encontrou muitas resistências ao nível dos professores, eventualmente, porque não terá sido discutido com eles; porque os professores estão sobrecarregados e em *burnout*. Agora, seja porque no momento atual a falta de professores faz com que qualquer excesso de carga de trabalho seja demasiado ou seja porque o projeto, de facto, está mal desenhado e não foi negociado com os representantes e com os professores, a verdade é que ele tem sido causa de um acréscimo de instabilidade nas escolas, um fator de stresse nas escolas e de acréscimo de trabalho.

Também não são consensuais as opiniões que foram ouvidas durante a discussão desta petição. O Conselho Nacional de Educação vê de forma positiva o Projeto MAIA, dizendo que ele contribui para a inovação, para a flexibilidade curricular e para as práticas pedagógicas; os sindicatos salientam o acréscimo de carga de trabalho.

Julgo que temos um problema, não só na escola pública, mas em geral em Portugal, que é a falta de avaliação de políticas públicas.

O Bloco de Esquerda não entende que os projetos devam ser, pura e simplesmente, cancelados sem serem avaliados os seus objetivos e o cumprimento dos mesmos. Mas a verdade é que a escola pública atravessa hoje um momento de grande disrupção e qualquer fator de acréscimo de trabalho é motivo para aprofundar os fatores de stresse dos professores. E é por isso que, neste momento, entendemos que o mais sensato é suspender o Projeto MAIA, pelo peso burocrático que ele tem e pelas críticas que tem levantado, e, em segundo lugar, que deve ser feita uma avaliação da aplicação desse projeto envolvendo os profissionais, uma avaliação participada desse projeto.

Se dessa avaliação se concluir que o projeto pode ser reformado, muito bem, reforma-se o projeto e ele será aplicado, já então com os contributos dos professores. Se se concluir que ele deve ser definitivamente cancelado, cancela-se o projeto e encontrar-se-ão, em conjunto com os professores, outras medidas que possam contribuir para os mesmos objetivos.

O mais importante neste momento...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termine, Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Peço desculpa, Sr.^a Deputada, ainda tem 1 minuto.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — De qualquer forma, estava a terminar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Peço desculpa por tê-la interrompido.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

O mais importante neste momento é que nada seja feito, na escola pública, contra os docentes, a quem já pedimos tanto e que já estão tão sobrecarregados. E mais sobrecarregados ficarão ainda com o plano que o Governo encontrou para superar o problema da falta de professores, que pouco mais é do que ir buscar professores reformados — assim haja professores fora do ativo que tenham interesse em regressar — e sobrecarregar aqueles que já estão nas escolas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, mais uma vez, peço-lhe desculpa pelo meu lapso e agradeço a sua compreensão.

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias, Caros Peticionários e Cara Peticionária Dália Aparício, professora cujo desespero com o volume de burocracia levou à iniciativa de apresentar esta petição, que recolheu mais de 13 000 assinaturas: Falamos novamente do presente e do futuro, e de quem o constrói todos os dias, falamos de educação e de aprendizagem dentro e fora da sala de aula, mas sabemos, no Livre, que valorizar a educação e a escola pública é também valorizar o tempo da classe docente.

O excesso de trabalho administrativo sobre a classe docente retira tempo para pensar novas formas de garantir a aprendizagem, compromete o bem-estar de professores e prejudica a criação de metodologias adaptadas à realidade de cada comunidade escolar, de cada criança, de cada jovem, com resultados que prejudicam tanto os alunos como os professores.

E prejudica também a saúde. São mais de 60 % dos professores portugueses que sofrem de exaustão emocional. E isto acontece, segundo o estudo da Universidade Nova, mas também, como nos demonstram os petiçãoários, por causa da excessiva burocracia. E nós temos de garantir que quem está no terreno, quem trabalha, tem tempo para viver. Temos também de cuidar da saúde daqueles que fazem a escola pública.

Em janeiro de 2024, foi publicado pela FENPROF (Federação Nacional dos Professores) um inquérito, que nos deve assustar a todos, sobre os horários dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que conclui que o horário do trabalho se estende, em média, a mais de 15 horas semanais. Ou seja, os professores trabalham, em média, mais de 50 horas por semana e dedicam cerca de 4 horas por semana a tarefas administrativas e quase 8 horas por semana a tarefas de avaliação.

Os petiçãoários, e muitos professores, denunciam que o Projeto MAIA está a par com o, e cito, «crescimento expansionista e cumulativo da burocracia nas escolas» e solicitam a suspensão imediata do Projeto MAIA nos moldes atuais. Afirmam ainda que, e volto a citar, «apesar de no Projeto se enunciar o princípio de que a formação para este Projeto MAIA deveria ser pensada e desenvolvida com os formandos e não para os formandos, todo o seu desenvolvimento seguiu uma lógica piramidal partindo do topo para a base.»

Sabemos bem que a mudança, para ter sucesso, tem de deixar de lado esta lógica hierárquica e de trabalhar em conjunto com toda a comunidade escolar. Para uma escola focada em cada aluno e na promoção de boas dinâmicas da criação de comunidade nas escolas é preciso desburocratizar e dar aos professores as condições para fazer aquilo que, na verdade, é a sua vocação.

O Projeto MAIA, que hoje aqui discutimos, tem na sua teoria boas intenções, mas também algumas fragilidades. Uma delas é, sobretudo, não ter sido construído com toda a comunidade escolar e esta não se ter

sentido envolvida — e nela incluímos alunos, alunas, docentes, direções profissionais, não docentes e encarregados de educação.

Por isso, o Livre propõe também a suspensão do Projeto MAIA e sua avaliação externa, mas também um amplo debate público sobre o impacto da excessiva burocracia e do excesso de trabalho na qualidade da escola e do ensino e nas condições de trabalho de todos os profissionais da educação, porque devemos isso à escola pública.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal cumprimenta os mais de 13 000 peticionários, e associamo-nos às suas preocupações. A educação é determinante para o futuro dos portugueses e de Portugal, um futuro mais próspero, assente no crescimento e na igualdade de oportunidades. Os professores são o garante do acesso à educação e aprendizagem dos alunos. O reconhecimento da dedicação e mérito docente será sempre associado ao sucesso dos seus discentes. Para tal, têm de ser criadas as condições necessárias para o retorno do processo ensino-aprendizagem.

O Projeto MAIA, iniciado em setembro de 2019, teve um propósito importante: a reflexão sobre a avaliação e a sua diversidade, incidindo sobre a avaliação formativa. Daí o foco e a sua ligação à autonomia e flexibilidade curricular e ao perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, não esquecendo a educação inclusiva e a avaliação das aprendizagens.

No entanto, os objetivos teóricos que pretendiam uma melhoria das práticas do ensino, aprendizagem e avaliação esbarraram em diversas dificuldades. A dimensão do projeto, as dificuldades logísticas e o desinvestimento financeiro são algumas das causas para que um projeto tão meritório tenha fracassado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o estado lamentável a que o nosso sistema de ensino chegou, que se reflete na burocracia e desgaste dos docentes, que são também referidos na petição, são responsabilidade de oito anos das políticas do Governo do Partido Socialista.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Não era possível as escolas apropriarem-se, implementarem e disseminarem o Projeto se, a cada ano, o Partido Socialista lançava novas diretrizes. Não é possível implementar um projeto se não existem condições logísticas para o fazer. Não é possível implementar um projeto num quadro de desinvestimento financeiro porque o subsídio do Fundo Social Europeu terminou.

A educação em Portugal e o País em geral não podem continuar a viver de fundos comunitários.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Não é possível implementar um projeto sem mais autonomia e liberdade de escolha por parte das escolas. Por isso, reconhecendo os méritos, mas também as debilidades do Projeto MAIA, afastamo-nos das propostas oportunistas que espelham uma visão de escola única, sem flexibilidade, sem autonomia e que não tem uma visão de aluno enquanto indivíduo, e viabilizaremos todas as propostas sensatas que visam suspender o Projeto e, assim, dar tempo para se reorganizarem os objetivos em conjunto com a comunidade educativa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo a minha intervenção por saudar os mais de 13 000 peticionários que subscreveram esta petição e que têm como objeto a cessação imediata de um projeto que ficou conhecido como o Projeto MAIA.

Aos dias de hoje, aquando da apresentação da petição, constatamos que mais este projeto do Partido Socialista se transformou num autêntico fiasco, uma vez que aumentou brutalmente a burocracia e prejudicou a atividade dos docentes. E sobre esta matéria é importante citar um dos subscritores, o professor Prof. Paulo Guinote, que, quando foi feita a audição dos peticionários, disse expressamente que «este projeto apenas veio criar uma hiperburocratização desnecessária na recolha da informação para avaliação e classificação, com implicações diretas na atividade dos nossos docentes e prejudicando aquilo que mais importa, o ensino dos nossos jovens».

O CDS não ignora que esta realidade, mais esta realidade, foi imposta pelo Governo Socialista e, por isso, este Governo, o atual Governo do PSD e do CDS, incluiu no seu programa a necessidade de rever este projeto MAIA, demonstrando, com isso, preocupação com a atividade dos docentes, com os alunos e com o funcionamento da escola.

O CDS acompanha esta posição e entende que este Projeto MAIA deve ser revisto e, depois da revisão, caso se justificar, deve, de facto, ser extinto.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Debateremos, hoje, a cessação do Projeto MAIA nas escolas e dirijo uma palavra de reconhecimento aos peticionários e subscritores da petição que trouxe à Assembleia da República a voz de milhares de docentes, o seu cansaço e desgaste, desânimo e indignação com a burocracia crescente que em nada contribui para a qualidade do ensino e da aprendizagem, que limita a inovação e a autonomia pedagógica, consome excessivo tempo e oprime os professores, cada vez mais reféns de grelhas, registos, tabelas, folhas de *Excel*, rubricas, domínios, critérios, descritores de desempenho.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Tudo isso multiplicado por dezenas ou centenas de alunos a cada ano letivo, sob a capa da autonomia e flexibilidade curricular, que não respeita a autonomia pedagógica e impõe um modelo a todas as escolas, com a chancela da tutela, desvalorizando outras práticas sustentadas igualmente em estudos científicos e experiências pedagógicas.

Curiosamente, os estudos e relatórios da equipa de monitorização do Projeto nada mais contêm do que um panegírico às virtudes teóricas do mesmo e um flagrante silêncio em relação às consequências que o MAIA teve na vida dos professores portugueses, que os peticionários conhecem e elencam — *burnout*, desgaste físico e psicológico, burocracia sem fim.

É preciso conhecer a realidade das nossas escolas. O Chega almeja o sucesso dos nossos alunos, mas um sucesso real, assente no trabalho, no esforço, na responsabilidade individual, na efetiva aquisição de conhecimentos e competências. Uma escola que premeia o mérito individual e reforça o apoio aos alunos com problemas e dificuldades de aprendizagem.

É a esta nobre missão de ensinar e desenvolver competências que os docentes devem dedicar a sua energia. Não a desperdicemos mais com burocracias impostas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Chega acompanha os peticionários e os subscritores e apresenta esta recomendação ao Governo no sentido da cessação imediata da implementação do Projeto MAIA e da promoção de um ciclo de debates sobre o impacto da burocracia do sistema de ensino.

Esperamos que os restantes grupos parlamentares aproveem a nossa iniciativa e acompanhem os professores.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradecemos aos peticionários a apresentação desta petição, referente à cessação imediata do Projeto MAIA, que assenta em quatro fatores que devem ser discutidos com seriedade.

Primeiro, as ações assentes em lógicas piramidais e imposições, de diversa ordem, resultam da progressiva perda de poder dos professores nas escolas, cujas práticas, de um modo geral, são o resultado direto do fim da gestão democrática das mesmas. Segundo, o excesso de burocracia é transversal a todas as escolas e é necessário que estes deixem de se ocupar de tarefas de cariz apenas administrativo, sem qualquer pendor pedagógico. Terceiro, as capacidades e competências dos professores devem ser reconhecidas, valorizando a sua carreira e remuneração, ouvindo os professores sobre as suas reais necessidades de formação contínua. Quarto, a promoção do facilitismo e o aumento irreal das taxas de sucesso não é consequência do Projeto MAIA, que é de implementação facultativa e que preconiza uma avaliação criterial e não normativa. No entanto, a relação direta entre resultados obtidos com o financiamento das escolas é que dá origem à implementação de estratégias que não são avaliação ou ensino-aprendizagem e que visam inflacionar os resultados obtidos pelos alunos.

O Projeto MAIA tem uma perspetiva construtivista da educação, assenta na primazia da avaliação formativa, contínua, regular e sistemática, na adequação e diversificação de técnicas e instrumentos de recolha de dados para avaliar e classificar, no envolvimento e participação dos alunos no seu processo de avaliação, o que permite que as aprendizagens sejam verdadeiramente significativas e que promovam a inclusão e integração de todos os alunos, que os veja como indivíduos com capacidades, características e especificidades. No entanto, há que ter em conta que a sua real e consequente implementação requer condições de trabalho que os professores não têm atualmente, nomeadamente quando se refere aos horários subcarregados, à burocracia e ao elevado número de alunos por turma.

Para o PCP, o Projeto MAIA não é a causa, nem o seu fim resolverá os graves problemas com que os professores e a escola pública se deparam, e, por isso, não acompanharemos as iniciativas em discussão.

O PCP considera que o caminho a seguir é o de garantir a democracia nas escolas, que seja retirada a carga burocrática sem carácter pedagógico do trabalho dos professores, se reconheça a importância social da profissão docente, promovendo políticas que impulsionem o aumento do respeito pelos professores, garantia de que os professores possam trabalhar com qualidade em prol dos seus alunos, promovendo a excelência numa perspetiva integradora e inclusiva.

Será com este objetivo que o PCP irá apresentar um conjunto de iniciativas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente em exercício, Srs. Deputados: Queria aproveitar para saudar a intervenção da Sr.^a Deputada Paula Santos, dizendo que, de facto, não podemos ignorar que há um conjunto de recomendações internacionais para melhorar os processos de avaliação, diversificar os instrumentos e metodologias para aproximar também a avaliação que temos, nomeadamente ao nível do PISA (Programme for International Student Assessment).

E queria recordar que isto avalia competências e não só conhecimentos e, portanto, também é oportuno recordar que o relatório PISA apresenta o sistema educativo português como um dos melhores do mundo, no estímulo ao pensamento criativo.

Há um pressuposto muito importante, que é que este projeto sempre foi de adesão voluntária pelas escolas e, por isso, como dizia, suspender também significa obrigar as escolas que dele têm beneficiado a perder um conjunto de recursos que têm avaliado positivamente.

E há um tempo para tudo, há um tempo para experimentação e há um tempo para decidir se se alarga, se se implementa, de forma generalizada e obrigatória. Essa avaliação tem de ser feita, mas não exigindo a suspensão imediata, para não comprometer as escolas bem-sucedidas.

Mas o meu ponto é o seguinte: relativamente à desburocratização, que está a ser utilizada aqui para nos escudarmos, enfim, isto é um desígnio que nos une a todos — a desburocratização da função docente —, mas não devemos utilizar este projeto para nos escudar nessa missão comum.

Por isso mesmo, até porque este projeto não exige um nível específico de burocracia — isso é implementado pelas escolas aderentes —, o que eu queria questionar e sobre o que eu queria saber também a sua visão é o seguinte: tendo em conta que foi apresentado um plano de emergência para atrair novos professores...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... e que não há uma única medida de desburocratização relacionada com a contratação de 140 técnicos superiores, e só para as escolas circunscritas e não para todas as escolas, como é que é possível conseguirmos ter um plano de emergência que descure totalmente o conceito da desburocratização do serviço docente?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem a palavra, para prestar esclarecimentos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, de uma forma muito rápida, de facto, o plano, as medidas que foram anunciadas por parte do Governo do PSD e do CDS não dão resposta às necessidades de hoje da escola pública, aquelas prementes, da falta de professores.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, já terminou o seu tempo, tem de ir direto às respostas.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, mas permita-me só concluir esta ideia: o Partido Socialista, também se diga, não tomou as medidas que, de facto, seriam necessárias para combater a carência de professores.

Agora, sim, não é neste plano que o Governo PSD/CDS apresentou que se vão encontrar essas respostas. O caminho passa por um conjunto de medidas como aquelas que nós aqui introduzimos, nomeadamente, garantir a democracia nas escolas, combater a carga burocrática e valorizar os professores.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ia terminar, Sr. Presidente.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, está bem, só um bocadinho.

Protestos do PSD e do CH.

Srs. Deputados, tenham calma. O Livre anunciou que cede tempo ao PCP, e eu pedia aos serviços, se faz favor, para porem o tempo do Livre no PCP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, nós também cedemos o nosso tempo ao PCP.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — E o Bloco de Esquerda também. O PCP concentra todas as atenções do tempo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A cedência do tempo desvirtua a democracia representativa!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Portanto, a Sr.^a Deputada ainda vai dispor de algum tempo. Eu só pedia que os serviços dessem, se faz favor, esse tempo ao PCP, para que o relógio vá para o sítio certo. Sr.^a Deputada, é favor continuar.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu estava mesmo a concluir, quando me chamou a atenção, dizendo que aquilo que é preciso é, de facto, retirar esta carga burocrática do trabalho dos professores, mas sobretudo valorizar a profissão e a carreira dos professores e garantirem-se condições de trabalho aos professores.

Sr. Presidente, o tempo de que dispunha era, de facto, muito pouco para permitir dar uma resposta em que se compreendesse o nosso posicionamento, pelo que agradeço, de facto, a sua tolerância para esse aspeto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, mais do que com a minha tolerância, contou com a generosidade dos grupos parlamentares ao seu lado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A extrema-esquerda unida já foi vencida!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E se se juntassem todos?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Palmira Maciel, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os subscritores da petição em apreço, pela cessação do Projeto MAIA.

É, pois, notória a visão de alguns partidos desta Assembleia, em relação aos putativos constrangimentos e dificuldades inerentes ao projeto de monitorização, acompanhamento e investigação da avaliação pedagógica, chamado e conhecido como o «Projeto MAIA», que surge com o objetivo de trazer melhorias às práticas de ensino, aprendizagem e avaliação das escolas, que livremente o escolheram, com a plena liberdade de adaptação.

Mas afinal, o que se pretendia com este projeto?

Este projeto aparece no âmbito da regulamentação dos processos de autonomia, flexibilidade curricular e educação inclusiva, como um projeto de formação e capacitação, dentro de uma política ou estratégia de importância de avaliação pedagógica ou melhoria das práticas de ensino e das aprendizagens dos alunos, através de projetos de intervenção que ajudem a formar cidadãos mais refletivos e participantes.

Surge também na sequência de um pedido das direções das escolas de formação e de investigação sobre a avaliação formativa que se pratica.

Da matriz do Projeto MAIA retira-se que ele é, ou tenta ser, aberto, dinâmico, assente no diálogo, apoiado, colaborativo, permeável a diferentes perspetivas e caminhos de aplicação e, portanto, como se vê, não obrigatório.

Além disso, este projeto insere-se num conjunto de recomendações internacionais, conforme aqui já foi dito. Está assente na ideia de necessidade da simplificação e de diminuir a burocracia, que eram também os dois importantes objetivos dos processos de avaliação, e aconselha a recorrer a instrumentos de avaliação muito diversificados, não só aos testes e nunca a práticas que asfixiem ou aumentem o trabalho dos professores ou outros intervenientes já tão sobrecarregados.

As bases deste projeto são públicas e constituem um conjunto de textos de divulgação destas práticas sobre a avaliação e sobre a sua aplicação.

Envolve milhares de formandos, centenas de agrupamentos de escolas e um grande conjunto, mas mesmo um grande conjunto, de grandes projetos de intervenção.

Nas escolas, tem sido acompanhado, e também é importante salientar que esta petição deu entrada nesta Assembleia há um ano e, desde essa data, passou um ano de trabalho, muita incerteza, com toda a comunidade educativa, professores, alunos e encarregados de educação, que aderiram livremente a este projeto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a questão que se coloca é: como se pode suspender este projeto, que as escolas tiveram como boa opção de escolha, já que este era opcional?

Vozes do CH: — Não é verdade!

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — E, em vez de fazer cessar o projeto, conforme as propostas apresentadas pelos partidos, porque é que não se faz uma avaliação mais minuciosa, ouvindo as partes interessadas, mobilizando os docentes, fazendo todos os esforços e recursos...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não queremos mais socialismo!

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — ... que contribuam para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, tem de terminar, se faz favor. Já acabou o seu tempo.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — E termino. Entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suspender este projeto significa obrigar as escolas que dele têm beneficiado a perder um conjunto de recursos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Barroso, do PSD.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, gostaria de cumprimentar, na pessoa da primeira peticionária, Dália Cristina Aparício, os mais de 13 000 docentes peticionários, pela cessação do Projeto MAIA.

Eu gostaria de fazer uma abordagem, com todos os Srs. Deputados, num sentido muito pragmático, que era nós caracterizarmos alguns aspetos do Projeto MAIA e fazermos uma análise aos aspetos positivos que tem tido, aos aspetos negativos que tem tido e às dúvidas que se colocam, neste momento.

Portanto, de forma muito sucinta, já aqui foi referido que este Projeto MAIA — como o próprio nome indica: «Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica» — tem como objetivo contribuir precisamente para a melhoria dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação pedagógica, como disse.

Foi criado em 2019-2020, decorre de um contrato celebrado por um período de um ano, entre a Direção-Geral de Educação e o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, e a sua implementação nacional foi concertada entre os centros de formação das associações de escolas e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

E, até 2013, foram dezenas de centros de formação que aderiram, que desenvolveram esta atividade, foram mais de 42 000 os centros formados e foram elaborados centenas de projetos de intervenção.

A formação foi, e é, ministrada em oficinas de formação, uma metodologia que prevê uma formação coletiva.

Em termos de estratégia, pretendia-se que os docentes aprendessem as ideias e as disseminassem, através da criação de projetos de intervenção, para as respetivas escolas. Mas esta metodologia não resultou e não foi condicente a ser criada uma simplificação do processo de avaliação.

Portanto, todas as escolas, na busca incessante de fazer melhor, foram adotando referenciais de avaliação, com base em critérios transversais e transdisciplinares, e definiram os respetivos descritores de desempenho. Portanto, foram sempre tentando superar e aumentando estes descritores de desempenho.

Com o que é que ficámos? Com um documento vastíssimo, pesado e complexo de preenchimento.

Como pontos fortes, de uma forma sucinta também, é um projeto criado e desenvolvido numa estrutura de âmbito nacional, nos centros de formação; está alinhado com as políticas públicas, nomeadamente com o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória; tem objetivos válidos, como a capacitação dos formadores, a produção de referenciais de formação e a garantia de identificação de boas práticas e a sua disseminação; e é um projeto financiado. Todos estes aspetos são pontos que foram chave para a sua dinamização.

Em termos de pontos fracos, há imensos também. A adesão, como sabem, é da decisão dos agrupamentos de escolas, mas obviamente que os professores consideram haver uma excessiva tarefa burocrática.

Os agrupamentos foram aperfeiçoando os seus projetos de intervenção; a sua implementação seguiu uma lógica piramidal, ou seja, de cima para baixo, não tendo envolvido os formandos na sua construção; e os docentes consideraram ter um efeito nefasto na orientação pedagógica e na prática profissional dos professores.

Consideram ainda que o projeto não teve avaliação externa, tendo apenas relatórios de avaliação.

Há dúvidas que se colocam e que nos põem a pensar. Ainda há pouco, ouvíamos a Sr.^a Deputada do Partido Socialista indicar aqui que foi um projeto que apareceu em 2019 com o Partido Socialista. Mas então porque é que, desde 2019, não houve avaliação do projeto? Porque é que não houve uma avaliação externa? Porque é que não perguntámos às escolas, aos professores, a todos os envolvidos, aos centros de formação? Porque é que não o fizemos?

Neste momento, as dúvidas que se colocam são imensas. Por exemplo, vamos aqui elencar algumas.

Vamos suspender ou cessar um projeto, sem o avaliar no seu contexto de avaliação pedagógica?

Para-se um ano e depois retoma-se novamente, se considerarmos que até é bom?

O que é que está a falhar? É o projeto em si ou a replicação do mesmo pelas diversas escolas?

Deve o projeto ser revisto pelos autores e ser adaptado, por exemplo, apenas para alguns ciclos de ensino?

Será adequado, por exemplo, utilizar o Projeto MAIA no ensino profissional ou no ensino artístico ou no ensino secundário apenas ou nas situações de alunos sobredotados, que merecem também um acolhimento e um entendimento no desenvolvimento das competências e não só dos conhecimentos?

Que motivos levam as escolas a dizerem que é uma excelente metodologia e, por outro lado, que motivo leva outras escolas a dizerem que é um elemento altamente perturbador?

Deve ser dada a possibilidade de as escolas que aderiram poderem reavaliar os seus projetos de intervenção?

Portanto, são algumas das questões que se colocam relativamente ao Projeto MAIA.

Portanto, em termos de conclusão, o que gostaria de partilhar com as Sr.^{as} e os Srs. Deputados é o seguinte: há duas questões que, para o Grupo Parlamentar do PSD, são determinantes. A primeira delas é que temos de repensar se o Projeto MAIA está a contribuir para o objetivo para que foi criado, que era a melhoria do processo de ensino e de avaliação pedagógica, ou não.

Por outro lado, o segundo ponto é que, de acordo com o que o PSD sempre tem defendido, é necessário e urgente desburocratizar o trabalho nas escolas e o trabalho dos docentes que estão no nosso sistema educativo.

Portanto, nestas duas premissas, o que é que fez o nosso Governo? Colocou no seu Programa, está lá bem explícito, e cito: «Projeto MAIA – Rever a aplicação do atual modelo de avaliação das aprendizagens.»

Resumindo: todos os quatro projetos de resolução que hoje temos aqui são pertinentes...

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

São pertinentes, são válidos, mas devem ser repensados, e é isso que o Governo vai fazer. Porque, para o Governo, interessam mesmo todos os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não temos mais inscrições para este ponto.

Passamos, portanto, ao quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, relativo à discussão da Petição n.º 114/XV/1.^a (Vera Lúcia Domingos de Almeida e outros) — Petição para revisão de decisão – Programa de acesso precoce ao Pembrolizumab, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 124/XVI/1.^a (CH) — Recomenda a imediata adoção de medidas com vista à redução do tempo médio de disponibilização e autorização de introdução do mercado de medicamentos inovadores no tratamento do cancro da mama, 125/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de alargamento do rastreio do cancro da mama e de acesso a medicamentos e terapêuticas inovadoras no tratamento da doença, 133/XVI/1.^a (BE) — Celeridade e transparência na disponibilização e acesso a terapêuticas inovadoras e 139/XVI/1.^a (L) — Recomenda a adoção de medidas que visem melhorar as condições de acesso a medicamentos inovadores.

Cumprimentamos os peticionários e as peticionárias que estejam nas galerias e, para a primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Cristina, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Ex.^{ma} Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento os Srs. Peticionários presentes nas galerias.

Hoje, trago à vossa apreciação um tema de extrema importância, urgência e humanidade. Aliás, um tema para o qual o Chega já tinha apresentado um projeto de lei, no qual recomendava a imediata adoção de medidas para que os doentes esperassem menos tempo por novas terapias.

Voltamos a insistir, e fá-lo-emos tantas vezes quantas as necessárias, pois consideramos que é imperativo reduzir o tempo de autorização para introdução no mercado de medicamentos inovadores, especialmente no tratamento do cancro da mama.

O cancro é uma doença devastadora, que afeta milhares de portugueses. Entre as mulheres, o cancro da mama é o tipo mais comum de carcinoma e a principal causa de morte provocada por esta patologia.

Em Portugal, são diagnosticados cerca de 7000 novos casos de cancro da mama anualmente e aproximadamente 1800 mulheres perdem a vida devido a esta doença.

A inovação farmacológica é crucial para oferecer uma nova esperança aos doentes. No entanto, o nosso País enfrenta um grave problema: a demora na autorização e disponibilização de medicamentos inovadores.

Portugal está no 22.º lugar entre os 27 países da União Europeia no tempo médio de acesso à inovação. Em Portugal, há uma diferença de quase seis meses em relação à média europeia. Sim, seis meses à espera de ter acesso a um medicamento que pode salvar a vida. Esta situação é inaceitável e aumenta o risco de milhares de doentes.

Um exemplo paradigmático é o caso do medicamento Pembrolizumab, para combater o cancro da mama triplo negativo metastático, particularmente agressivo e de difícil tratamento. Estudos demonstram que o fármaco pode prolongar significativamente a vida dos doentes e ainda melhorar a sua qualidade de vida.

Contudo, a autorização do medicamento em Portugal foi marcada por atrasos e por polémicas. É compreensível a frustração, a angústia e a ansiedade dos doentes que acalentavam a esperança de aceder a este tratamento inovador.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos permitir burocracia e lentidão nos processos de avaliação e reembolso e que haja obstáculos ao acesso a tratamentos que podem salvar vidas.

Há que identificar as causas desta demora, importa implementar soluções eficazes para garantir que os doentes portugueses tenham acesso rápido e equitativo às terapias mais avançadas e é imperativo que o Governo adote medidas imediatas para reduzir o tempo de disponibilização e autorização de medicamentos inovadores. Além disso, é fundamental manter e reforçar os rastreios do cancro da mama, para que a deteção precoce permita um tratamento eficaz e aumente as possibilidades de sobrevivência.

Em nome do Grupo Parlamentar do Chega, apelo ao Governo e a todos os presentes para que se unam nesta causa. A vida de milhares de portugueses depende da nossa ação, não podemos esperar mais. A inovação no tratamento do cancro deve ser uma prioridade nacional.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento, também, as peticionárias e os peticionários.

A disponibilização de terapêuticas inovadoras em Portugal é demasiado lenta e, muitas vezes, é condicionada política e orçamentalmente.

O acesso à inovação em Portugal é cinco vezes mais lento do que no melhor resultado europeu. Na Alemanha, temos de esperar, em média, 119 dias para introduzir medicamentos inovadores no mercado; em Portugal, essa espera é, em média, de 634 dias. Estamos a falar de dois anos, dois anos à espera de um medicamento inovador. Portanto, já não é praticamente uma capacidade de inovação que está a ser cumprida.

O caso do fármaco existente para, em combinação com outras terapias, tratar o cancro da mama é um triste exemplo desta realidade, e foi ele que, aliás, nos trouxe a esta discussão.

Durante muito tempo, os pedidos de utilização deste fármaco foram indeferidos por razões incompreensíveis. Foi a persistência de milhares de peticionárias e peticionários, que decidiram lutar pelo seu direito de acesso à saúde, que mudou este cenário.

Mas, ainda assim, muitas mulheres ficaram de fora deste tratamento, e não podemos deixar de lamentar o que poderia ser o desenvolvimento se tivessem tido acesso.

Este caso mostra como é necessária, e foi necessária, a luta e determinação tenaz de tantas pessoas para que uma terapêutica pudesse, finalmente, ficar disponível.

Por tudo isto, necessitamos de mais celeridade, mais transparência, mais critério nas decisões de acesso a este tipo de medicamentos inovadores.

Com a proposta que apresentamos, o Bloco de Esquerda pretende garantir um acesso seguro, mas também rápido, a terapêuticas inovadoras em Portugal. Para isso, o Governo deve efetuar um planeamento dos ciclos de introdução de inovação e reforçar os meios humanos, técnicos e científicos do Infarmed (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde).

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar as quase 30 000 pessoas que assinaram a petição que visa assegurar o acesso ao medicamento para o tratamento do cancro da mama triplo negativo metastático.

Esta petição, não nos podemos esquecer, nasceu da luta da enfermeira Sandra Gomes e deu os seus frutos tornando o uso deste medicamento acessível a todas as mulheres.

No entanto, se este problema ficou resolvido, muitos outros problemas continuam por resolver no âmbito do tratamento do cancro da mama. Temos um programa de rastreio oncológico, que tem uma taxa de cobertura geográfica de 100 %, mas as taxas de adesão das mulheres rastreadas estão em queda desde 2020.

Apesar de o SNS (Serviço Nacional de Saúde) permitir às mulheres com cancro da mama aceder a certas terapêuticas inovadoras, temos ainda casos como o do IPO (Instituto Português de Oncologia) de Coimbra, que não pode aplicar tais terapêuticas aos seus utentes por falta de verba.

A iniciativa que o PAN traz hoje a debate procura, assim, dar resposta a alguns dos problemas evidenciados pelos peticionários. Desde logo, propomos criar um mecanismo de monitorização contínua sobre a implementação do Plano Europeu de Luta Contra o Cancro e da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro, para que as medidas nele previstas não fiquem por executar.

Em segundo lugar, propomos que se alarguem as campanhas nacionais de promoção e sensibilização para o rastreio do cancro da mama e que se estude a possibilidade de ampliar o acesso aos testes de biomarcadores para o rastreio e diagnóstico do cancro de mama, de forma a assegurar ao paciente o tratamento certo no momento certo.

Por fim, que haja um estudo tendo em vista garantir uma maior custo-efetividade dos medicamentos e terapêuticas inovadoras para o tratamento do cancro da mama no contexto português da União Europeia, que pondere a viabilidade de soluções inovadoras, como a da compra centralizada destes produtos ao nível europeu, ou a necessidade do alargamento dos acordos da compra partilhada dos medicamentos na área da oncologia, atualmente em vigor no Serviço Nacional de Saúde. E esperamos e apelamos a todas as bancadas que nos acompanhem e que não permitam que alguém fique de fora deste tipo de tratamentos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Mucho, do Livre.

O Sr. **Miguel Arruda** (CH): — Então, não levas cachecol?!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito bom dia: Antes de mais, gostaria de saudar Vera Almeida e os mais de 29 000 peticionários por esta petição, que traz um assunto tão importante a esta Assembleia, e também pela partilha do seu caso pessoal.

Quanto custa a nossa vida? Nenhum cidadão deveria ter de colocar um preço na sua sobrevivência, mas a verdade é que, hoje em dia, ainda muitos são obrigados a fazê-lo. E foi precisamente isso que aconteceu com esta peticionária.

Em Portugal, a mediana do tempo de acesso para a aprovação de um medicamento inovador é de 702 dias, contrastando fortemente com países como a Alemanha, por exemplo, onde a mediana é de apenas 147 dias, ou até da Croácia, onde a mediana é de 476 dias.

Por isso, Vera Almeida viu-se obrigada a iniciar um tratamento com um medicamento inovador às suas próprias custas, tendo, para isso, de hipotecar a sua casa, de modo a poder fazer face aos altíssimos custos semanais associados à administração de um medicamento que fez toda a diferença no combate à doença.

Um programa de acesso precoce a medicamentos inovadores pretende a utilização de medicamentos sem autorização de introdução no mercado ou que, já a tendo, não tenham ainda decisão de avaliação prévia do Serviço Nacional de Saúde ou para os quais não tenha sido solicitada aquela avaliação.

Assim, este é um mecanismo que pretende permitir o uso de medicamentos inovadores que satisfaçam uma necessidade de acesso urgente, numa avaliação caso a caso, a pedido da instituição hospitalar que acompanha o paciente em causa.

No relatório índice do acesso ao medicamento hospital de 2023, publicado pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, há uma disparidade significativa na acessibilidade e disponibilidade de medicamentos entre diferentes regiões do País, e esta desigualdade afeta principalmente as populações mais vulneráveis e as áreas rurais, exacerbando as dificuldades dos pacientes com menor poder económico em obter os medicamentos necessários.

Também o recente regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu relativo à avaliação das tecnologias de saúde reforça a necessidade de mais celeridade e transparência nos processos de avaliação e negociação dos preços dos medicamentos.

É por isso que o Livre recomenda, através do projeto de resolução que apresentamos hoje, a adoção de políticas de preços que considerem a capacidade financeira dos pacientes, que proponham a implementação de medidas que promovam maior celeridade e transparência nas negociações de preços, nas quais haja a

possibilidade de os cidadãos assistirem a partes das reuniões de avaliação e onde haja lugar à inclusão de diversas partes interessadas, como associações de pacientes ou profissionais de saúde.

Estas medidas são essenciais para garantirmos que todos os cidadãos têm um acesso equitativo aos medicamentos inovadores de que necessitam sem, com isso, comprometer a sustentabilidade das suas vidas.

É imperativo que avancemos com políticas que promovam a saúde pública de uma forma justa e eficiente e os medicamentos inovadores, que podem salvar vida. Por isso, temos de garantir que chegam a todos aqueles que deles necessitam.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Andrade, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma petição assinada por mais de 29 000 subscritores apelou para que fosse feita a avaliação da utilização do fármaco Pembrolizumab, e é esse o assunto que nos ocupa.

Está em causa o tratamento de doentes oncológicos com um cancro da mama conhecido como triplo negativo, cuja mortalidade era, há alguns anos, muitíssimo elevada. Quero por isso, na pessoa da Vera Almeida, primeira subscritora, deixar um cumprimento e um agradecimento a todos os subscritores desta petição.

Hoje, já conhecemos os resultados do estudo de análise científica, realizado pelo Infarmed, que demonstrou a eficácia terapêutica deste fármaco.

É, pois, com muita satisfação que podemos afirmar que, pela mão do anterior Ministro da Saúde do Governo socialista, foi autorizada a utilização deste medicamento, pelo SNS, desde 18 de julho de 2023. É este o aspeto essencial que merece ser sublinhado.

Aplausos do PS.

A autorização do uso deste medicamento pelos hospitais do SNS é um passo importante, mas o caminho que temos de percorrer na luta contra o cancro é ainda longo. As doenças oncológicas representam a principal causa de morte prematura em Portugal e são, também, as que mais contribuem para a perda de anos de vida saudável.

A abordagem a este assunto tem, portanto, de ser séria e rigorosa e não uma abordagem como aquela a que, infelizmente, tivemos a oportunidade de assistir por parte da Sr.^a Ministra da Saúde, que na Comissão de Saúde anunciou números errados em relação aos doentes oncológicos que aguardavam por uma cirurgia.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Das declarações da Sr.^a Ministra podemos tirar duas conclusões, ambas preocupantes: da primeira, ficou claro o desconhecimento da Sr.^a Ministra sobre esta matéria; da segunda, o atual Governo insiste em comportar-se mais como oposição do que como Governo, e parece mais preocupado em denegrir o trabalho feito pelo Governo do PS do que em resolver os problemas do País.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É sempre assim!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — A abordagem que nós fazemos a este assunto é outra: é séria, factual e rigorosa. O anterior Governo do Partido Socialista publicou um diploma que define a Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro, assente em quatro pilares fundamentais: prevenção, deteção precoce, diagnóstico e tratamento, e sobreviventes.

Para cada uma destas áreas foram definidas ações concretas para que no horizonte temporal que esta estratégia compreende, até 2030, possamos ter resultados positivos na luta que enfrentamos contra a doença de cancro. Mas o trabalho que tem sido desenvolvido não se resume a este diploma. Portugal é hoje

reconhecido, quer pela implementação de estratégias de combate ao cancro, quer pelo desempenho na prestação de cuidados.

Chegados aqui quero destacar dois pontos que nos parecem fundamentais. O primeiro ponto tem precisamente que ver com este caminho que Portugal tem percorrido na luta contra o cancro. De facto, a incidência de cancro, em Portugal, é uma das mais baixas da União Europeia: registamos 510 novos casos por 100 000 habitantes, face aos 569 da União Europeia.

Para estes resultados concorre positivamente a implementação de políticas de prevenção que incidem sobre os fatores de risco como o tabagismo, o consumo de álcool, o excesso de peso e a obesidade, mas contribui também a prevenção com recurso à vacinação, quando a ciência assim o permite, como é o caso da vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV), disponível no SNS.

Por outro lado, tem havido um forte investimento em mecanismos de deteção precoce da doença. Temos, hoje, implementados programas de rastreio de base populacional, financiados por fundos públicos. Portugal apresenta hoje 100 % de cobertura geográfica no rastreio do cancro da mama, com todas as unidades funcionais, unidades de saúde do continente e das regiões autónomas cobertas, ultrapassando, aliás, a meta europeia que propunha a cobertura de 90 % do território para 2025.

No que ao desempenho na prestação de cuidados oncológicos diz respeito, temos também indicadores positivos, tendo o SNS uma rede consolidada de centros de referência para o tratamento desta patologia, bem como um conjunto de tratamentos e medicamentos que permitem disponibilizar os melhores cuidados aos doentes oncológicos.

A questão dos medicamentos leva-me ao segundo ponto que quero aqui destacar, e tem que ver com o papel do Infarmed.

O Infarmed integra, nos seus quadros, peritos clínicos com conhecimento e experiência no tratamento de doentes nos hospitais do SNS. A eles cabe o difícil trabalho de demonstrar as vantagens clínicas de medicamentos inovadores. É um trabalho complexo, mas que tem demonstrado resultados. Aliás, nos últimos dois anos foram aprovados mais de 125 novos medicamentos, dos quais 40 têm indicação na área da oncologia.

Respeitamos e valorizamos o trabalho desenvolvido pelo Infarmed, reconhecemos o seu rigor científico e também reconhecemos que a avaliação de um medicamento inovador deve ser precisa, deve determinar a eficácia e a segurança das novas tecnologias em saúde. Só desta forma garantiremos a sua eficiente utilização.

Este trabalho de estudo não deve nem pode, portanto, ter a interferência do poder político. Os tempos de evolução da ciência não são ditados por partidos, ainda que isso possa desiludir alguns.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino, reiterando o compromisso do Partido Socialista com esta causa, o compromisso que assumimos quando lançámos a Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro, o compromisso que exigiremos que continue a ser cumprido, garantindo o tratamento de todas e de todos.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Sofia Andrade, isto é genuinamente um pedido de esclarecimento. Nem sempre é usado para esse feito, mas este é mesmo.

Posso ter entendido mal, mas a Sr.^a Deputada disse que a aprovação deste medicamento resulta de uma decisão da anterior Ministra da Saúde?

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Eu não disse isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disse, disse!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque há uma entidade própria para o fazer, que é o Infarmed. Há um processo administrativo, desde que tenha cabimento orçamental,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... que deve ser seguido e não deve haver interferência nem discricionariedade de ninguém da tutela, pois já sabemos o que é que acontece.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Estamos, neste momento, com uma comissão parlamentar de inquérito, precisamente porque houve intromissão, ou alegadamente houve uma intromissão.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Portanto, é mesmo para clarificar que isto não foi, de facto, da lavra da anterior Ministra da Saúde, ou então clarificar o contexto em que disse isso.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Sofia Andrade.

Pausa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Este compasso de espera foi apenas para registar que o Partido Socialista beneficiou de uma transferência de tempo, de 1 minuto e 59 segundos, do Bloco de Esquerda, que deve então ser creditado pelos serviços no tempo do Partido Socialista.

Para responder, faça favor, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Bloco não tem nada para dizer! Não faz nada!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Devias saber como funcionam os juros!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, devo dizer que, porventura, estive algo distraído relativamente àquilo que eu disse, aliás, como outros partidos nesta Câmara também estiveram distraídos sobre este processo. O Partido Chega tinha, até à passada quarta-feira, uma proposta que continuava a pedir a introdução deste medicamento no Serviço Nacional de Saúde, e este medicamento já estava autorizado. Portanto, quer-me parecer que o Sr. Deputado também estava algo distraído.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Já lá vou, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Distraído anda o PS!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Só que ainda estão pessoas à espera!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Mas o que quis dizer na minha intervenção, quando falei do despacho, é que o Sr. Deputado certamente saberá, como todos aqui nesta Câmara, que a autorização para a introdução do novo medicamento é um processo complexo.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Complexo!...

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — É um processo que tem de ser estudado e aprofundado pelo Infarmed. Depois de haver esse...

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Já lá vou, Sr. Deputado, tenha calma, tem de me deixar falar.

Depois de haver esse estudo pelo Infarmed, é feita uma avaliação económica também, e quando o medicamento é disponibilizado aos mercados, o Sr. Deputado sabe, tem de haver um despacho, também assinado pelo Sr. Ministro da Saúde, que autoriza a utilização do medicamento no SNS.

Protestos da IL.

Aliás, há um documento — é público, pode encontrá-lo na página da *internet* —, uma autorização assinada entre o Serviço Nacional de Saúde, o Infarmed e a empresa que está a disponibilizar este fármaco, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Já percebemos, já percebemos!

Protestos da IL.

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Quando disse que foi autorizado no tempo do Governo socialista e com o despacho do Sr. Ministro da Saúde, Sr. Deputado, é verdade e pode consultar esse despacho.

Aplausos do PS.

Protestos da IL, do PSD e do CDS e contraprotestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Fernandes, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: o Grupo Parlamentar do PSD cumprimenta, e agradece, os autores da petição que hoje é discutida no Plenário e, na pessoa da Dr.^a Vera de Almeida, cumprimenta todos os outros profissionais de saúde que se associaram a esta iniciativa.

Estamos a falar de cancro, estamos a falar de cancro da mama e estamos a falar especificamente de cancro da mama triplo negativo. Comparado com os outros tipos de neoplasias da mama, este tumor comporta-se de uma forma mais agressiva, com recaídas precoces e pior grau de sobrevivência.

A recorrência, após tratamento primário, dos estadios de I a III acontece habitualmente nos primeiros cinco anos, com 40 % de recaídas aos três anos. Apesar de representar apenas 15 % dos casos de cancro da mama, o triplo negativo é responsável por mais de um terço de mortes por esta doença em Portugal.

À data da entrada desta petição, após receber o diagnóstico de cancro da mama triplo negativo, a Dr.^a Vera Almeida confrontava-se com a proposta de, adicionalmente ao tratamento convencional com quimioterapia, seguido de cirurgia e radioterapia, poder realizar imunoterapia com o Pembrolizumab.

Com esta petição, foi pretensão dos autores apelar a que a decisão de indeferimento do Programa de Acesso Precoce (PAP) ao requerimento da Dr.^a Vera Almeida, para acesso ao tratamento com fármaco, fosse revertida, de forma a aceder ao tratamento que lhe permitiria as melhores hipóteses de sobrevivência.

Este fármaco, na altura, não estava disponível para os utentes no Serviço Nacional de Saúde e, por isso, a Dr.^a Vera necessitava, para tal, assim como muitas outras mulheres, da autorização no Programa de Acesso Precoce.

Atualmente, a situação é significativamente diferente e, desde julho de 2013, este fármaco já se encontra financiado pelo Sistema Nacional de Saúde,...

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Depois do despacho!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... no tratamento do cancro da mama triplo negativo, nas situações idênticas à descrita na petição, em combinação com quimioterapia, com tratamento de adultos em tumor localmente avançado ou em estadió precoce, com elevado risco de recorrência, mas também no tratamento do cancro da mama triplo negativo recorrente e ressecável ou metastático.

No entanto, o debate de hoje traz luz a um problema que precisa continuamente de ser olhado. O cancro da mama é uma das doenças com maior impacto na nossa sociedade, é a maior causa de morte, por cancro, nas mulheres. Há ainda um infindável caminho no diagnóstico e tratamento deste tipo de neoplasia. Em ciência, a inovação e a atualização são sempre um desafio na procura das melhores respostas e soluções.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma coisa é certa, o valor da vida não pode ser medido apenas em tempo, e a dignidade e a qualidade de vida de cada um de nós que trava lutas injustas e desiguais com cancros com agressividade, como é o caso deste, não pode nunca ser mensurável.

Cabe ao Estado oferecer todas as possibilidades de tratamento que permitam a cada ser humano ser autodeterminado na sua escolha, onde valores como vida, tempo, sofrimento, dignidade, liberdade, só possam ser avaliados pelas medidas que cada indivíduo pode estabelecer para si mesmo.

De forma geral, as recomendações aqui apresentadas pelos partidos PAN, Livre e Bloco de Esquerda, com as alterações também do partido Chega, merecem da nossa parte o reconhecimento, embora tenhamos perceções e abordagens, em alguns casos, diferentes. Entendemos que muitas das propostas estão globalmente enquadradas na Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro e compete ao Governo fazer a monitorização, acompanhamento e avaliação do programa neste trabalho. Uma coisa é incontestável: a abordagem deste tipo de doença só pode ser verdadeiramente eficaz se o foco e a prioridade estiverem na prevenção e no diagnóstico precoce.

Nesse sentido, a DGS (Direção-Geral da Saúde) está a finalizar uma nova norma que terá em conta as recomendações feitas, em 2022, pela União Europeia, procurando antecipar a idade do rastreio do cancro da mama. Embora exista uma cobertura em todo o País, os números também revelam que a taxa de adesão aos rastreios tem vindo a diminuir nos últimos anos. Considera-se, assim, fundamental promover o empenhamento e a adesão das mulheres a este programa.

Este Governo assumiu como programas clínicos prioritários, entre outros, a prevenção e o controlo de doenças oncológicas, a investigação clínica e mais ensaios clínicos. Os estudos clínicos constituem uma das principais áreas estratégicas de desenvolvimento da saúde em Portugal. É com esta responsabilidade e consciência que o Governo assumiu o compromisso, no âmbito do Plano de Emergência da Saúde, de desenvolver um programa de apoio à investigação clínica.

Desta forma, pretende-se criar infraestruturas com desenvolvimento da investigação, promover o acesso a tecnologias inovadoras para os doentes e posicionar Portugal — cujo lugar no *ranking*, neste momento, não nos orgulha — como um dos países mais atrativos para a condução de estudos clínicos, na União Europeia.

É também intenção do Ministério da Saúde dotar o Infarmed de um novo estatuto jurídico que lhe permita maior autonomia, capacidade e flexibilidade gestórias, criando assim melhores condições de atração e retenção dos seus quadros, com o estabelecimento de metas que incluirão, entre outras, a redução dos prazos de aprovação de financiamento para os medicamentos considerados inovadores.

Parece-nos bem claro que o objetivo deste Governo é o de promover todas as medidas que valorizem a celeridade e a melhoria nas condições de acesso aos medicamentos inovadores.

O PSD continuará a empenhar-se na concretização dos seus compromissos eleitorais nestas matérias, tal como estabelece a prioridade já definida e em execução pelo Governo.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento, não dispondo de tempo para responder.

Ainda assim, para que o mesmo seja formulado, dou a palavra à Sr.^a Deputada Marta Silva, do Grupo Parlamentar do Chega.

Pausa.

A Sr.^a Deputada pode fazer o pedido de esclarecimento, por favor?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, a Sr.^a Deputada não se sentou ainda!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Estava à espera, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Compreendo a cordialidade. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

«Não me deixem morrer!» Srs. Deputados, esta foi a frase que mais nos custou ouvir de Sandra Gomes, uma das 30 000 peticionárias que recebemos há um ano na Comissão de Saúde.

Nessa audição, nem um único Deputado do PS, do PSD, da Iniciativa Liberal ou do Bloco esteve presente. Foi a audição mais dura a que o Chega assistiu.

Mas, a todos os que nesta Casa ainda há dois dias se autointitularam os donos do humanismo, temos a dizer o seguinte, senhores: «Foi o Chega que deu voz a Sandra — a quem reiteradamente foi negado ou protelado o acesso a este medicamento inovador que lhe permitia esperança de vida —, que, em desespero absoluto, implorou pela sua vida.

E porque é por sobrevida que estamos aqui hoje, é bom recordar que todos os anos morrem 1800 mulheres, em Portugal; um País onde os doentes, em média, esperam mais de 700 dias, o que nos coloca num mísero 5.^o lugar a contar do fim, na lista de países europeus.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Srs. Deputados, indigna-nos, e devia envergonhar-nos, que portugueses tenham que esperar e tenham que vir a esta Casa implorar pela vida, quando outros veem, em escassos dois dias, pedidos de fármacos de 4 milhões de euros serem aprovados pelo Infarmed.

Aplausos do CH.

Um contexto cinzento, bem demonstrativo da política da cunha que, sem ética ou moral, vai consumindo os recursos deste País e a vida dos portugueses.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr.^a Deputada, já que não deram entrada a nenhuma iniciativa neste sentido, gostava de perguntar qual é o plano de emergência que o PSD tem para apresentar para estas pessoas.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas era a mesma doença?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Isabel Fernandes tem tempo para responder, porque beneficiou da transferência de 1 minuto do CDS-PP. Assim sendo, tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Marta Martins da Silva, quero só referir que há uma grande diferença entre um plano de emergência para a saúde e um plano estrutural para a saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Um plano de emergência para a saúde é uma coisa que não deveria existir.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Estamos a falar de uma situação que é emergente. Trata-se de resolver problemas cruciais e sem a sua resolução não conseguimos avançar para as reformas estruturais que o PSD e este Governo pretendem.

No entanto, conforme *guidelines* existentes, o doente oncológico está na estratégia deste plano de emergência como prioridade, sendo que a Sr.^a Ministra já o assumiu como uma das linhas prioritárias, assim como a linha de estratégia de inovação.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Também não temos dúvidas quanto ao facto de que há grandes reformas estruturais a fazer nas políticas do medicamento e de acesso ao medicamento, bem como em relação à estratégia e forma como o Infarmed tem trabalhado até agora e quanto à forma de trabalhar que fomos encontrar. Não temos dúvidas quanto a isso.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria dirigir uma primeira palavra de saudação aos subscritores desta petição que entregaram na Assembleia da República a solicitar acesso ao programa de obtenção precoce a um medicamento para o cancro da mama triplo negativo.

Nós acompanhamos esta petição e temos seguido o seu desenvolvimento. De facto, as questões que surgem e que temos defendido desde o primeiro momento é que, sim, os cidadãos, os utentes, têm de ter acesso aos cuidados de saúde, têm de ter acesso à inovação, têm de ter acesso aos tratamentos e aos medicamentos que com evidência científica são os mais adequados para a sua situação de saúde.

Este é um desígnio que deve estar presente. Mas isso exige intervenção por parte do Governo e exige também reforço de meios da Administração Pública e do Serviço Nacional de Saúde, para que este tenha maior capacidade de dar estas respostas que são necessárias.

Colocamos esta questão, porquê? Porque, perante um conjunto de situações de doença com impactos muito significativos, aquilo a que temos assistido é a um enorme aproveitamento por parte da indústria farmacêutica. Um aproveitamento com a imposição de preços destes novos medicamentos que são absolutamente incontroláveis.

Quando há pouco dizia que é preciso maior capacidade, que é preciso maior intervenção por parte do Governo refiro-me à defesa do interesse público, à defesa dos direitos dos doentes e dos utentes no nosso País.

Queremos que todos tenham acesso à inovação e ao melhor tratamento para a sua doença e para a situação em que se encontram, mas isso não pode fazer com que Portugal fique refém dos interesses da indústria farmacêutica, como hoje acontece. Esta é a questão de fundo para esta situação em concreto.

Entretanto, já houve evolução, com a aprovação do medicamento pelo Infarmed, mas é uma questão que vai continuar a colocar-se para muitos novos medicamentos e para muitas outras doenças.

Portanto, ou há uma estratégia de intervenção para defender a saúde dos portugueses, para defender o interesse nacional, ou o País vai continuar refém, sujeito às imposições da indústria farmacêutica.

São estas as questões que queríamos aqui suscitar.

Naturalmente — e vou reiterar, porque este é um aspeto determinante —, vamos trabalhar e intervir para assegurar que todos os doentes, todos os utentes do nosso País tenham acesso à saúde e ao tratamento mais adequado à sua situação.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS-PP quer cumprimentar, em primeiro lugar, os subscritores desta petição, desde logo a Sr.^a Dr.^a Vera Almeida, e assinalar que, como já foi dito, o objeto desta petição, infelizmente, dirá muito a todos nós e à esmagadora maioria dos portugueses que, obviamente, já tiveram de lidar com os seus mais próximos em situações de doença oncológica e com a dificuldade que existe de conseguir encontrar um caminho quando alguém se encontra nessa situação.

O caminho, muitas vezes, é poder ter acesso a uma terapêutica que está inacessível. E pode estar inacessível por razões económicas ou pode estar até inacessível por razões administrativas, como foi o caso que levou a esta petição.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, a importância de hoje discutirmos esta matéria e de analisarmos de forma absolutamente independente os projetos de resolução, não considerando a sua validade em função de quem os assina, mas, sim, do seu conteúdo.

Entendemos que, mesmo para partidos que apoiam o Governo, faz sentido apoiar iniciativas que, de acordo com o plano de emergência apresentado pelo Ministério da Saúde, têm prioridades, que são prioridades claras.

E para que não se venha dizer «Ah, mas prioridades são todas!», não, houve duas prioridades que foram muito claras no plano de emergência: uma delas é exatamente a das doenças oncológicas; a outra é, por exemplo, a da saúde mental. Portanto, há escolhas que têm de ser feitas. Mesmo em política de saúde, onde provavelmente é ainda mais difícil fazer escolhas, há escolhas que são feitas. Esta é uma delas.

Dentro desta prioridade dada às doenças oncológicas, o caminho que deve ser seguido é o do acesso a tratamentos, a tentativa de desburocratizar estes procedimentos, o acesso a novos ensaios, em suma, a possibilidade de mais portugueses que estão nesta situação terem acesso a mais terapêuticas, por remoção das dificuldades de que falei inicialmente: a remoção da dificuldade económica, com o acesso a esses medicamentos através do Serviço Nacional de Saúde, e a remoção das barreiras administrativas, através de uma maior facilitação desses processos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso que o Grupo Parlamentar do CDS-PP apoiará as iniciativas que vão nesse sentido.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes da minha intervenção, queria só clarificar um ponto para dizer que o despacho que autoriza o acesso a uma terapêutica inovadora é um ato administrativo e, portanto, não faz sentido algum — e era esse o meu ponto — atribuir o mérito à anterior ministra, ao anterior ministro, ou seja a quem for.

Quero crer que qualquer pessoa deste Parlamento, desta Câmara, que fosse Ministro da Saúde teria o mesmo ato de humanidade, obviamente permitindo o acesso à terapêutica inovadora.

Feita esta ressalva, que me parece muito importante, a Iniciativa Liberal começa por saudar os peticionários, em particular a Dr.^a Vera Almeida, primeira subscritora e diagnosticada com cancro em 2022. Estendemos esta saudação a todos os doentes oncológicos, em particular às mulheres com cancro da mama, que travam a luta das suas vidas. Nem sempre ganharemos, mas nunca sem antes fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance.

O acesso a terapêuticas inovadoras é não apenas uma esperança, mas um imperativo ético. Ainda mais, neste caso, quando o acesso ao medicamento até está ao abrigo de um programa de acesso precoce que é financiado pela farmacêutica.

A maioria de nós não estará qualificado para avaliar se a prescrição do fármaco se justifica neste caso específico. Essa é uma competência de outras instituições. Contudo, enquanto políticos, podemos e devemos assegurar que há resposta em tempo útil e que o racional para a tomada de decisão destas instituições, seja em que sentido for, obedece a estritos critérios científicos e é feito de forma transparente e justa.

A ausência de resposta por parte do Infarmed inquieta-nos. O teor da resposta da Direção de Avaliação das Tecnologias de Saúde (DATS) também. Processos como este não podem ser tratados de forma puramente administrativa, destituída de humanismo e empatia, como se se tratasse de um outro processo qualquer para aquisição de economato. Se a resposta é negativa, e em alguns casos será, tem de ser devidamente justificada.

Mais: Portugal é um dos países que mais tempo demora — cerca de 714 dias — a dar acesso a tratamentos inovadores. Comparamos muito mal com a Alemanha, em que esse período é de 123 dias, e com muitos outros países europeus, que estão à nossa frente.

Não podemos falhar a estas pessoas!

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não regista mais inscrições para este ponto, pelo que passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da Petição n.º 125/XV/1.^a (Liga de Amigos do Hospital Arcebispo João Crisóstomo) — Em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Hospital de Cantanhede, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 120/XVI/1.^a (CH) — Pela reabertura da Urgência Básica no Município de Cantanhede, 131/XVI/1.^a (PCP) — Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha, 137/XVI/1.^a (BE) — Autonomia e reforço do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, e 138/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a abertura de uma urgência básica de funcionamento diário e com horário alargado e a atualização da página de *internet* do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr.^a Presidente, cumprimento-a, bem como às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados e a todos os cidadãos que se encontram nas galerias, com especial apreço por todos os cantanhedenses que estão presentes, a assistir ao debate desta petição.

O Hospital Arcebispo João Crisóstomo fica situado em Cantanhede, o maior concelho do distrito de Coimbra, com cerca de 40 000 habitantes, residentes, com uma população que quase duplica nas épocas balneares, dada a proximidade a cinco praias atlânticas e três fluviais.

A área de influência deste hospital, para além do concelho de Cantanhede, também abrange o concelho de Mira e as freguesias limítrofes dos concelhos de Vagos, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, o que perfaz uma abrangência demográfica de 60 000 cidadãos.

Outrora, durante várias décadas, teve serviços de maternidade — ginecologia e obstetrícia —, de internamento de medicina interna, de cirurgia, serviço de urgência de 24 horas e, ainda, ortopedia, cardiologia, pediatria, otorrinolaringologia, oftalmologia, estomatologia, dermatologia e urologia, estes últimos em regime de consulta externa, com o apoio de alguns meios complementares de diagnóstico e terapêutica, nomeadamente serviço de imagiologia e serviço de patologia clínica e eletrocardiografia.

O serviço de urgência do Hospital Arcebispo João Crisóstomo foi encerrado pelo então Sr. Ministro da Saúde António Correia de Campos, do Governo do PS, em 2007, e, aparentemente, substituído por uma consulta aberta. Importa referir que, quando a urgência foi encerrada, foi celebrado um protocolo entre o Ministério da Saúde e o município de Cantanhede para a abertura de uma consulta aberta, sediada no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, mas apenas das 8 às 24 horas.

Durante o período da covid, essa mesma consulta foi encerrada, sem que o município tivesse sido informado. No processo de transferência de competências, a reabertura foi contemplada, mas sem apoio oportuno de exames auxiliares de diagnóstico e num formato tão reduzido que não vai ao encontro das reais necessidades da população.

O município de Cantanhede enviou à Sr.^a Ministra da Saúde um ofício a solicitar a criação de um serviço de urgência no Hospital Arcebispo João Crisóstomo.

Em virtude de os hospitais centrais da Universidade de Coimbra terem um fluxo de doentes bastante elevado no serviço de urgências — por motivo de fecho dos hospitais de Viseu e Leiria no período noturno —, é pertinente a reabertura desta urgência para uma resposta mais eficaz e rápida aos serviços de saúde primários, aliviando, desta forma, o serviço de urgência do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC), onde, por vezes, para uma simples suturação, é necessário recorrer aos mesmos, criando congestionamento nas urgências.

Para concluir, é necessário e urgente reabrir um serviço de urgência de proximidade neste hospital.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saudamos esta petição em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, o Hospital de Cantanhede. Saudamos o facto de os peticionários terem trazido esta questão de grande importância à Assembleia da República.

As preocupações que aqui estão expressas são preocupações de quem quer defender o serviço público, de quem quer defender o direito à saúde, de quem quer que todos os utentes tenham acesso aos cuidados de saúde a que têm direito.

De facto, o processo de integração deste hospital no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra constituiu mais uma linha de ataque para a redução da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde.

Aliás, vimos bem o que é que isso significou, relativamente ao Hospital dos Covões — só para dar este exemplo —, que, na altura, também foi integrado neste centro hospitalar: houve o esvaziamento de um conjunto de serviços e de valências desse mesmo hospital, com prejuízo para os utentes, concentrando nos hospitais de Coimbra um conjunto de serviços, levando à sobrecarga de trabalho e a mais dificuldades na prestação de cuidados aos utentes.

Agora, com a criação das unidades locais de saúde (ULS), a situação também não melhora, porque continua uma lógica de concentração. Acresce a secundarização dos cuidados de saúde primários nesta nova estrutura do Serviço Nacional de Saúde, que em nada contribui para a promoção da saúde ou para que sejam prestados os cuidados de saúde a tempo e horas, a que os utentes têm direito. Isto contribui, também, para o favorecimento do negócio da doença, que muitos grupos privados querem prosseguir. Querem, aliás, que cresça, crescendo também os seus lucros.

Portanto, aquilo que trazemos à Assembleia da República é, de facto, uma proposta no sentido de que se devolva a autonomia ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e também ao Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, na Tocha, e que se reforce todas estas unidades do Serviço Nacional de Saúde.

Aquilo que é necessário, neste momento, é maior proximidade, alargamento da capacidade, alargamento dos serviços e das valências, quer a nível dos cuidados de saúde primários, quer a nível dos cuidados hospitalares, também nesta região, para assegurar maior proximidade na prestação dos cuidados.

Para além desse investimento no alargamento da resposta, também se exige a fixação de profissionais de saúde. Este é um dos grandes problemas com que o Serviço Nacional de Saúde se depara, que o anterior Governo não resolveu e que o atual Governo não mostra qualquer disponibilidade para resolver. E quando falamos nesta necessidade de fixar os profissionais de saúde, é porque sabemos que eles são preponderantes para que os cuidados de saúde sejam prestados.

Para isto, importa que haja valorização das suas carreiras, dos seus salários, das garantias das condições de trabalho, para que os utentes tenham médico e enfermeiro de família e tenham, também, atempadamente, as consultas e as cirurgias, para que possam, de facto, ter a resposta a que têm direito no plano da saúde.

São estas as propostas que trazemos a debate.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aproveito, também, para cumprimentar os peticionários e para dizer que partilhamos as preocupações que são trazidas nesta petição.

Opusemo-nos à integração de mais duas unidades no sobredimensionado e disfuncional Centro Hospitalar Universitário de Coimbra e continuamos a opor-nos porque, como sabemos muito bem, e quem é da região sabe isso em particular, a criação do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra não resultou na formação de um centro hospitalar com vários polos que possam funcionar em rede e em complementaridade, mas resultou, antes, numa gestão única e centralista, trazendo maior dificuldade de acesso aos cuidados de saúde.

O Centro Hospitalar Universitário de Coimbra representou, desde logo, uma completa desqualificação do Hospital dos Covões — que antes era um hospital central, como toda a gente sabe — e, também, uma desqualificação do próprio Hospital Sobral Cid.

Estes antecedentes só nos geram mais preocupação em relação à integração do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, porque entendemos que não devem perder as condições com que têm estado a funcionar até agora. Pelo contrário, essas condições devem ser reforçadas.

Aliás, esta intenção de integração no CHUC é uma intenção que teve a oposição do município, dos utentes e, claro, de todos os peticionários e peticionárias que fizeram chegar essa intenção à Assembleia da República e que foram milhares.

Mas esta integração acabou por acontecer por via da generalização das ULS, como já foi aqui referido. Portanto, o que exigimos, neste caso, é que, em vez de uma organização gigante e disfuncional, possa haver um investimento e reforço do Hospital de Cantanhede e do Hospital Rovisco Pais. O que precisamos é que estas unidades de saúde prossigam a sua missão e o seu desempenho de excelência como unidades autónomas, dotadas do necessário orçamento e mapa de pessoal. E é também por isso que é necessário reverter a constituição das ULS, em particular da ULS de Coimbra.

Acompanhamos, como disse, os peticionários e apresentamos estas propostas no nosso projeto legislativo.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, em particular os peticionários, que saudamos: O Hospital de Cantanhede — hoje, formalmente, Hospital Arcebispo João Crisóstomo — tem uma área de influência que abrange cerca de 60 000 habitantes dos concelhos de Cantanhede, Mira, Montemor-o-Velho, Anadia, Mealhada e Vagos. Falamos de concelhos cuja percentagem de população idosa ronda os 30 %, razão pela qual o hospital tem reconhecimento internacional na área dos cuidados de saúde a pessoas sénior.

Reconhecendo que houve, recentemente, uma transferência de competências na área da saúde para o município de Cantanhede, prevendo, inclusivamente, medidas para dar resposta a situações de emergência de doença aguda, o que, naturalmente, e bem, se traduz numa melhoria do acesso a cuidados de saúde para a população local, entende o Livre que a solução atualmente em vigor fica aquém do necessário, já que as situações de emergência de doença aguda não têm horário específico de incidência, muito menos no caso de utentes com idade mais avançada.

Assim, trazemos aqui, hoje, um projeto de resolução que recomenda a abertura de uma urgência básica com horário alargado e em funcionamento diário, de forma a evitar confusões sobre para onde os utentes se devem dirigir e em que horário, fazendo melhor uso da estrutura, equipamento e conhecimento especializado já existente no Hospital de Cantanhede.

Mas mais: tendo em conta a crise nas urgências, que infelizmente se mantém, apelamos ainda a que a página de *internet* do referido hospital seja alimentada com informação necessária, atual e fidedigna, nomeadamente a nível da informação sobre tempos de espera, horários de atendimento ou serviços prestados naquela unidade de saúde.

O Livre defende, assim, um melhor acesso a cuidados de saúde para estas populações e também que seja prestada melhor informação aos utentes, pelo que esperamos que os demais partidos acompanhem esta iniciativa.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passar a palavra à próxima oradora, quero reiterar que se encontram ainda a decorrer as votações para a eleição do Presidente do Conselho Económico e Social na Sala D. Maria.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, permita-me que cumprimente todos os peticionários presentes nas galerias, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos, no dia de hoje, a Petição n.º 125/XV/1.^a (Liga de Amigos do Hospital Arcebispo João Crisóstomo) — Em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Hospital de Cantanhede, uma atitude cívica que muito louvamos e que não nos deixou indiferentes. Tanto assim é que foi pela iniciativa do PSD, na anterior Legislatura, que esta petição está a ser discutida em sede de reunião plenária.

Falamos deste tema é falamos de proximidade, é falamos de equidade. É, essencialmente, falamos de um direito fundamental, que é o acesso à saúde igual para todos.

Esta petição, em defesa do Hospital de Cantanhede, acompanha duas questões relevantes: a importância da sua identidade, enquanto serviço de saúde de proximidade, com respostas diferenciadas, e a criação de uma resposta não programada à doença aguda.

Quem acompanha esta questão poderá estar com algumas dúvidas: mas o Hospital Arcebispo João Crisóstomo não foi já detentor deste tipo de resposta? Sim, foi. Funcionou, funcionou muito bem e durante anos, e dava resposta a cerca de 60 000 pessoas residentes no concelho de Cantanhede, assim como noutros concelhos, nomeadamente Mira, Vagos, Montemor-o-Velho e até mesmo Mealhada.

Porém, a 25 de março de 2020, em tempo de situação pandémica, esta resposta foi encerrada de forma abrupta, sem qualquer comunicação à câmara municipal, violando um protocolo assinado em 2007 entre a

ARS (Administração Regional de Saúde) Centro e o município de Cantanhede. Fator comum: ambas as decisões aconteceram em Governos liderados pelo Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Caso para dizer que, afinal, palavra dada nem sempre é palavra honrada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Ou, neste caso, protocolos assinados pouco ou nada valem.

Mas não fica por aqui: desde o início de março deste ano, para aparentemente minimizar os danos causados, foram aprovadas, por parte do anterior Governo, respostas a situações de doença aguda em algumas unidades de saúde familiar do concelho de Cantanhede, respostas estas feitas já por um Governo demissionário. Foi para bem das populações ou algum género de campanha eleitoral?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Esta solução pode ajudar, é um facto. Ainda assim, está longe de resolver o problema principal, já que apenas podem ser atendidos os doentes que fazem parte das listas de utentes registados nas unidades de saúde familiar abrangidas por estas respostas.

O conhecido Hospital de Cantanhede destaca-se por ser um hospital diferenciador para a zona Centro, com uma autonomia própria, vocacionado para cuidados de proximidade, com referências à excepcional qualidade de prestação de serviços de saúde junto da população. E o mesmo poderíamos dizer do Rovisco Pais, o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, na Tocha.

Cantanhede faz parte da terceira região mais populosa do País, sendo que a população expõe um acentuado índice de envelhecimento, numa linha paralela ao que acontece na própria região Centro e no País, tornando-se crucial avaliar a situação real em que se encontra e assumir a responsabilidade de melhorar o acesso a serviços fundamentais de saúde para cuidar de quem mais precisa.

Além do mais, o desenvolvimento de Cantanhede fala por si, apresentando zonas industriais bastante desenvolvidas, um parque de biotecnologia único no País, várias escolas — onde se inserem escolas profissionais e protocolos com instituições do ensino superior — e um grande volume de turistas, que, neste momento, até por um grande desenvolvimento de desportos ligados ao mar, não frequentam Cantanhede apenas no verão, mas durante o ano inteiro.

Assim sendo, se existe uma infraestrutura de saúde em Cantanhede com toda a capacidade física, com meios complementares de diagnóstico adequados e com resultados evidentes e reconhecidos no passado e no presente, parece-nos da maior pertinência existir um serviço de atendimento a doentes com diagnóstico de doença aguda num horário alargado, evitando-se deslocações desnecessárias, neste caso ao Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, e ajudando substancialmente à diminuição do tempo de espera e da pressão inerente ao serviço de urgência do hospital central, garantindo assim uma melhor prestação de cuidados de saúde.

Aplausos do PSD.

Mais do que o bom senso, que deve imperar nestas questões, é a humanização da saúde que está em causa, num ato de sentido de justiça para com todas as populações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Ana Abrunhosa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Dirijo um cumprimento muito especial aos subscritores da petição em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo — referi-lo-ei como Hospital de Cantanhede — e quero também saudar a relatora desta petição, que não está aqui, a ex-Deputada Fátima Ramos.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — O Hospital Arcebispo João Crisóstomo, Hospital de Cantanhede, tem sido um ponto de referência em saúde e assistência, prestando serviços de excepcional qualidade à população local. É um hospital vocacionado para cuidados de proximidade.

Esta unidade de saúde conta com uma unidade de convalescença com 30 camas e uma unidade de cuidados paliativos com 18 camas — é, aliás, a única unidade de internamento de cuidados paliativos da ULS de Coimbra, registando uma taxa de ocupação de 80 %.

Em janeiro deste ano, foram acrescentadas sete camas adicionais em medicina interna, uma das exigências da presente petição. Neste momento, está previsto o alargamento do número de camas em cuidados paliativos, de acordo com o aumento da procura. A nível do ambulatório, existe uma resposta na área de consultas externas de várias especialidades e um programa de acesso permanente, sete dias por semana, a meios de diagnóstico — como análises clínicas e de imagem —, permitindo diagnósticos mais rápidos, evitando deslocações a Coimbra e estreitando os circuitos entre cuidados de saúde primários e secundários.

Está a ser feito o reforço da atividade de cirurgia de ambulatório com a descentralização de Coimbra para o hospital, com novas especialidades, e está-se a dinamizar o hospital de dia, que procura ser uma resposta alternativa ao recurso às urgências em Coimbra.

A integração na ULS de Coimbra não diminui, mas antes reforça, a importância do Hospital de Cantanhede na rede do Serviço Nacional de Saúde. Esta união estratégica aumenta a qualidade e variedade dos serviços, mantendo a essência e o carácter distintivo do hospital de proximidade.

A ULS de Coimbra transmitiu-nos, na reunião que tivemos, que está apostada em melhorar o acesso aos cuidados e a resposta à doença aguda da população de Cantanhede, apostando no reforço das equipas de cuidados de saúde primários durante a semana, fins de semana e feriados, e reforçando a resposta do Hospital de Cantanhede.

Atualmente, este hospital tem um serviço aberto sete dias por semana, sem agendamento, para a realização de meios de diagnóstico, com análises clínicas e imagem médica.

No âmbito do processo de descentralização de competências, o município de Cantanhede — e bem! — impôs várias condições, entre as quais o reforço da importância do Centro de Saúde de Cantanhede na prestação de cuidados de proximidade à população e uma resposta às situações de doença aguda não programada de qualidade no Hospital de Cantanhede.

Hoje, existe no Centro de Saúde de Cantanhede uma consulta específica para casos agudos que poderá ser complementada com os meios de diagnóstico e terapêutica disponíveis no Hospital de Cantanhede.

Cantanhede reconhece o esforço e o trabalho em proximidade da ULS de Coimbra. Contudo, deseja mais, e legitimamente.

Há dias, um amigo escreveu-me: «Todos sabemos que os tempos de quem tem a responsabilidade de decidir nem sempre são os mesmos dos de quem necessita decisões, pelo que em Cantanhede se continua a acreditar que, num futuro o mais próximo possível, se encontrará uma solução que salvaguarde uma resposta capaz e eficaz aos casos de doença aguda.»

Pelo exposto, apoiamos totalmente a presente petição, e porque hoje é notícia a avaliação das ULS Universidade, queria falar-vos um pouco da ULS de Coimbra, que, nos primeiros cinco meses do ano, ofereceu mais de 1 milhão de consultas médicas nos cuidados primários e hospitalares, e cerca de 22 000 doentes foram operados, correspondendo a uma média de mais de 10 000 consultas médicas e de 213 doentes operados por dia.

Em termos comparativos, verificou-se um aumento superior a 900 doentes operados e cerca de mais 10 000 consultas médicas presenciais.

Após ouvir todos os municípios integrantes, a ULS de Coimbra determinou a criação de seis comunidades de saúde, promovendo a descentralização da gestão e da governação. Com as comunidades de saúde ganha-se escala para o desenvolvimento de planos intermunicipais de saúde e de respostas em proximidade, incluindo a oferta de serviços diferenciados, a articulação com os parceiros locais comunitários e a criação de melhores condições para atração e retenção de profissionais de saúde.

A ULS de Coimbra tem estado a fazer uma aposta na integração de cuidados com a criação de percursos clínicos integrados. Estes percursos permitem a prestação de cuidados centrados nas pessoas, possibilitando a cada doente ser seguido ao longo da sua jornada, eliminando as barreiras entre prestadores de cuidados e a noção de se estar perdido no sistema de saúde.

É um dos melhores hospitais universitários do País: tem 18 centros de referência nacionais, num total de 23, e 10, num total de 24, serviços integrados em 10 redes de referência europeias.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — Estou a terminar, Sr.^a Presidente.

Portanto, a mensagem que deixamos é para que esta avaliação seja feita com cuidado, tendo em conta as especificidades regionais e locais.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente em exercício, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, a Iniciativa Liberal saúda os peticionários que fizeram chegar a petição a esta Câmara, começando por dizer que esta petição, à semelhança de outras, tem um cunho eminentemente técnico. Não é por acaso que a decisão de fazer a fusão com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra emanou da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, e bem — há aqui, de facto, um conjunto de pressupostos que são maioritariamente técnicos —, mas isso pode-nos instar a uma discussão política, até para alertar quanto aos cuidados que devemos ter na prossecução deste tipo de reformas.

Se, por um lado, faz sentido concentrar recursos em hospitais de fim de linha, em hospitais de referência — é a única forma de conseguirmos ter especialização, é a única forma de termos um uso eficiente dos recursos —, por outro lado, isso deve ser sempre feito salvaguardando o acesso das populações, sobretudo das que não vivem em grandes urbes, em grandes cidades que já são servidas por muitos hospitais, garantindo que essas populações continuam a ter acesso a cuidados de saúde de proximidade, a tempo e horas, e a cuidados primários. Nem sempre isso é assegurado. O que aqui se discute relativamente ao Hospital de Cantanhede pode ser, precisamente, um desses casos.

A reforma das ULS foi feita em tempo recorde. O modelo das ULS é, de facto, um modelo com virtudes, não é isso que está em causa, mas a rapidez com que se fez a reforma das ULS — para mostrar algum trabalho, tendo em conta que em oito anos nada se viu — levou a situações em que, por exemplo, pessoas de Ovar, que eram servidas, e bem, em Santa Maria da Feira, até por uma questão de proximidade territorial, estão agora a ser desviadas para sul, para Aveiro ou para Coimbra, uma distância que, naturalmente, põe em causa o acesso aos cuidados de saúde, sobretudo para quem não tem viatura pessoal, mas também para quem a tem, pois tem de incorrer nesses custos.

Sabemos, e este ponto é muito importante, que, em Portugal, a principal barreira de acesso aos cuidados de saúde está no transporte. Enfim, é quase surreal que assim seja, mas é um facto: é o transporte a principal barreira de acesso aos cuidados de saúde, e, portanto, temos sempre de salvaguardar as populações e de garantir que têm acesso a cuidados de saúde. Isso não deve ser impeditivo de reformas, não é isso que está em causa, mas sempre salvaguardando o acesso das populações a cuidados de saúde de proximidade.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente da Câmara de Cantanhede e todos os que o acompanham: O Hospital de Cantanhede está a 30 km de Coimbra e serve uma vasta região que inclui Cantanhede, Mealhada, Mira, Mortágua, Penacova e, até, Leiria e Viseu, que não têm urgências à noite, neste momento. Este hospital apoia milhares de pessoas, uma população pobre, envelhecida, sem meios, abandonada. É um caso que ilustra o que há de pior neste País, com um poder político de costas voltadas para as pessoas.

Há 17 anos, o Governo do PS resolveu encerrar a urgência, contra a vontade do Presidente da Câmara, que era daquele mesmo partido. Hoje, 17 anos depois, a Presidente da Câmara, que é do PSD, pede ao atual Governo para reabrir as urgências. Os Deputados do Chega, eleitos por Coimbra, estiveram nesta unidade há pouco tempo e comprovaram que a consulta não é suficiente.

Mas porquê uma urgência em Cantanhede? Porque se trata de um território de vários concelhos; porque é uma unidade hospitalar com condições para ter uma resposta urgente; porque a medida pode aliviar a pressão dos hospitais centrais, como o de Coimbra; porque ajuda a diminuir os tempos de deslocação dos doentes urgentes.

Não tenho dúvidas de que, 17 anos depois, as urgências devem voltar a Cantanhede. Não tenho dúvidas de que o nosso sistema de saúde tem de deixar de ser um dos piores exemplos da falta de resposta do Estado. Lembro o caos nos hospitais de Lisboa, nesta semana: a urgência do hospital de Loures com tempo de espera superior a 16 horas; o hospital de Amadora-Sintra com tempo de espera superior a 9 horas; em Santa Maria, os doentes ainda esperam mais de 5 horas para serem atendidos.

Faltam 3000 médicos. Há cada vez menos profissionais de saúde para preencher as escalas. O Governo até já manda esconder o mapa das urgências fechadas! Para a maior parte das pessoas, a política é hoje engano e ilusão.

Termino a dizer que a abertura da urgência em Cantanhede é de elementar bom senso e beneficia gente desfavorecida que merece a atenção do Estado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não regista mais inscrições, pelo que vamos terminar este sexto ponto da ordem de trabalhos e dar início ao período de votações regimentais.

Foi, entretanto, feito o pedido de aviso à Comissão Parlamentar de Inquérito, que está reunida, para interromper os seus trabalhos.

Vamos aguardar 1 minuto e depois iniciar a verificação do quórum.

Pausa.

Peço aos serviços que iniciem o processo de verificação do quórum para votação, por favor.

Pausa.

Pergunto se alguém não conseguiu registar-se.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, não consegui registar-me, mas estou presente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certo. Mais alguém?

Pausa.

O quórum está estabilizado, portanto, pode ser encerrado. Peço aos serviços que encerrem o quórum, por favor.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para dar uma informação relevante para a votação.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente, é para informar a Câmara de que estão a participar nos nossos trabalhos por videoconferência o Sr. Deputado Francisco Pimentel, do PSD, a Sr.^a Deputada Andreia Bernardo, do PSD, a Sr.^a Deputada Cidália Abreu, do PSD, o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, do PSD, o Sr. Deputado Telmo Faria, do PSD, o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD, a Sr.^a Deputada Sofia Carreira, do PSD, o Sr. Deputado João Azevedo, do PS, o Sr. Deputado Gilberto Anjos, do PS, a Sr.^a Deputada Clarisse Campos, do PS, a Sr.^a Deputada Sofia Canha, do PS, o Sr. Deputado Pedro Sousa, do PS, o Sr. Deputado Ricardo Costa, do PS, o Sr. Deputado José Carlos Barbosa, do PS, e o Sr. Deputado Manuel Pizarro, do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos passar à leitura dos projetos de voto, começando pelo Projeto de Voto n.º 135/XVI/1.^a (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Tavares.

Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira que proceda à respetiva leitura.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«Nascida em Anadia em 1930, no seio de uma família de tradição oposicionista à ditadura, pai anarquista e mãe católica, Maria da Conceição Tavares foi confrontada desde criança com a importância da justiça social, e marcada na sua infância pelos refugiados da Guerra Civil Espanhola acolhidos pelos seus pais, o que contribuiu para o reforçar das ideias democráticas que nunca largou.

Maria da Conceição Tavares licenciou-se em Matemática em 1953, mas, confrontada com um País oprimido, rumo ao Brasil. Aí começa a trabalhar no Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social enquanto cursa Economia com vista à carreira de docente. Desde cedo, a economista compreendeu que a democracia, para ser plena, tem necessariamente de abarcar o desenvolvimento económico e social. É pela mão de uma nova geração de economistas e, em particular, por Maria da Conceição Tavares que se dá o renascimento do desenvolvimentismo no Brasil.

O seu sonho desenvolvimentista de uma esquerda socialista e democrática acaba por ser perturbado pela ditadura militar no Brasil, que a obriga a refugiar-se no Chile, em 1968. É neste país da América Latina que fica encantada com o projeto socialista democrático de Allende e trabalha como assessora do Ministro da Economia. Esta experiência apenas reforça a sua visão do mundo, assente na tese de que a economia está incrustada em relações sociais e que devem os agentes políticos e sociais contribuir para a sua orientação e alinhamento. É com esta influência que fica conhecida uma das suas citações mais famosas: “A economia é uma ciência social e toda ela é política.”

Regressa mais tarde ao Brasil, onde influencia a discussão económica de todo o período democrático. Para além de Deputada federal, escreveu regularmente em jornais como *Folha de S. Paulo*, acumulando esse papel com a carreira de docência.

Maria da Conceição Tavares sempre se preocupou com a diminuição da desigualdade e a prosperidade dos seus concidadãos. Irreverente, sem medo, efusiva, apaixonante, entusiasmante, democrata e socialista. É uma singela caracterização de alguém que lutou sempre por princípios nobres e que inspira a concretização de um mundo mais justo, mais solidário, mais igualitário.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, exprime o seu pesar pelo falecimento, aos 94 anos, da reputada economista, escritora e professora Maria da Conceição Tavares, saudando todo o seu trabalho e as suas preocupações de ordem política e social, endereçando as suas condolências aos seus familiares e amigos.»

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 140/XVI/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar em memória das vítimas dos incêndios florestais, cujo dia nacional se assinala a 17 de junho.

Para proceder à respetiva leitura, dou a palavra à Sr.^a Secretária Palmira Maciel.

A Sr.^a **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A 17 de junho de 2017, deflagrou em Pedrógão Grande um incêndio florestal que fez dezenas de mortos e centenas de feridos e que lavrou por mais de uma semana também o território de vários concelhos vizinhos.

Em 17 de junho de 2019, dois anos volvidos sobre o que é considerado o incêndio florestal mais mortífero de sempre em Portugal, a Assembleia da República aprovou por unanimidade uma resolução que consagrou o Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais.

Decorridos sete anos sobre esta tragédia, evocamos a memória dos homens, mulheres e crianças que perderam a vida em 2017, bem como de todos quantos, ao longo da nossa história, sucumbiram ao flagelo dos incêndios florestais em Portugal, manifestando a nossa profunda solidariedade e sentido de homenagem.

De igual forma, manifestamos a nossa solidariedade com os familiares e amigos das vítimas, a quem esta tragédia marcou pessoal e irremediavelmente, e saudamos a criação e o trabalho desenvolvido pela Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande (AVIPG), que uniu as famílias das vítimas no propósito comum de defender os direitos das pessoas afetadas e homenagear as vítimas.

Prestamos ainda o nosso reconhecimento a todos os operacionais que estiveram no terreno, proteção civil, bombeiros, militares, entidades prestadoras de cuidados de saúde, entre outras, pelo extraordinário empenho e sentido de missão.

Esta efeméride que reside na nossa memória coletiva e que, também por dever de memória, é assinalada a 17 de junho, convoca-nos e impele-nos a reafirmar o compromisso de que tudo faremos para que uma tragédia como aquela que se verificou em 2017 nunca mais se volte a repetir.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, por ocasião do Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais, presta a sua sentida homenagem a todas as vítimas dos incêndios florestais de 17 de junho de 2017, e a sua solidariedade a todos os seus familiares e amigos, reafirmando o seu compromisso e empenho na prevenção e combate aos incêndios florestais no sentido de tudo fazer para que uma tragédia como a que assistimos em 2017 nunca mais se repita no nosso País.»

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 149/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional) — De pesar pelo falecimento de Manuel Rey Cordeiro (1962-2024), piloto da Patrulha YAKSTARS, durante o festival aéreo Beja Air Show.

Para proceder à respetiva leitura, dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Gabriel Mithá Ribeiro.

O Sr. **Secretário** (Gabriel Mithá Ribeiro): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Nos dias 1 e 2 de junho realizou-se na Base Aérea n.º 11 o festival aéreo internacional Beja Air Show, organizado pela Força Aérea Portuguesa. O festival, inserido nas comemorações do 72.º aniversário da Força Aérea Portuguesa, constitui uma dimensão relevante da ligação e aproximação das Forças Armadas Portuguesas à sociedade civil.

Lamentavelmente, e de forma trágica, duas aeronaves da patrulha ibérica YAKSTARS acabaram por se envolver num acidente durante uma demonstração aérea, causando a morte de um dos pilotos e deixando outro ferido.

Na sequência do trágico acidente faleceu Manuel Rey Cordeiro, um dos elementos da patrulha ibérica YAKSTARS, uma equipa de exibição acrobática, primeira da história da aviação ibérica — militar e civil, constituída por seis aeronaves com pilotos de nacionalidade portuguesa e espanhola. O piloto era definido

pelos seus companheiros de voo como “um dos mais talentosos e versáteis pilotos em Espanha e Portugal”, voando desde aeronaves *Airbus* até aviões de acrobacia, passando por mono e multimotores.

Natural de Vigo e a residir em Sigüeiro, na Corunha, Manuel Rey Cordeiro, de 62 anos, e carinhosamente conhecido, entre os seus pares, como “Coco”, era um piloto espanhol extremamente experiente e talentoso, com um longo percurso na aviação militar e civil, onde atualmente atuava como comandante de elite de uma conhecida companhia aérea espanhola.

Ao longo da vida, Manuel Rey Cordeiro acumulou inúmeros troféus: com apenas 30 anos de idade, sagrou-se campeão de ultraleves em Espanha, ganhou 12 campeonatos espanhóis e dois subcampeonatos de ultraleves, contabilizando ao longo da sua brilhante carreira mais de 18 000 horas de voo. O seu desaparecimento será verdadeiramente sentido por todos aqueles que conheciam e admiravam o seu trabalho e paixão pelo mundo aeronáutico.

A Força Aérea Portuguesa, responsável pela organização do evento, sempre primou pela segurança e excelência nas suas operações. Este incidente, embora trágico, não diminui o valor e a importância do trabalho realizado por esta instituição, que continua a ser um pilar de competência e dedicação.

A Assembleia da República lamenta o trágico acidente ocorrido a 2 de junho durante o festival aéreo internacional Beja Air Show, manifesta profundo pesar pelo falecimento do piloto Manuel Rey Cordeiro e endereça à sua família, amigos e colegas as mais sentidas condolências.»

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Na sequência das votações a que acabámos de proceder, peço agora à Câmara que guarde 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos prosseguir, com o Projeto de Voto n.º 147/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo 450.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos.

Dou a palavra à Sr.^a Secretária Sandra Pereira para a proceder à respetiva leitura.

A Sr.^a **Secretária** (Sandra Pereira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«A Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos (SCMAV) foi fundada em 1574, tendo, ao longo destes 450 anos, dado resposta às necessidades sociais, com especial incidência junto dos mais pobres e dos doentes, o que resulta num impacto inestimável no município de Arruda dos Vinhos, na região Oeste e no distrito de Lisboa.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos, desde há 40 anos reconhecida como instituição particular de solidariedade social, é composta por cerca de 400 Irmãos, tendo nos seus quadros mais de 250 colaboradores.

A SCMAV serve mais de um milhar de pessoas, nas diversas áreas sociais, nomeadamente: na área da saúde, através do hospital, da clínica, das unidades de cuidados continuados integrados e ainda do centro de fisioterapia e de reabilitação, sendo ainda proprietária da farmácia local; na área da educação, com resposta ao nível da creche e do pré-escolar, disponibilizando ainda centro de atividades de tempos livres e uma escola de música, promovendo o ensino musical de forma gratuita; no apoio aos mais idosos, através do centro de dia e das estruturas residenciais para pessoas idosas, que conta com cerca de 150 utentes; no apoio aos mais carenciados, por via do serviço de apoio domiciliário e da sua cantina social; e ainda na área cultural e recreativa, com a sua banda filarmónica. Disponibiliza ainda à população as suas capelas da Misericórdia e de São Lázaro para culto religioso.

Neste sentido, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, saúda a Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos, por ocasião do seu 450.º aniversário, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela SCMAV, e de todos os seus colaboradores e dirigentes ao longo destes 450 anos, na “promoção e salvaguarda da dignidade da pessoa, independentemente do estatuto ou proveniência”, nas justas palavras proferidas pelo Reverendíssimo Patriarca, D. Rui Valério, na cerimónia que teve lugar em Arruda dos Vinhos, no passado dia 26 de maio.

Assembleia da República, 19 de junho de 2024.»

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos ao Projeto de Voto n.º 154/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo primeiro centenário da BIAL.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para proceder à respetiva leitura.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Fundada em 1924 por Álvaro Portela, a BIAL comemora este ano o seu primeiro centenário, sendo atualmente a maior empresa farmacêutica portuguesa e um consabido caso de sucesso no contexto da indústria nacional e mesmo internacional de vanguarda.

Os medicamentos que a BIAL produz, comercializa e exporta, principalmente nas áreas terapêuticas das doenças respiratórias, da diabetes e dos sistemas nervoso central e cardiovascular — alguns desses fármacos até de investigação própria —, contribuem, decisivamente, para a melhoria das condições de saúde, o bem-estar e a qualidade de vida de milhões de doentes em todo o mundo.

Nascida há 100 anos na cidade do Porto, a BIAL passou de pequena farmacêutica familiar — natureza que ainda hoje afortunadamente mantém — para importante e moderna empresa que congrega mais de 1000 colaboradores, dos quais, em 2022, 55 % eram mulheres e 82 % dispunham de habilitações literárias ao nível do doutoramento (10 %), do mestrado (53 %) e da licenciatura (19 %), o que mostra bem a capacidade desse projeto empresarial na atração de talento.

Com um volume de negócios de centenas de milhões de euros e exportando fármacos para cinco dezenas de países espalhados pelos cinco continentes, a BIAL dedica cerca de 20 % da sua faturação a atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), investindo assim, fortemente, na descoberta e desenvolvimento de medicamentos inovadores.

Mas, para além disso, a BIAL desenvolve igualmente uma importante obra social e humanitária, especialmente através da Fundação BIAL — entidade de utilidade pública criada em 1994 e que promove prémios e concursos reconhecidos internacionalmente — e da concessão de donativos relevantes a iniciativas da sociedade civil que se enquadram na sua política de mecenato, designadamente nas áreas da saúde, educação e solidariedade social.

Em 2005, a BIAL tornou-se membro da EFPIA (European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations), entidade que representa a indústria biofarmacêutica europeia, assim demonstrando, uma vez mais, o papel de liderança e de destaque que assume no âmbito da indústria farmacêutica nacional.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Plenário, saúda a BIAL e os seus fundadores, dirigentes e colaboradores, nesta ocasião em que essa tão relevante entidade farmacêutica nacional celebra o seu primeiro centenário de existência.

Palácio de São Bento, 21 de junho de 2024.

O Presidente da Assembleia da República, *José Pedro Aguiar-Branco*.»

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 158/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos agora o Inquérito Parlamentar n.º 5/XVI/1.^a (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para averiguação da gestão, transparência de funções e conduta dos anteriores responsáveis envolvidos nos desequilíbrios de contas e funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do BE, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do PS e as abstenções do PCP e do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É impressão minha ou o Partido Socialista chumbou a tua, ó Pedro?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos à votação do Inquérito Parlamentar n.º 6/XVI/1.^a (IL) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Inquérito Parlamentar n.º 7/XVI/1.^a (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão estratégica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 68/XVI/1.^a (PSD) — Constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da execução do PRR e do PT2030.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN e os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L.

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto escrita relativamente a esta votação.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Obrigada, Sr.^a Deputada.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 65/XVI/1.^a (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do CH e do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Chega é contra o subsídio social de mobilidade? Como é que os senhores não votam a favor? Eu não percebo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, por favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita e individual dos Deputados Francisco Gomes e Miguel Arruda.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certo, Sr. Deputado, fica registado.

O projeto de resolução que foi aprovado baixa à 6.^a Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 185/XVI/1.^a (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 156/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, da IL e do PCP.

A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, é para anunciar que irei entregar uma declaração de voto escrita relativamente à votação dos Projetos de Resolução n.ºs 65/XVI/1.^a (PSD) e 156/XVI/1.^a (PAN).

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certo, fica registado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, é para anunciar que vamos apresentar uma declaração de voto sobre o projeto que acabou de ser votado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado também.

O projeto de resolução que acabámos de votar baixa à 6.^a Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.^a (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este diploma baixa à 5.^a Comissão.

Votamos, de seguida, um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º 155/XVI/1.^a (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação de um requerimento, apresentado pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 156/XVI/1.ª (CH) — Procede ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Os Projetos de Lei n.ºs 155/XVI/1.ª (PAN) e 156/XVI/2.ª (CH) baixaram, assim, à 5.ª Comissão.

Vamos proceder à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais.

A Sr.ª Deputada Paula Santos está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, era para sugerir a votação conjunta — na generalidade, na especialidade e em votação final global — desta proposta.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sim, Sr.ª Deputada, faz sentido.

Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.ª Presidente, já que a questão foi suscitada, e só para que não haja dúvida, a praxe parlamentar é a seguinte: quando é uma lei de autorização legislativa, à partida assume-se que se votam em conjunto as três fases, a não ser que se solicite a desagregação. Nas restantes, que não sejam leis de autorização, é que tem de ser solicitada a votação das três fases.

Neste caso, não há objeção, mas obviamente poderá, de futuro, ocorrer.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada pelo seu esclarecimento, Sr. Deputado.

Vamos então votar em conjunto, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 4/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN e os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L.

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 79/XVI/1.ª (PAN) — Pela proteção do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções da IL.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 100/XVI/1.ª (BE) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 123/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a manutenção e valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH e do PAN e as abstenções do PS, da IL, do BE, do PCP e do L.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 132/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

De seguida, votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 140/XVI/1.ª (L) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do CH e da IL.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 154/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o plano de ordenamento florestal do perímetro florestal das dunas de Ovar.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 117/XVI/1.ª (CH) — Pela cessação imediata da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, ou Projeto MAIA, nas escolas do ensino básico e secundário.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, da IL, do PCP e do L, os votos a favor do CH e do PAN e as abstenções do PSD, do BE e do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 126/XVI/1.ª (PAN) — Pela suspensão e revisão do Projeto MAIA.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS e do PCP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 135/XVI/1.ª (BE) — Pela suspensão e avaliação do Projeto MAIA.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS e do PCP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 141/XVI/1.ª (L) — Recomenda a garantia de mais tempo para a prática pedagógica e a suspensão do Projeto MAIA e respetiva avaliação externa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS e do PCP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 124/XVI/1.ª (CH) — Recomenda a imediata adoção de medidas com vista à redução do tempo médio de disponibilização e autorização de introdução do mercado de medicamentos inovadores no tratamento do cancro da mama.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do PAN, o voto contra do PS e as abstenções da IL, do BE, do PCP e do L.

Aplausos do CH.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo está a pedir a palavra para que efeito? É sobre esta votação?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, Sr.ª Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto por escrito.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.ª Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto por escrito sobre esta votação.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Muito bem.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 125/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de alargamento do rastreio do cancro da mama e de acesso a medicamentos e terapêuticas inovadoras no tratamento da doença.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do PS.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 133/XVI/1.ª (BE) — Celeridade e transparência na disponibilização e acesso a terapêuticas inovadoras.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 139/XVI/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas que visem melhorar as condições de acesso a medicamentos inovadores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e o voto contra do PS.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Marina Gonçalves está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.ª Presidente, é para informar que o Partido Socialista irá apresentar uma declaração de voto por escrito sobre as últimas quatro votações.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 120/XVI/1.ª (CH) — Pela reabertura da Urgência Básica no Município de Cantanhede.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, do BE, do CDS-PP e do PAN e as abstenções da IL, do PCP e do L.

Aplausos do PSD e do CH.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 131/XVI/1.ª (PCP) — Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do CH e da IL.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 137/XVI/1.ª (BE) — Autonomia e reforço do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do CH e da IL.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, para informar que vamos apresentar uma declaração de voto por escrito sobre os Projetos de Resolução n.ºs 131/XVI/1.ª (PCP) e 137/XVI/1.ª (BE).

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr. Deputado.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 138/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a abertura de uma urgência básica de funcionamento diário e com horário alargado e a atualização da página de *internet* do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

De seguida, votamos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 177/XVI/1.ª (CH) — Apoia os jovens na aquisição de habitação própria e permanente.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e os votos a favor do CH, da IL e do PAN.

Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.ª Presidente, era para requerer que na próxima votação pudéssemos votar, em primeiro lugar, os pontos 1 e 2 e, depois, o ponto 3 separadamente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Refere-se ao Projeto de Resolução n.º 88/XVI/1.ª (PAN).

Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, não tenho nada a opor. Embora o pedido seja extemporâneo, não tenho absolutamente nada a opor, mas pedia uma pausa nos trabalhos porque não tenho o diploma comigo e quero perceber o que cada ponto diz.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Na verdade, na Mesa também não o temos.

Sr.ª Deputada Mariana Leitão, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, creio que era pertinente consultar o Regimento da Assembleia da República, porque tenho ideia de que estes pedidos têm de ser enviados até às 18 horas do dia anterior.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está confirmado isso, Sr.^a Deputada. Teria de ser apresentado até às 18 horas do dia anterior.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, conforme tive ocasião de dizer, o pedido é extemporâneo. Mas creio, francamente, que, se o Partido Socialista não teve ocasião de entregar o requerimento e agora faz este pedido e tendo nós todos a ocasião de olhar para o projeto, não tenho nada a opor ao pedido do Partido Socialista.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, é no mesmo sentido. O Regimento da Assembleia da República refere que, sendo projeto único, pode haver desagregação, mas a solicitação tem de ser feita até às 18 horas do dia anterior. Sugiro: ou se vota tal qual como está ou se vota na próxima semana.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Seria possível fazermos essa desagregação se não houvesse oposição. Há grupos parlamentares que se opõem. Sendo assim, temos de votar como está.

Portanto, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 88/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão das regras do prémio salarial de valorização da qualificação por forma a incluir os beneficiários de bolsas ou prémios atribuídos no exercício de atividades científicas, culturais e desportivas, os jovens integrados no agregado familiar dos seus pais e os titulares de grau de doutor.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção da IL.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 24/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração-base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS e do CDS-PP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 73/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços marítimos regulares de passageiros e carga rodada entre a Região Autónoma da Madeira e a República.

Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PS, os votos a favor do CH e do PAN e as abstenções do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto por escrito sobre esta votação.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Com certeza.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 74/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços aéreos regulares entre a Madeira e o Porto Santo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do PAN, o voto contra do PS e as abstenções da IL, do BE, do PCP e do L.

Aplausos do CH.

O projeto de resolução baixa à 6.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.ª Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita relativamente à votação dos dois projetos de resolução que acabaram de ser votados.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Proseguimos com a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 72/XVI/1.ª (PS) — Elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do Interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, é para informar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta matéria.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita em relação à votação do Projeto de Resolução n.º 74/XVI/1.ª, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr. Deputado.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 11/XVI/1.ª (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Seguidamente votamos, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 92/XVI/1.ª (PS) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Vamos agora votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 132/XVI/1.ª (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, para anunciar que a bancada do Grupo Parlamentar do PSD apresentará uma declaração de voto escrita em relação à votação do texto final que acabámos de votar e à votação anterior.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr. Deputado.

Procedemos agora à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 28/XVI/1.^a (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com Doença de Crohn, 33/XVI/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, 36/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn, 40/XVI/1.^a (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e 42/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 1 a 19 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 26 e 27 de março, 11, 12, 17, 18, 19, 23, 24 e 25 de abril e 2, 3, 8, 9, 15, 16 e 17 de maio de 2024.

Não havendo objeções, consideram-se aprovados.

Temos, agora, a votação de vários pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — TCIC — Juiz 1, Inquérito n.º 152/16.8TELSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar da Sr.^a Deputada Margarida Saavedra (PSD), no âmbito dos autos em referência.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, também a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — TCIC — Juiz 1, Inquérito n.º 152/16.8TELSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), no âmbito dos autos em referência.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, igualmente, a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — TCIC — Juiz 1, Inquérito n.º 152/16.8TELSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Sr. Deputado Luís Newton (PSD), no âmbito dos autos em referência.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Por fim, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa — Juízo Local Criminal de Lisboa, Juiz 4, Processo n.º 3633/21.8T9LSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.^a Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a prestar depoimento presencialmente, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Marcos Perestrello pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, por estar numa reunião de representação externa da Assembleia, não pude estar presente no momento de verificação do quórum, tendo entrado já no decurso da votação. Assim, peço à Sr.^a Presidente que seja considerada a minha presença.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, posto isto, terminamos a nossa ordem de trabalhos agendada para hoje.

Cabe-me apenas anunciar a agenda da próxima reunião plenária, que terá lugar na quarta-feira, 26 de junho, às 15 horas, e que será constituída por um primeiro ponto de debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, e um segundo ponto que consiste no debate preparatório do Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 26 de agosto, na sua versão atual).

Muito obrigada a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Bom fim de semana.

Eram 15 horas e 41 minutos.

Declaração de voto enviada à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 73/XVI/1.ª.

Os Deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira, Pedro Coelho, Paula Margarido e Paulo Neves, vêm, nos termos do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República, apresentar uma declaração de voto relativamente ao Projeto de Resolução n.º 73/XVI/1.ª, da iniciativa do partido Chega, com os fundamentos seguintes:

1 – Em ordem a fazer cumprir o princípio da continuidade territorial, há muito que o PSD Madeira defende a necessidade de assegurar uma ligação marítima de passageiros e de carga entre a Região Autónoma da Madeira e Portugal continental;

2 – Num passado recente, esta ligação existiu e foi suportada pelo Orçamento da Região Autónoma da Madeira;

3 – No Manifesto Eleitoral da coligação Madeira Primeiro (PSD/CDS), sufragado no passado dia 10 de março pelos eleitores da Região Autónoma da Madeira, consta o compromisso de lançar a ligação marítima de transporte de passageiros entre a Região e Portugal continental;

4 – E o Programa do Governo da Aliança Democrática, que foi apresentado e discutido em duas sessões plenárias na Assembleia da República, faz referência à mencionada ligação marítima, na sua página 163, em que ali é referido o seguinte: «Assegurar um regime do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional, e em particular no que reporta a obrigações de serviço público (OSP), importando a análise da sua adequação ao momento presente e, ou, eventual necessidade de revisão de forma articulada entre os Governos da República e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira».

5 – Também o XV Programa do Governo da Região Autónoma da Madeira, que está em fase de apreciação pelos diversos partidos políticos, contempla, no capítulo subordinado à temática «Transportes e Mobilidade Marítima», o compromisso de «Garantir, através da abertura de um concurso público de concessão, a abertura de uma linha ferry para a concessão de um serviço misto de passageiros e carga entre a Madeira e o continente.»

6 – Não obstante, os Deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira lamentam, não subscrevem, nem validam algumas alegações e considerações que se encontram vertidas na exposição de motivos desta resolução, por não corresponderem à verdade.

Por tudo o exposto, os Deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira decidiram abster-se na votação do Projeto de Resolução n.º 73/XVI/1.ª.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD — *Paula Margarido — Paulo Neves — Pedro Coelho.*

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PSD Hugo Soares, pela Deputada do PS Marina Gonçalves, pelo Deputado do Chega Pedro Pinto, pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo e pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.